



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria José Silva Rodrigues Pires Barbosa

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NUM PAÍS PEQUENO, INSULAR E ARQUIPELÁGICO:
CASO DE CABO VERDE**

Praia, 2011

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria José Silva Rodrigues Pires Barbosa

Orientador: Professor Dr. Cláudio Furtado

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Praia, 2011



TERMO DE APROVAÇÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA NUM PAÍS PEQUENO, INSULAR E ARQUIPELÁGICO: CASO DE CABO VERDE

Maria José Silva Rodrigues Pires Barbosa

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, orientada pelo Professor Doutor Cláudio Furtado.

O júri

Presidente

Orientador

Arguente

Resultado: _____

Praia, ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, directa ou indirectamente, colaboraram para a feitura desta dissertação, em especial as organizações e empreendimentos de economia solidária nas ilhas de Santiago e Fogo.

Às minhas filhas, Maria Felicidade Rodrigues Barbosa e Marlene Jorge Rodrigues Barbosa, pela paciência e compreensão que demonstraram em relação à minha ausência durante este trabalho, tão árduo quanto interessante. Obrigado, minhas herdeiras queridas. Vocês são a razão da minha existência. Podem crer, meus amores!

Ao professor Dr. Cláudio Furtado por ter aceitado a orientação e, com competência, seriedade e espírito crítico, prestou imensurável contribuição, para a concretização do trabalho em pauta.

Aos professores do Curso de Mestrado em Ciências Sociais pelo aprendizado e apoio.

Aos colegas do Curso de Mestrado.

Ao meu estimado primo, Albertino Africano Mendes Rodrigues, Mestre em Educação, pelo apoio moral e intelectual. Apoio este que me levou a um bom porto no domínio académico.

Um muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa consiste num estudo sobre as organizações que desenvolvem a economia solidária em Cabo Verde, no âmbito dos empreendimentos económicos solidários, numa reacção contra os fenómenos de crescimento das desigualdades socio-económicas, na perspectiva de geração de emprego e rendimentos, com a finalidade de responder a relativa incapacidade do mercado de trabalho em criar empregos capazes de absorver a demanda.

Procura-se compreender e analisar a dinâmica dos empreendimentos económicos solidários, com foco nas ilhas de Santiago e Fogo, como experiência de empreendimentos colectivos, a partir da observação empírica da sua estrutura organizacional.

Uma vez que as grandes transformações económicas sentidas nas últimas décadas foram marcadas pela lógica excludente do capitalismo contemporâneo, com marcas profundas da degradação do aparelho do Estado a nível social, pelo aumento do desemprego e da precarização do trabalho, os empreendimentos solidários procuram, de certa forma, responder ao vazio criado e, em alguns casos, transformar-se numa alternativa económica e política, tomando um carácter emancipatório.

A identificação de um conjunto de empreendimentos económicos como empreendimentos solidários é um fenómeno recente em Cabo Verde. Com efeito, essa denominação foi utilizada em meados do ano 2002, tendo como ponto de partida experiências surgidas nos meios populares urbanos e rurais, promovidas por organizações de base comunitária que buscam como opção, a geração de emprego e rendimento, como forma de debelar a exclusão socio-económica.

Em Cabo Verde, há uma importante tradição cooperativa e associativa que se desenvolve desde o início da independência em 1975, conhecendo uma nova dinâmica nos anos 90. Pode-se afirmar que os empreendimentos económicos solidários são processos dinâmicos com espaços próprios, que os diferenciam das práticas cooperativas institucionalizadas no ano 1975.

A pesquisa realizada em seis empreendimentos económicos solidários nas ilhas de Santiago e Fogo demonstra uma desigualdade em termos de motivação que levou as respectivas comunidades a enfrentar os problemas da sua subsistência na luta para a erradicação da pobreza, principalmente, na zona rural.

No campo da presente pesquisa nota-se que o desenvolvimento comunitário está assente nos princípios de solidariedade, cooperação, ajuda-mútua e redes de parcerias nacionais e internacionais.

Palavras-chave: empreendimentos económicos, economia solidária, pobreza, cooperativa, associação e redes solidárias.

ABSTRACT

This research is a study of the organizations that have developed the solidarity economy in Cape Verde in the context of solidarity economic enterprises, in a reaction against the phenomena of growing socioeconomic inequalities. Their purpose is to create employment and income, thereby responding to the relative inability of the labor market to create jobs to absorb the demand. It intends to understand and analyze the dynamics of solidarity economic enterprises, mainly in the islands of Santiago and Fogo, as an experience of collective enterprises, from the empirical observation of its organizational structure.

Considering that major economic changes experienced in recent decades have been marked by the exclusionary logic of modern capitalism, with deep marks of the State degradation at the social level, and by unemployment increase and precariousness of work, solidarity enterprises seek, in some way, to respond to the void created, and in some cases, try to become an economic and political alternative.

The identification of a set of economic enterprises as collaborative enterprises is a recent phenomenon in Cape Verde. In fact, the designation was known in 2002, taking as its starting point a set of experiences emerging in the popular urban and rural areas (whose situation of exclusion has been deepened by the social crisis), all promoted by community-based organizations that have sought to generate employment and income. In Cape Verde there is an important cooperative and associative tradition that has been developing from the beginning of independence in 1975 and that had a new dynamic in the 90s. It can be stated that economic enterprises have dynamic processes and their own spaces, which differentiates them from the cooperative practices institutionalized in 1975. The survey conducted in six solidarity economic enterprises in the islands of Santiago and Fogo demonstrates a gap between them, as well as the motivations that led their communities to tackle the problems of subsistence and the struggle to eradicate poverty, particularly in rural areas.

An objective which led them to assume community development based on principles of solidarity, cooperation and mutual assistance and, therefore, constituted networks of national and international partnerships with regard to sustainability.

Key words: economic enterprises, solidarity economy, poverty, cooperatives and associations, solidarity networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Exposição dos Produtos.....	59
Ilustração 2: Unidade de produção	61
Ilustração 3: Adega da AGROCOOP	63
Ilustração 4: Colheita de Uva	63
Ilustração 5: Processo de Envelhecimento de Vinho.....	64
Ilustração 6: Turismo Rural	64
Ilustração 7: Divulgação dos Produtos	65
Ilustração 8: Sede da ADSF.....	66
Ilustração 9: Espaço Verde, horto na entrada da ADSF, na promoção da cultura ambiental.....	67
Ilustração 10: Sala de Formação da ADSF.....	67
Ilustração 11: Praça da Comunidade	68
Ilustração 12: Exposição dos Produtos.....	68
Ilustração 13: Stocks da Matéria-prima.....	68
Ilustração 14: Sede da FAMI-PICOS	70
Ilustração 15: Associação ADIRV, Fábrica de Queijo.....	75
Ilustração 16: Fábrica de Queijo.....	76
Ilustração 17: Centro Comunitário da ACODEFA	79
Ilustração 18: Jardim Infantil - Centro Comunitário da ACODEFA	80
Ilustração 19: Feira AZM – Exposição	97
Ilustração 20: Feira AZM	97
Ilustração 21: Formação Profissional, CITI-Habitat	100
Ilustração 22: : Micro - empreendedorismo, CITI-Habitat.....	102
Ilustração 23: Actividades, 1ªFormação	103
Ilustração 24: Participação da CEESA-CV na Feira de Artesão AZM, Cidade da Praia.....	103
Ilustração 25: Participação da CEES -CV,	104
Ilustração 26: Grupo de Cabo Verde, Macaronésia 2007.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Amostra Exploratória	58
Quadro 2: Organizações de Economia Solidária, por Município	83
Quadro 3: Registo Financeiro dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde	85
Quadro 4: Resultados Alcançados em Cabo Verde de 2000 a 2008 no Sector de Micro-Finanças	89
Quadro 5: Actividades desenvolvidas	92
Quadro 6: Principais parceiros internacionais	94
Quadro 7: Actividades	96
Quadro 8: Público-alvo	96
Quadro 9: Organizações - Economia Solidária em Cabo Verde	121
Quadro 10: Plano de Actividades da CEESA-CV-2011	123

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACEP – Associação para a Cooperativa entre os Povos
- ACODEFA – Associação Comunitária de Desenvolvimento de Fonte Almeida
- ACPC – Associação de Caixa de Poupança de Crédito
- ADF – Fundação para Desenvolvimento em África
- ADIRV – Associação para o Desenvolvimento de Rui Vaz
- ADSF – Associação para o desenvolvimento de São Francisco
- AFVP – Associação Francesa dos Voluntários do Progresso
- AGROCOOP – Cooperativa dos Viticultores de Chã das Caldeiras
- AZM – Associação Para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz
- BAD – Banco Desenvolvimento Africano
- BORNEFONDEN – Fundo para as Crianças (Dinamarquesa)
- CEESA-CV- Centro de Estudo de Economia Solidária do Atlântico, Cabo Verde
- CITI-Habitat – Centro de Investigação e Tecnologia Intermediária para Habitação
- CV-TELECOM – Empresa de Telecomunicação
- DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
- DMFI – Support to Development of Microfinance Institution
- EES – Empreendimento Económico Solidário
- FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra
- FAMI-PICOS – Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção Familiar
- GCES – Gabinete do Centro de Estudos de Economia Solidária
- GCV – Governo de Cabo Verde
- INC – Instituto Nacional das Cooperativas
- INE-CV- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
- IRDF – Inquérito sobre as Receitas e Despesas Familiares

MTFPSS – Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social

OMCV – Organizações das Mulheres de Cabo Verde

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização não Governamental de Desenvolvimento

OSC – Organizações Comunitárias de Bases

PALADAR – Cooperativa Paladar

PIB – Produto Interno Bruto

PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

PRAGE – Programa de Apoio a Actividades Geradoras de Rendimento e Emprego

SARAR – Metodologia de Educação para Adulto

VERDEFAM – Associação Cabo-Verdiana para a Protecção da Família

SUMÁRIO

Introdução	1
Justificativa da escolha do tema	6
Objectivo da pesquisa	8
Procedimentos Metodológicos	9
Organização da dissertação	12
Capítulo I - Abordagem Teórica.....	13
1.1. Exclusão Social, Pobreza Contrapondo o Desenvolvimento Socio-económico	14
1.2. Novo Modelo para o Desenvolvimento.....	17
1.3. A Economia Solidária	20
1.4. O Papel do Estado na Economia Solidária	23
1.5. As Políticas Públicas para a Economia Solidária	25
1.6. Capital Social no Campo da Economia Solidária	28
1.7. Empoderamento (empowerment) e a Economia Solidária.....	30
Capítulo II – As Potencialidades dos Empreendimentos Económicos Solidários	33
2.1. Empreendimentos Económicos Solidários e Economia Solidária.....	33
2.2. Papel das Redes no Desenvolvimento da Economia Solidária.....	36
Capítulo III – Enquadramento Contextual do País.....	40
3.1. Aspectos económicos	40
3.2. Aspectos sociais.....	42
Capítulo IV - A Economia Solidária em Cabo Verde	44
4.1. As Manifestações das Actividades Desenvolvidas no Domínio da Economia Solidária em Cabo Verde	56
4.2. As Organizações Pesquisadas.....	57
4.2.1. Características Gerais da Amostra dos Empreendimentos Solidários.....	57
4.2.2. Cooperativa PALADAR.....	59
4.2.3. Cooperativa dos Viticultores de Chã das Caldeiras - AGROCOOP	63
4.2.4. Associação para o Desenvolvimento de SÃO FRANCISCO - ADSF	66
4.2.5. Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-promoção Familiar-FAMI-PICOS.....	70
4.2.6. Associação para o Desenvolvimento Integral de RUI VAZ – ADIRV	75
4.2.7. Análise da Viabilidade Socio-económica das Organizações Pesquisadas	82

4.2.8. O micro-crédito como alternativa para o desenvolvimento.....	87
Capítulo V - Organizações Promotoras da Economia Solidária em Cabo Verde	90
5.1. Plataforma das ONG de Cabo Verde.....	90
5.2. Associação para a solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz (AZM).....	97
5.3. Centro de Investigação e Tecnologia Intermediária para Habitação CITI-Habitat	99
5.4. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (CEESA-CV)	103
Conclusões.....	106
Referências Bibliográficas.....	113

Introdução

O tema em consideração tem como base a discussão sobre as organizações de empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde e a sua integração na estrutura socio-económica, na geração de rendimentos e empregos, na implementação e desenvolvimento da economia solidária.

As transformações económicas, sociais e políticas, no quadro da globalização, têm evidenciado grande fragilidade no tecido socio-económico, na sociedade em geral, reflectindo-se no índice de desemprego e no surgimento de novas formas de organização do trabalho: associações e cooperativas de base comunitárias.

As mudanças no processo produtivo, conhecidas como reestruturação produtiva, levaram ao surgimento de grupos de trabalho organizados. Neste mesmo passo, originaram o aumento da precarização das condições de trabalho para aqueles que permaneceram no mercado e que, por sua vez, não tinham a qualificação profissional suficiente para acompanhar o processo.

Com este cenário, o problema do desemprego assume nova configuração, tornando-se cada vez mais prolongado. As empresas cooperativas e associativas, tanto no contexto rural como no urbano, apresentam propostas de inclusão socio-económica dos actores que foram excluídos do mercado de trabalho e configuram um tipo de organização estratégica condizente com as mudanças organizacionais no final do século XX.

Neste sentido, o desenvolvimento da organização dos empreendimentos solidários ressurgiu como uma nova alternativa ao desemprego, a partir de um novo sector económico, formando pequenas empresas, e favorecendo a existência de trabalhadores por conta própria, que acabaram por constituir-se em importantes fontes de geração de emprego e rendimento, baseadas na associação livre de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação.

Em Cabo Verde, nos anos noventa, após a instauração do regime da democracia multipartidária, consequência das eleições de Janeiro de 1991, o Estado utilizou uma estratégia que consistiu num processo de reformas estruturais, visando mudar a face da economia do país, de uma economia estatizada para uma de base privada. O citado processo de reformas constitui uma prova de que Cabo Verde adoptou uma postura económica em consonância com a praticada a nível mundial.

O Estado deixou de intervir como agente económico directo e exclusivo em vários sectores, dando lugar às empresas privadas que passaram a ser os dominantes no mercado de trabalho. Esta situação levou a uma certa desestabilização do mercado de trabalho, fazendo enfraquecer as acções do Estado na área social, proporcionando um mercado supletivo de bem-

estar social não universalista. O estar desempregado, neste contexto, pode representar, simbolicamente, um caso extremo, ou seja, uma exclusão em relação ao consumo. Por esta razão, o aumento da riqueza produzida socialmente não teve sua repartição de forma a garantir a equidade social e qualidade de vida.

O crescente desemprego e as transformações no mercado de trabalho cabo-verdiano, após as privatizações das empresas estatais com maior expressão no mercado nacional nos anos noventa, levaram ao aumento do desemprego, aliado à saturação do mercado formal que, por sua vez, desencadeou um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Assim, começaram a (re) aparecer as primeiras organizações comunitárias, em regra geral bem estruturadas, cujo único objectivo era o desenvolvimento em prol da própria comunidade e com uma preocupação baseada na autogestão e confiança mútua, onde os membros se auto-ajudam na medida em que a tradição cooperativista e associativista pode ser encontrada ao longo da história da sociedade cabo-verdiana, particularmente desde a independência até os anos noventa.

O novo contexto económico e social, resultado das mudanças ocorridas nos anos noventa do século passado, fez emergir organizações económicas bem estruturadas, desenvolvendo actividades económicas assentes nos princípios universalmente consagrados pela economia solidária, criando possibilidades de geração de empregos e de combate à exclusão social, sem fins lucrativos.

Desta forma, essas organizações assumiram um papel crucial no quadro da dinâmica do desenvolvimento local, buscando a reinserção de seus membros no mercado de emprego e auto-emprego.

No entanto, convém salientar que a reorganização do mercado de trabalho, com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, vem contribuindo para uma diminuição de postos de trabalho e, conseqüentemente, o aumento de desemprego em diversos sectores. Prova disso, prevalece ainda uma degradação na sociedade, que se constrói com base no trabalho não qualificado que, por sua vez, reflecte directamente no campo social, sobretudo no que se refere a desigualdades.

Nesta dissertação, se apresenta enquanto proposta os empreendimentos económicos solidários como uma das modalidades da economia solidária, em jeito de alternativa da geração de trabalho e rendimento.

Em Cabo Verde consideram-se como alternativas de geração de trabalho e rendimento, as modalidades, tais como: turismo rural, micro-crédito, artesanato, confecções de doces e

salgados, produção de grogue e licores, pesca artesanal, comércio ambulante, biscate (forma de trabalho pontual), entre outros.

Pretende-se mostrar que se houver uma política em termos de organização dessas actividades, autênticas fontes de rendimento económico, poderia talvez diminuir a pobreza e garantir a sobrevivência imediata e a subsistência de uma parte da população mais carenciada. Assim, essa franja da população terá uma oportunidade de praticar e desenvolver alguns ofícios, com aplicação de técnicas simples e eficientes no domínio económico.

As organizações de economia solidária em Cabo Verde são uma realidade pouco pesquisada. Alguns políticos e intelectuais as consideram como sectores de reajuste do mercado formal, vistos como respostas emergenciais e paliativas diante da situação de pobreza e da miséria. Deste modo, com este entendimento tem gerado inúmeras controvérsias quanto ao seu alcance. Neste sentido, os resultados conseguidos merecem ser investigados, por serem fundamentais na formação de organizações com capacidade de acção. Nesse caminho, a partir da reorganização ocupacional na esfera social e, na extensão da economia nacional, as organizações podem ser um espaço de inclusão para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho.

O interesse pelo conhecimento do fenómeno de economia solidária em Cabo Verde, já se faz sentir. O trabalho académico de José Maria Carvalho, *Economia Solidária: Uma perspectiva sobre a experiência em Cabo Verde*, demonstra tal facto. A pesquisa em questão assenta-se numa abordagem da problemática da economia solidária, com enfoque no estudo das associações e cooperativas nas comunidades rurais da Ilha de Santiago. O mesmo autor destaca a economia da dádiva, na acepção de Marcel Mauss, no processo de desenvolvimento do projecto da economia solidária em Cabo Verde.

O estudo desses empreendimentos solidários tem demonstrado a sua existência em quase todas as ilhas do país, com predominância nas de S.Tiago e Fogo, com grande impacto socioeconómico que, de uma forma ou outra, representa a luta contra a dominação da globalização. Esses empreendimentos económicos solidários propõem novos modos de relação entre as esferas económica, social e política, visando a criação de novos tipos de emprego, favorecendo os excluídos, bem como contribuindo para o desenvolvimento da macroeconomia nacional.

A título de esclarecimento, a economia solidária é uma modalidade económica assente no princípio da reciprocidade, ou seja, ajuda-mútua que assume iniciativas de desenvolvimento e da criação do emprego local e, desta forma, cria um espaço próprio entre a economia mercantil e não mercantil.

A economia solidária tem por objectivo apresentar soluções económicas e sociais, proporcionando a integração social. Contribui ainda para a inclusão da comunidade, na medida em que cria espaços de acção no fomento da emancipação social.

No entanto, até certo ponto, não houve soluções eficientes, nesse sentido, tanto por parte do Estado como do sector privado visto que, na realidade, defronta-se com a inércia na implementação de políticas públicas inerentes à reconstrução do desenvolvimento sócio-económico.

Nesta direcção, França e Laville (2004) dizem que “*a economia solidária surge como contraposto à noção da economia social, afirmando a necessidade autónoma e a dimensão política das estratégias económicas de inserção social*”.

Nessa óptica, a economia solidária funciona como acção possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social através do trabalho, viabilizando a democratização da gestão de trabalho, valorizando as relações de cooperação, distribuição de rendimentos e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável. Também, é de realçar a importância de mudanças nas relações de trabalho e nos valores individualistas das sociedades capitalistas, possibilitando ganhos económicos para os seus participantes.

Em Cabo Verde, começou-se a falar da economia solidária há praticamente oito anos, no ano de 2002, altura em que foi realizado o primeiro Fórum sobre a Economia Social e Desenvolvimento, com o objectivo de discutir e analisar o problema que a economia de mercado não está podendo responder satisfatoriamente. Problemas, nomeadamente, no domínio do emprego, aumento da exclusão e da desigualdade social, entre outros. Como resultado do fórum, criou-se o Gabinete do Centro de Estudos de Economia Solidária (GCES), sedado na Plataforma das ONG de Cabo Verde.

O principal objectivo do GCES é dinamizar a economia solidária, tendo como prioridade, trabalhar os projectos de implementação, promover os produtos de maior qualidade, dar sustentabilidade a esses empreendimentos e comercializar os referidos produtos, bens e serviços provenientes de empreendimentos económicos solidários. O que, até hoje, não se concretizou na sua plenitude, por falta de políticas públicas específicas direccionadas para a promoção dessas actividades económicas.

Para o efeito, o GCES tem financiado e promovido alguns eventos de vendas/feiras nacionais anualmente, em parceria com a AZM na cidade da Praia, com o objectivo de desenvolver e divulgar actividades no domínio da economia solidária. Na mesma perspectiva, tem apoiado e realizado encontros e acções de formação e de capacitação, envolvendo os integrantes e promotores das actividades da economia solidária, com abrangência nacional.

Para o GCES, a economia solidária ainda se encontra na fase de construção. A sua estratégia é a inserção social de grupos de pessoas com grandes dificuldades de empregabilidade. Neste sentido, criaram-se microempresas de inserção que produzem artigos e prestam serviços nas áreas do turismo, de artesanato, da cultura, da reciclagem, da gastronomia, da agricultura biológica, de serviços de proximidade, entre outras.

O GCES pretende ainda criar postos de trabalho, promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, diminuir os índices de desemprego de longa duração e a exclusão social.

A partir da criação do GCES, Cabo Verde passou a ser membro integrante do Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico (CEESA), um projecto que envolve todas as ilhas da Macaronésia, tendo contado com apoio financeiro da INTERREG III B, no âmbito do programa de apoio às regiões periféricas da União Europeia. O referido projecto apresenta um vasto leque de acções, assentes nos seguintes pilares: i) actividade económica geradora de rendimento e de emprego, aspecto social, privilegiando a população mais desfavorecida, ii) valorização das culturas locais e iii) protecção do ambiente.

De igual modo, o projecto pretende melhorar a capacidade de intervenção dos agentes da economia solidária e promover actividades económicas que beneficiam as comunidades menos favorecidas.

No âmbito desse projecto e do CEESA, desenvolvem-se actividades em parceria com a Plataforma das ONG, o Atelier Mar e o CITI - Habitat.

Ainda no campo de acção desse projecto e do CEESA, Cabo Verde participou na IV Feira Transregional da Economia Solidária, realizada em Ponta Delgada, Açores, participando com peças de artesanato produzidas pelas associações de artesãos de Santiago, S. Vicente, S. Antão e Fogo, confecções, gastronomia tradicional e música, entre outras formas de expressão.

De acordo com dados estatísticos do CEESA-CV, existem até ao presente, vinte e dois empreendimentos com características predominantemente solidárias em todo o arquipélago (Quadro 9). O mapeamento realizado proporcionou a viabilidade da análise, procurando fazer emergir a diversidade e a compreensão das actividades desenvolvidas no domínio da economia solidária.

Desta forma, os empreendimentos económicos existentes em Cabo Verde foram identificados como experiências em modalidades de economia solidária, nas formas de organizações comunitárias que constituem sistemas de autogestão, alternativa de geração de emprego e rendimento.

Em jeito de síntese, o trabalho em apreço, tenta responder as seguintes questões:

1. Como a economia solidária contribui para o desenvolvimento socioeconómico cabo-verdiano?
2. As políticas públicas existentes conduzem à promoção, implementação e ao desenvolvimento da economia solidária?
3. Que relação existe entre os empreendimentos económicos solidários e o mercado nacional?

A vivência empírica das ilhas escolhidas e dos seus empreendimentos económicos solidários levaram à formulação das hipóteses, a partir das quais, este trabalho busca evidenciar e verificar:

1. A economia solidária é uma alternativa de geração de trabalho e rendimento, proporcionando a inclusão social;
2. A economia solidária constitui um potencial importante para o desenvolvimento socioeconómico e as redes dos empreendedores económicos solidários desempenham uma função importante na comercialização dos produtos da economia solidária;
3. Existe uma relação de complementaridade entre a economia solidária e o mercado. As actividades das empresas da economia solidária têm relevância na estrutura microeconómica do país.

Justificativa da escolha do tema

Esta dissertação visa investigar os empreendimentos solidários no contexto das empresas da economia solidária, na medida em que o perfil da pobreza em Cabo Verde aumentou de modo significativo ao longo da última década. A pobreza localiza-se, sobretudo, no meio rural, embora tenha, também, aumentado nas zonas urbanas, tendo como consequência a disparidade na repartição da riqueza, com forte impacto em termos de repartição por sectores. A tal situação intensificou a desigualdade sócio-económica, tornando o crescimento económico cada vez mais insuficiente.

Em busca de alternativas, no sentido de solucionar a referida desigualdade, surgiram empreendimentos ligados à economia solidária.

Este tema tem merecido um tratamento de pesquisa nos últimos anos, em quase todo o mundo. O interesse pelo estudo vem reflectir na própria dinâmica desse sector de actividade económica, no que diz respeito à compreensão do conceito de economia solidária, no contexto

sócio-económico e político da sua emergência e seu impacto no desenvolvimento local e, principalmente, na arena nacional.

Em Cabo Verde, existe ainda uma certa timidez ao falar-se do tema em discussão, visto que a dita abordagem ainda não atingiu diferentes níveis de percepção da nova modalidade económica que, de certa forma, complementa a economia hegemónica ou, por vezes, propõe constituir-se como uma alternativa, assegurando condições para que os cidadãos, particularmente os mais vulneráveis, tenham acesso a rendimentos, contribuindo, desta forma, para o combate à exclusão social.

A necessidade de desconstruir e reconstruir o conceito faz todo o sentido na análise do entendimento da economia solidária, como um novo modelo de gestão e de organização do trabalho, baseados na lógica liberal e utilitarista, de que se materializa na racionalidade administrativa, como alternativa possível de desenvolvimento inclusivo. Esta constatação permite-nos argumentar as diferentes modalidades solidárias de gestão organizacional através das práticas vivenciadas nas experiências cabo-verdianas, tomando como unidade de análise as modalidades económicas da economia solidária.

O realce dessas novas modalidades manifesta-se através de uma pluralidade de actividades voltadas para a geração de emprego e rendimentos, no que diz respeito ao envolvimento dos empreendimentos económicos produtivos e de prestação de serviços. Assim sendo, as organizações que prestam serviços de suporte, através de financiamento, da distribuição e comercialização dos produtos, do consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos económicos solidários, assumem diferentes formas de organização, designadamente cooperativas, associações e grupos não formalizados.

De acordo com França Filho (2002a), a economia solidária se diferencia da informal, na medida em que a economia informal é entendida como um “*simulacro precário das práticas mercantis oficiais*”, e que na sociedade cabo-verdiana poderia ser sintetizada no trabalho autónomo sem especialização, ou seja, “biscate”. Nesta percepção a economia solidária seria a organização da gestão social e não de uma gestão estratégica precária.

Nesse sentido, é necessário reflectir essa dinâmica interna em prol do desenvolvimento da comunidade local, destacando o papel dessas organizações no seio da economia nacional, e ter em conta que os limites da economia solidária não podem ser, obrigatoriamente, entendidos quanto à sua capacidade, ou então, como um substituto do modelo económico dominante, mas sim, pelo seu potencial na construção de uma economia pluralista, ou seja, o contrário da ideologia neoliberal concentrada na gestão e desenvolvimento.

Por esta razão, é de capital importância, ter sempre presente a visão das sociedades contemporâneas pelas suas múltiplas marcas de manifestações culturais, políticas, sociais e económicas, a que Polanyi (1980) chamava de diferentes formas de comportamentos económicos no seio de uma sociedade complexa.

Na sociedade cabo-verdiana temos casos de experiências de empreendimentos colectivos solidários, cuja iniciativa é incentivar a existência de cooperativas e associações, com base na democracia, solidariedade e confiança mútua. Nesta linha, em 2003 emergiu a “Rede Animar”, uma entidade federativa que engloba 30 associações comunitárias parceiras do CITI-Habitat, criada com o objectivo de promover a solidariedade social, o activismo popular e a capacidade de lobby junto dos poderes públicos. Um dos primeiros passos da Rede Animar consistiu na realização de um inventário sobre o progresso e o desempenho das associações e na resolução conjunta em enfrentar os problemas identificados.

Esta entidade federativa desenvolve seu trabalho segundo os princípios da economia solidária, de forma estruturada e organizada. E apresenta sustentabilidade social que contribui para o desenvolvimento em termos macroeconómicos.

Ainda um outro aspecto que merece uma análise particular tem a ver com as políticas públicas. Neste domínio, o Estado deve reconhecer a estruturação dos empreendimentos económicos solidários existentes e a sua importância no desenvolvimento da economia nacional.

Em suma, nesta dissertação busca-se, no quadro da abordagem da economia solidária, analisar e compreender os principais conceitos que enformam a economia solidária, bem como o perfil dos empreendimentos económicos solidários existentes em Cabo Verde.

À luz desse entendimento, espera-se que esta dissertação possa contribuir para a elucidação da construção teórica e empírica da economia solidária como uma alternativa socioeconómica na geração de empregos e sustentabilidade social, com impacto no desenvolvimento da micro-economia.

Objectivo da pesquisa

O trabalho que ora se apresenta, tem como linhas orientadoras, os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

O estudo visa compreender o perfil dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde e a sua integração na estrutura socioeconómica.

Objectivos Específicos

- Identificar as organizações que apoiam os empreendimentos de economia solidária;

- Caracterizar os empreendimentos da economia solidária em Cabo Verde;
- Estabelecer a relação existente entre a economia solidária, o mercado e outras instituições;
- Identificar as políticas públicas de promoção da económica solidária, como factores que contribuem para a consolidação dos empreendimentos económicos solidários.
- Analisar a dimensão e a capacidade geradora de emprego e rendimentos desses empreendimentos.

Procedimentos Metodológicos

A presente investigação¹, do ponto de vista metodológico, baseia-se numa abordagem de natureza qualitativa², e tem como técnicas³ de recolha e registos de dados: a entrevista⁴, a pesquisa documental e as conversas informais.

Tomando como base os procedimentos metodológicos acima referidos, procura-se descrever e explicar as modalidades dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde.

Para isso, em primeiro lugar, realizou-se a colecta de informações. Através destas informações, apurou-se que, actualmente, existem no país vinte e duas organizações que desenvolvem modalidades da economia solidária, em todas as ilhas.

No processo da selecção de amostra, o universo da pesquisa abrange as ilhas de Santiago e Fogo, ilhas com maior representatividade em termos de diversidade de empreendimentos económicos solidários.

¹ A investigação é uma actividade orientada no sentido da solução de uma problemática, no caso de um problema sociológico. É a tentativa de averiguar, indagar, procurar resposta, que pode ser encontrada, ou não” (Erasmie & Lima, 1998).

² Bogdan & Biklen (1994,16) esclarecem que a investigação qualitativa é utilizada “*como termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização das variáveis, sendo outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural*”.

³ Segundo Ferreira (1986,190) “*quanto mais diversificadas forem as técnicas, mais finos serão os resultados obtidos e todas representam diferentes dimensões das práticas sociais e todos têm a sua validade própria*”.

⁴ De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998,191-192), “*(...) os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados*”. Ainda na opinião desses autores, se a entrevista é antes de mais, primeiro um método de recolha de informações no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível.

Com base nestes pressupostos, foram seleccionadas seis organizações económicas solidárias, considerando-se os seguintes critérios de escolha, em termos de empreendimentos económicos solidários: antiguidade, abrangência, cobertura do mercado e as actividades económicas desenvolvidas. Critérios esses que permitiram uma maior consistência na colecta de dados (Quadro 2).

Nesse sentido, foram entrevistadas trinta e duas pessoas, integrantes dos seis empreendimentos alvos da pesquisa, designadamente, os ex-dirigentes que estiveram à frente da administração, os que passaram pela direcção do cooperativismo cabo-verdiano, os integrantes dos empreendimentos e os moradores das comunidades de inserção das citadas organizações.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, procedeu-se ao levantamento de dados através da pesquisa exploratória dos empreendimentos económicos solidários, na qual foram obtidas informações de acordo com a metodologia adoptada na investigação qualitativa. Esta etapa permitiu aumentar a compreensão da investigadora em relação ao problema, assim como esclarecer o conceito da economia solidária.

Na realização das entrevistas referentes à etapa em situação, a investigadora teve que se deslocar às comunidades, foco de estudo. As entrevistas foram conduzidas de forma não estruturada, evitando as questões directas que pudessem induzir os entrevistados a formular respostas do tipo “sim” ou “não”, e fazendo com que os mesmos expressassem livremente sobre os assuntos específicos, inicialmente agendados pela investigadora.

Formalmente, as entrevistas foram organizadas através de um contacto prévio, efectuado directamente pela investigadora com os sujeitos a serem entrevistados. Neste passo, realizaram-se contactos: pessoais, por telefone, por correio electrónico, e em alguns casos, optou-se por marcar uma audiência. Na audiência com certos presidentes das organizações, marcou-se a data antecipadamente, no sentido de prestar alguns esclarecimentos a respeito dos objectivos da investigação e os assuntos a serem discutidos.

No processo da entrevista, procurou-se ser selectivo na escolha dos interlocutores, de forma a obter informações realistas, e em consonância com os objectivos traçados nesse estudo. Por esta razão, recorreu-se a dirigentes que trabalham nas organizações cooperativistas e associações comunitárias, tanto as que emergiram com a independência, quanto as actuais.

Na segunda etapa, procedeu-se à colecta de dados primários, mediante as observações directas, nas organizações seleccionadas, o que permitiu descrever pormenorizadamente as actividades desenvolvidas.

Aplicaram-se questionários com perguntas fechadas e de aplicação directa. Também, convém salientar que, se recorreu ao método de observação, durante todo o acto da pesquisa.

A entrevista com os presidentes das organizações de base comunitária foi com o intuito de conhecer as potencialidades dos empreendimentos económicos solidários, suas influências no que diz respeito à geração de empregos e rendimentos das famílias das comunidades locais, assim como os seus reflexos na economia nacional.

Nessa entrevista os dados documentais foram seleccionados de acordo com a pertinência em relação ao tema em estudo, priorizando as informações contabilísticas e os planos estratégicos de negócios.

A partir dos dados obtidos através das conversas informais complementares, procedeu-se à leitura e análise. Desta feita, a investigadora passou a conhecer certos aspectos da questão que nem a sua própria experiência, tampouco as suas leituras, por si só, teriam permitido. Ainda mais, essa constatação é o resultado do método utilizado na pesquisa, na medida em que, no acto da entrevista, a pesquisadora, em vez de induzir os entrevistados a dar respostas de acordo com a sua expectativa, isto é, da investigadora, procurou formular questões abertas que levam os mesmos, os entrevistados, a responder livremente. Tudo isso, no sentido de não validar as ideias preconcebidas.

Posteriormente, procedeu-se à triangulação⁵ destes métodos, tendo em presença os discursos dos interlocutores.

Posto isso, é de salientar que as conversas informais têm um grande peso no trabalho de pesquisa, sem perder de vista, a análise documental que, segundo Ludke & André (1986, 38), *“constitui uma técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementado as informações, obtidas por outras técnicas, seja desvendado aspectos novos de um tema”*.

É de referir que no estudo em pauta, a pesquisadora gostaria de abranger todas as ilhas do país. No entanto, isso não foi possível dada a dispersão das ilhas. Dispersão essa que condicionou a escolha e selecção dos empreendimentos económicos solidário visto que, deslocar a todas as ilhas e municípios, implica um custo elevado. Esses constrangimentos limitaram o presente estudo em termos de abrangência e fizeram com que a amostra contemplasse apenas as

⁵ As conversas informais são muitas vezes referidas nas obras sobre investigação qualitativa e nos relatórios de investigação apenas como suporte metodológico a fim de obter informações complementares prévias ou posteriores para ampliar a informação contextualizante. Desvalorizadas formalmente como métodos são, todavia, muito valorizadas como recurso alternativo para colmatar insuficiências daquelas estratégias metodológicas que assentam numa interacção directa com os investigados. A respeito, Bogdan & Biklen (1994,139) são elucidativos deste “paradoxo”: após as entrevistas, *“se não souber porquê que os sujeitos respondem de uma determinada maneira, terá de esperar para encontrar uma explicação total”*.

ilhas de Santiago e Fogo, ilhas com maior diversidade em termos de empreendimentos económicos solidários⁶.

Ainda convém referir um outro constrangimento não menos importante que tem a ver com a responsabilidade profissional da investigadora, o que muitas vezes dificultou na deslocação ao terreno, originando a restrição da amostra no campo de estudo. Mas, mesmo assim, esses limites apontados não comprometeram a qualidade do trabalho.

Organização da dissertação

Recorda-se que a dissertação está estruturada em duas partes: uma introdutória que engloba a justificativa do tema, os objectivos e os procedimentos metodológicos, e uma outra composta por cinco capítulos.

O primeiro capítulo incide sobre a abordagem teórica, com a intenção de trazer, para o debate, pontos de vista de vários estudiosos na matéria de economia solidária, tais como: Genauto Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville, João Roberto Lopes Pinto, Paul Singer, Sousa Santos e outros.

No segundo capítulo, focalizam-se as potencialidades dos empreendimentos económicos solidários, e o papel das suas redes no processo da implementação e do desenvolvimento.

No terceiro capítulo, faz-se o enquadramento contextual de Cabo Verde, destacando-se os aspectos físicos, demográficos, económicos, sociais e culturais.

O quarto capítulo trata da economia solidária em Cabo Verde, considerando as manifestações das actividades desenvolvidas nesse domínio.

O quinto capítulo versa sobre as organizações promotoras de economia solidária em Cabo Verde.

E, por último, as conclusões do trabalho e as referências bibliográficas.

⁶ De facto, seria interessante estudar experiências no domínio da economia solidária na Ilha de Santo Antão. Com efeito, existem várias organizações económicas solidárias, particularmente no Concelho do Porto Novo, a partir de actividades de promoção desenvolvidas pela ONG Atelier Mar.

Capítulo I - Abordagem Teórica

A abordagem teórica das temáticas que compõem esta pesquisa tem como base os conceitos de economia solidária e o processo da sua construção. Nesta linha, recorreu-se aos conceitos, de exclusão/inclusão social, desenvolvimento humano sustentável, políticas públicas relativas às questões, designadamente a geração de trabalho e rendimento, desenvolvimento comunitário, papel do Estado na implementação e desenvolvimento do capital social e do desenvolvimento da economia solidária.

Com foco no objecto de pesquisa, buscou-se a construção de parâmetros conceptuais para orientar recolha, tratamento e a análise dos dados obtidos no trabalho de campo.

Referiu-se, no campo da justificativa do tema, que a economia solidária tem merecido destaque em diferentes países, tendo como reflexão a sua dinâmica, principalmente nos países com perspectivas de desenvolvimento voltadas para a macroeconomia. Com base nesses pressupostos houve iniciativas inovadoras rumo ao desenvolvimento sócio-económico.

Nesse caminho, os efeitos das grandes transformações da economia global nas últimas décadas têm levado à degradação do aparelho estatal, com repercussão a nível social, isto é, deixando a política de acção social para o segundo plano. Na sequência disso, no campo sócio-económico assistiu-se a um aumento acelerado do desemprego, dando lugar à exclusão social de uma forma dramática. Deste modo, o resgate através das práticas do engajamento das organizações comunitárias tem assumido como uma das alternativas para colmatar esse défice em diferentes partes do mundo. Com essa dinâmica, no âmbito do desenvolvimento comunitário, surgiram as acções voluntárias de pessoas, na elaboração das actividades socio-económicas.

Essa prática social veio a reconfirmar que faz todo o sentido a consolidação da economia solidária como uma nova forma de economia, na medida em que ela tem uma vocação comunitária, apresentando várias formas de produção e prestação de serviços à comunidade.

1.1. Exclusão Social, Pobreza Contrapondo o Desenvolvimento Socio-económico

Entre o final do século XVIII e início do XIX, os autores Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, demonstraram que “*com a eliminação das barreiras às trocas comerciais entre indivíduos e entre nações gera um aumento de bem-estar mundial*”⁷, e no século XX, esta tese foi derrubada por uma outra, moderna, dos economistas Bertil Ohlin e Paul Samuelson, que tem a ver com a teoria do comércio internacional. Posteriormente, esta tese foi reforçada por Jagdish Bhagwati, com a hipótese mais realista sobre a estrutura dos mercados e o funcionamento da indústria, favorecendo o comércio e o câmbio livre, ou seja, a liberalização comercial, baseada na tese do aumento de bem-estar dos cidadãos. A citada hipótese tinha ainda como pressuposto mostrar que o crescimento do rendimento de cada país concentra-se na produção de bens mais eficientes e o resto advém da importação como complementaridade das necessidades cujo objectivo é reduzir o poder de monopólio das empresas, em que os preços dos produtos importados seriam cada vez mais baixos e, por sua vez, alargando a dimensão do mercado interno, obtendo a livre opção de escolha, por parte dos consumidores.

Neste sentido, o primeiro lucro ligado à especialização, que geralmente é definido como o estático, juntar-se-ia ao outro, o dinâmico, inerente ao aumento de produtividade, abrindo um leque de possibilidades para o alargamento de mercado, permitindo, assim, o desenvolvimento da economia de escala, com a aplicação de tecnologia mais apropriada. Ainda na esteira do Bhagwati, o proteccionismo nunca é uma política óptima na medida em que, o livre-câmbio é uma “*burla no que respeita aos países pobres*”. Isso significa que, na prática, o que se verifica é a desarticulação entre a política e a acção a nível interno do país. Agora pergunta-se, quais são os efeitos da abertura comercial para com a pobreza?

Tendo em conta este entendimento, e à luz de uma discussão honesta, não se pode deixar de reconhecer a existência da relação custo e benefício em detrimento da política de câmbio e, ao mesmo tempo, considerar que é de capital importância ter sempre presente que o correcto funcionamento dos mercados constitui uma condição necessária para que os benefícios associados à liberdade das trocas se materializem.

Nesta linha, para completar a tal compreensão, Amartya Sen⁸, diz que “*é pobre não só quem tem uma dotação de recursos reduzidos, mas também quem não consegue utilizar os recursos disponíveis*”.

⁷ BONAGLIA, Frederico e Goldstein Andrea, Globalização e Desenvolvimento, Editora Presença, 1ª edição, Lisboa- Janeiro 2006.

⁸SEN, Amartya, Desenvolvimento Como Liberdade, São Paulo: Cia, das Letras, 2000.

Nesse percurso, o século XX ficou marcado por profundas transformações em termos de políticas sociais e económicas. Transformações essas que tiveram uma repercussão a nível mundial contribuindo, assim, para um aumento da desigualdade social, com reflexos de uma forma dramática no campo da pobreza. Essa situação de desigualdade afectou, e de que maneira, a distribuição do rendimento nos países mais pobres, fazendo com que a faixa da população menos favorecida continue cada vez mais pobre e a da mais favorecida continue cada vez mais rica.

O século XX é a era da globalização, “*a globalização é a desvalorização da ordem enquanto tal*”⁹, também um fenómeno característico da realidade política e económica internacional das últimas décadas. Os seus efeitos sobre o número de pessoas que vivem em estado de pobreza são bem visíveis e têm aumentado principalmente nos países em desenvolvimento, uma realidade contrária ao entendimento do sistema capitalista.

Assim, com este raciocínio, significa que a globalização nos países em desenvolvimento contribuiu para a precarização do emprego que, por sua vez, levou ao alastramento da democracia política e económica. Com essa percepção, questiona-se a legitimidade da influência da democracia política e económica no âmbito da globalização, na medida em que não fez outra coisa, senão a minimização do papel do Estado, provocando a redução do seu desempenho na garantia de protecção social e da cidadania, ou seja, na garantia de uma política social.

Com essa percepção, aventura-se em afirmar que a coincidência entre o alastramento da democracia política no mundo, nos anos oitenta e noventa, e o ímpeto da livre comercialização têm originado perdas consideráveis para os países mais pobres, ou seja, em desenvolvimento, dada a concentração das riquezas à escala planetária, provocando de forma incomparável as desigualdades socio-económicas.

Nessa perspectiva, Amartya Sen (2000,23) esclarece que o desenvolvimento é um processo integrado de expansão de liberdades económicas, sociais e políticas permitindo assim uma apreciação em simultâneo, em que o mercado, as organizações, os governos e autoridades locais passam a ter mais liberdade e por sua vez melhorar as potencialidades das pessoas intervenientes no processo. O que não se constata no processo da globalização.

Nesse sentido, Castells (1999)¹⁰ acrescenta que, “*havendo uma economia global, também deveria existir um mercado de trabalho e uma força de trabalho global*”. Entretanto, como acontece com muitas declarações óbvias, consideradas literalmente, essas são empiricamente incorrectas e analiticamente enganosas. Embora o capital flua com liberdade nos circuitos

⁹ Definição de Zygmunt Bauman, in Globalização e Desenvolvimento, Frederico Bonaglia e Andraea Goldstein.

¹⁰ COSTA, Paulo Moreira de. Reflexão sobre a globalização como processo excludente. In: I Revista IPH – ISSN 1519-1451.

electrónicos das redes financeiras globais, o trabalho ainda continue muito delimitado (e continuará sendo no futuro).

A globalização do ponto de vista de Dejours (1999)¹¹ “*provoca medo no trabalhador, pois, o fenómeno é prejudicial para quase todos os países do planeta, mas seus efeitos são mais visíveis nos países menos desenvolvidos, porque, via de regra, os países mais desenvolvidos exercem domínio sobre os países periféricos, ditos menos desenvolvidos, em termos de capital e inovações tecnológicas*”. Esse domínio determina as variáveis económicas e aprofunda as desigualdades sociais nesses países. As inovações tecnológicas e a abertura económica promovidas pelos países nos últimos anos aumentaram a diferença entre a acção política e as reais necessidades de grande parte da população.

De facto, é importante reconhecer se o fenómeno da globalização tem capacidade de resumir-se ao circuito clássico das trocas dominadas pela esfera estatal e mercado contemporâneo. Além disso, será que a própria sociedade não tem a sua expressão na criação e distribuição de riquezas? Ou seja, fazer economia?

Então, sendo assim, se se criar uma organização em termos de política social, e voltada para a realidade endógena, na qual se privilegia a franja da população excluída do mercado formal e que potencialmente acusa uma propensão para o mercado informal, não seria uma estratégia mais exequível para garantir a existência de empreendimentos económicos solidários?

Nessa linha, Coragio (1997) ensina que o desenvolvimento deve estar voltado para a melhoria das condições de vida, tentando um equilíbrio mínimo na melhoria da qualidade de vida comunitária, com a implementação de sistemas estruturados para a dimensão da economia local e formar grupos de pessoas organizadas em empreendimentos económicos solidários, de forma a promover iniciativas baseadas em processos autogestionários e participativos. Só assim, o desenvolvimento poderá levar à inclusão sustentável no processo de produção e distribuição contínua e, por sua vez, à melhoria da condição de qualidade de vida dos integrantes e não só.

Nesta condição, é inegável a importância do papel das políticas públicas para a geração de empregos e rendimentos, visto que o investimento é imprescindível nesse processo, tendo em consideração o seu impacto no desenvolvimento socio-económico, sob forma de novos modelos de inclusão, na perspectiva do desenvolvimento local e nacional.

Essa nova forma de inclusão reverte no empoderamento dos envolvidos, ou seja, nas comunidades locais, consolidando no processo de desenvolvimento e emancipação local, e se configura como um tipo de luta que pressiona o Estado, na possibilidade de fazê-lo, a

¹¹ COSTA, Paulo Moreira de. Reflexão sobre a globalização como processo excludente. In: I Revista IPH – ISSN 1519-1451.

implementar políticas públicas como forma de contribuir para um desenvolvimento sustentável, com vista a diminuir a pobreza permitindo, assim, a inclusão social.

Daí que, convém referir que a construção de uma sociedade inclusiva deve pautar-se pelo trabalho. É neste quadro que surgiram as cooperativas e associações de base comunitária como resposta às fragilidades da globalização, contrapondo-se aos pressupostos do capitalismo, buscando de certo modo o envolvimento das comunidades, e a concentração das riquezas que, por sua vez, contribui para uma concentração igualitária na comunidade. Deste modo, servindo todos os membros de forma igualitária, procurando, de uma certa forma, o equilíbrio do bem-estar da comunidade, promovendo a qualidade de vida de todos, desenvolvendo a cultura de solidariedade, de reciprocidade, ou seja, de entre-ajuda.

1.2. Novo Modelo para o Desenvolvimento

Na perspectiva da cultura de solidariedade emerge e desenvolve, paulatinamente, a ideia e o conceito de que a cooperativa¹² “*não é apanágio dos pobres*” mas sim, um instrumento ao serviço dos cidadãos independentemente dos grupos sociais a que pertencem. Tanto assim é que a autogestão é a participação de todos na gestão, assim como a cooperação está relacionada com a ajuda-mútua, a solidariedade, a eficiência e a preservação social e económica, para além de manter o empreendimento social, educacional, entre outros.

Neste processo, a resistência da força de mercado subdividida em duas práticas distintas, a formalidade e a informalidade, levou à busca de um novo modelo de estratégias de desenvolvimento económico-social, com foco nas alternativas de desenvolvimento sustentável que se contrapõe ao processo de acumulação capitalista. Esse desenvolvimento sublinha as necessidades de fazer com que a economia seja parte integrante e dependente da sociedade comunitária, dando prioridade ao colectivismo e à autogestão, tendo como proposta o processo de mudança sócio-económica, apostando no desenvolvimento local, dando oportunidades à eficiência económica, de forma a preservar o ambiente, a qualidade de vida e a equidade social, a democracia, salvaguardando o bem-estar social e pessoal das gerações futuras.

A situação em apreço levou ao acréscimo do trabalho informal que, por sua vez, não teve base sustentável, na medida em que o momento ficou marcado pela recessão e o desemprego, afectando a qualidade de emprego, com fortes consequências sociais, isto é, o agravamento da distribuição dos rendimentos, que desembocou em pobreza.

¹² *As cooperativas são instituições que organizam ou podem organizar, numerosas pessoas, entre os quais não predominam, ou não necessariamente, as relações primárias*, Quijano (apud Santos, 2002, 489).

Conforme Vienney¹³ (1994,88), “*o agrupamento voluntário inspira-se na referência de laços sociais, na implementação de uma actividade económica. A participação nesta actividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento económico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas*”, mergulhando assim, as suas raízes no desenvolvimento da economia solidária.

Entretanto, convém ressaltar que a economia solidária não pode ser confundida com a economia tradicional, uma vez que a primeira mergulha em empreendedorismo económico, e a segunda em rentabilidade do capital investido. Mais ainda, para melhor compreensão, a economia solidária tem como base duas formas de organizações: as associações e as cooperativas que exercem uma actividade profissional em função de ajuda-mútua.

A ajuda-mútua, uma prática social imprescindível no domínio do trabalho, é uma questão verdadeiramente crucial na organização das formas de solidariedade que, ao mesmo tempo, estruturam actividades económicas e contribuem para uma acção pública e democrática. Entretanto, a utopia capitalista concentra-se na dominação das classes sociais, e não em promover a equidade entre os actores de desenvolvimento socio-económico. Deste modo, a economia solidária poderia ser um projecto de uma maneira geral traduzida em novas mudanças socio-económicas, em defesa dos desfavorecidos, enquadrando-os numa perspectiva de desenvolvimento autogerido pelos membros constituintes dos empreendimentos económicos solidários.

A economia solidária depende essencialmente da população organizada, sendo as cooperativas e as associações de produção, uma das formas típicas de organização dessa economia. É considerada um importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, valorizando o seu potencial endógeno, na base de uma relação económica justa, sustentável e solidária, formando parcerias que possibilitam a ampliação de conhecimento em relação à tecnologia livre por parte dos empreendimentos económicos.

Segundo Singer (2000,13), “*a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho, (.....) o modo solidário de produção e distribuição que parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo*”.

Nessa mesma perspectiva, Gaiger (2004,399) acrescenta que os empreendimentos económicos solidários provam viabilidade de uma outra lógica social de produção e de relação à

¹³ VIENNEY, Claude – L`économie Sociale, Paris: La Découverte, S.ed. 1994.

materialidade, integrando sim outros domínios e outras interacções da vida quotidiana dos trabalhadores, dando-lhes outros sentidos.

Ainda, segundo o autor, a economia solidária tende a atenuar oposições e a eliminar antagonismos correntes nas práticas e no pensamento dos nossos dias entre o trabalho e o capitalismo económico e social, ética e economia, interesse e a própria colectividade. Desta forma, para melhor compreensão é necessário decompô-las. Nesse sentido, é de capital importância ter em conta a dimensão económica que se traduz em capacidade de iniciativas, em gerar trabalho e rendimento, não apenas para os seus membros directamente envolvidos, mas também, para a própria comunidade em si, no sentido de activar o circuito de relações de trocas de produtos distribuição e consumo de bens e serviços.

De todo o modo, cabe realçar que a dimensão da referida prática reafirma o associativismo e cooperativismo comunitário.

Tudo isso faz com que a comercialização dos produtos e serviços seja transaccionada com base numa diferenciação entre os empreendedores solidários.

Diante disso, pode-se afirmar ainda que essas iniciativas económicas em acção promovem uma verdadeira construção conjunta de oferta e procura, ou seja, as actividades são desenvolvidas em função de necessidades reais comunitárias. Assim, todo o processo envolve as necessidades locais e, por sua vez, contribui para um desenvolvimento sustentável.

No entanto, convém ficar claro que a dimensão social é fortemente marcada pelo capital social, traduzindo-se na dinâmica do associativismo ou cooperativismo, ou seja, na participação e na implementação das acções desenvolvidas.

Em última análise, essas dinâmicas concentram-se, sobretudo, no desenvolvimento para atingir a viabilidade económica e social, de forma a englobar toda a comunidade e que as estratégias de desenvolvimento sustentáveis possam auxiliar e trazer benefícios às populações locais. Outrossim, tendo essas práticas como estratégias de desenvolvimento alternativo, as comunidades locais passam a estar cada vez mais organizadas e na base de coesão podem criar e desenvolver diversas potencialidades económicas.

1.3. A Economia Solidária

“ A economia solidária como um projecto de desenvolvimento local e de pluralidades das formas de actividades económicas, visando a utilidade pública, sob a forma de serviços diversos principalmente, mas não exclusivamente à população carente ou excluída”.
Wautier (2003)

De acordo com França Filho e Laville,¹⁴ a economia solidária teve a sua origem, na primeira metade do século XIX em França, respondendo ao agravamento da crise do trabalho e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de segurança social.

Enquanto conceito, a economia solidária ressurgiu nos anos 90, como resposta à crise do paradigma fordista e do Estado de bem-estar social, formada por actividades recíprocas desenvolvidas por voluntários. Segundo alguns autores, a economia solidária não constituía uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não mercantil. A sua existência justificava-se na tentativa de uma articulação entre as economias mercantil, não mercantil e não monetária.

Com a expansão da crise do trabalho e do desemprego em massa, a economia solidária surge na Europa como resposta à insuficiência das políticas activas de geração de emprego, articulando, assim, a prestação de serviços públicos com actividades de voluntariado e de profissionais que vendem os seus serviços. Portanto, a emergência de uma economia solidária europeia traduz-se por uma florescência de práticas socio-económicas, a partir de iniciativas locais, designadas como serviços de proximidade ou solidários.

Nas sociedades tradicionais sempre estiveram presentes as práticas colectivas de produção, trocas solidárias e comercialização de bens. O fenómeno da globalização arrastou profundas transformações no mercado de trabalho. Assim, surge uma nova forma de concepção de desenvolvimento com base na valorização de potencialidades locais, ou seja, uma revolução para dentro da comunidade, assumindo características próprias, desempenhando um papel relevante na (re) organização das associações e cooperativas comunitárias, coesas na prática de entre-ajuda.

¹⁴ FRANÇA Filho, Genauto Carvalho de & Laville, Jean-Louis, Economia solidária, Uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

Essa prática de entre-ajuda contribuiu, e de que maneira, para a construção de uma estrutura sólida, no reforço das redes de desenvolvimento das actividades da economia solidária.

A noção de redes tem como base estrutural e integrante, criar e desenvolver uma política sustentada na geração de trabalho e comercialização dos bens.

A economia solidária é uma estratégia que promove a inserção social de grupos de pessoas com grandes dificuldades de empregabilidade. Sendo assim, fomenta a criação de micro empresas de inserção que produzem artigos e prestam serviços nas áreas do turismo social, da reciclagem, do artesanato, da cultura periférica, da costura, da gastronomia, da agricultura biológica, dos serviços de proximidade, entre outros.

Tem por objectivo geral a criação de postos de trabalho, procurando promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e diminuir os índices de desemprego de longa duração e exclusão social.

Porém, é importante realçar que essas experiências propõem uma superação da primazia economicista e ganhos económico-sociais, procurando desenvolver a cooperação no trabalho, isto é, a reciprocidade com base na voluntariedade entre cidadãos livres e iguais, estabelecendo sempre a coesão social e banindo as desigualdades.

Segundo Coleman (apud Putnam 2002,177) *“a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social e sistema de participação cívica”*, tendo em vista que, o capital social diz respeito às características das organizações sociais, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas e a cooperação espontânea.

Em virtude de uma sociedade mais justa e igualitária, em defesa dos mais desfavorecidos e na procura de relações económicas e sociais de solidariedade, ao invés da concorrência, a economia solidária responde, desta forma, apresentando um conjunto de actividades económicas, na base de produção e distribuição de rendimentos, mobilizando recursos endógenos, de incentivos ao emprego e auto emprego local, de forma a proporcionar o desenvolvimento local.

Ao resgatar a história das experiências solidárias e autogestionárias, de acordo com Gaiger, na história do capitalismo, sempre existiram movimentos sociais dos trabalhadores organizados ou espontâneos de resistência aos modelos de concentração de rendimento e do poder, em que essas experiências têm sido marcadas pelo isolamento e existência efémera, servindo como espaço de sociabilidade e com pouca repercussão para a gestação de uma economia do trabalho que pretenda tornar-se uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista.

Hoje em dia, o fenómeno alternativo está centralizado, sobretudo, na criação de trabalho e geração de rendimento, tendo como beneficiários a população mais pobre e excluída. Todavia, convém realçar que o sucesso dessas iniciativas reside na capacidade de mobilizar, motivar, envolver as pessoas para a gestão eficaz e eficiente das associações e cooperativas solidárias no campo de trabalho, como fonte de rendimento.

Neste sentido, o trabalho constitui um dos elementos fundamentais no desenvolvimento da economia solidária, sem pretensão de se transformar esse tipo de economia que prima pelo colectivo de trabalhadores, em economia de trabalho que consiste na acumulação de riqueza.

Daí que se considera de bom senso ter em conta o impacto do trabalho na qualidade de vida das famílias associadas, contribuindo efectivamente para o desenvolvimento local. Entretanto, deve-se sempre evitar que a economia solidária seja vista e interpretada como uma economia dos pobres. O alcance dessa economia está na sua estratégia dinâmica e efectiva, geradora de trabalho e rendimento, sobretudo, no que diz respeito à segurança humana e ao bem-estar de toda a comunidade. Por isso, é fundamental o impulso contínuo às incitativas e à qualificação dos intervenientes e dos demais agentes envolvidos, com o objectivo de criar as condições para o desenvolvimento sustentado dos empreendimentos económicos solidários, considerando o potencial produtivo da cooperação e a responsabilidade social para com a população e o meio ambiente.

Nessa ordem de ideias, para que as potencialidades de uma comunidade possam atingir o desenvolvimento colectivo, os actores envolvidos devem estar unidos na ajuda mútua, no controlo social, na produção e distribuição. O desenvolvimento da cooperação, da democracia, do controlo social e da autonomia é fundamental e deve estar, sempre que possível, presente em todos os elos de uma cadeia produtiva solidária, pois, a economia solidária exige respeito à autonomia dos empreendimentos e às organizações de trabalhadores, rejeitando as práticas da competição, maximização e do lucro individual.

Esse tipo de economia deve ser uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla, nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, abrangendo sempre maior número de trabalhadores e famílias sem acesso à remuneração e excluídas do mercado capitalista.

1.4. O Papel do Estado na Economia Solidária

A tendência cada vez mais forte da globalização tem causado o aumento do desemprego na maioria dos países, desafiando o poder tradicional dos governos.

A livre circulação da informação e a comercialização dos produtos permitem um debate mais esclarecedor e profundo sobre as vantagens e os inconvenientes do intervencionismo estatal na economia, tendo como foco principal as desigualdades e as oportunidades dos intervenientes na economia global.

A globalização tem contribuído igualmente para o aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e pobres, entre ricos e pobres do mesmo país, criando situações incontornáveis a nível social e económico.

Com isso, a intensificação dos problemas sociais, o desemprego em massa e as desigualdades crescentes, originaram uma instabilidade social e económica, principalmente nos países em desenvolvimento. Como resposta a essa situação, é imprescindível a aproximação entre as políticas económicas e políticas estatais e a do emprego, ou seja, cabe ao Estado estabelecer relações de equilíbrio e focalizar-se nas políticas para o desenvolvimento da economia nacional, implementando acções que promovam a autogestão e o desenvolvimento das comunidades de trabalhadores excluídos do sistema económico.

Dessa forma, fica claro que o resgate do desenvolvimento sócio-económico, sem um Estado actuante, não será possível. Assim, o Estado deve desenvolver políticas fundamentais na construção de alternativas de fomento à inclusão e criação de empregabilidade, estimulando novas formas de actividades económicas que contribuam para o desenvolvimento nacional.

A intervenção do Estado é crucial para desenvolver relações de articulação e parcerias com organizações de desenvolvimento comunitário, envolvendo todos os actores governamentais na promoção e implementação da economia solidária, visto que essa economia é de carácter público e não estatal.

A proliferação de formas de trabalho cooperativo e associativo, como instrumentos fundamentais de implementação e desenvolvimento da economia solidária, vem exigindo a presença permanente do Estado como impulsionador e controlador do novo processo económico, no sentido de que o Estado deve ser capaz de responder às exigências do processo, como a demanda exige, mediante respostas estruturadas e imediatas, em termos socio-económicos, para que os chefes de família se sintam engajados no processo de desenvolvimento da micro-economia.

O Estado, por sua vez, deve reconhecer o esforço e a capacidade dos empreendedores económicos solidários, em prol do desenvolvimento económico, e responder com um plano de acção concreto, isto é, com políticas de sustentabilidade, de forma a gerar confiança e autonomia porque, na realidade, a estruturação básica, em certa medida, foi concebida pelos próprios empreendedores na estruturação do processo da implementação e desenvolvimento das modalidades da economia solidária.

Por conseguinte, o mais importante é a afirmação das políticas e estratégias económicas de inserção socioeconómica, de modo que possam assegurar os empreendedores solidários a nível da produção e distribuição dos seus produtos a preço justo. Com isso, pode-se ainda frisar a relevância dos incentivos fiscais e aduaneiros, outrossim, unificar as políticas de combate ao desemprego e sub-emprego em consonância com os empreendimentos solidários, dando oportunidades aos empreendimentos a se reestruturar e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país.

A título de esclarecimento, pode-se pensar no fenómeno da economia solidária como um problema emergente sob a forma de acção colectiva, pois teria a exclusão sócio-económica como pressuposto, a razão principal da reestruturação do tecido económico. Por sua vez, um Estado actuante, ou seja, um Estado mais do que parceiro e facilitador, segundo Dupas, (2001,104) “*Um Estado indutor, normativo e regulador, apto simultaneamente a enfrentar sua enorme e indelegável missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda e amparo à exclusão social*”.

Nesse contexto, é preciso buscar soluções à crise do trabalho que são demonstradas em altas taxas de desemprego, nessa luta contra os excluídos. Assim, surgiram as ONG e a (re) organização das associações e cooperativas, como facilitadores dos grupos dos excluídos, com objectivo de promover a sua própria reinserção na esfera económica e na estruturação dos empreendimentos económicos solidários. Nessa prática, as organizações dependem, sobretudo, de financiamentos públicos.

Deste modo, a forte influência do Estado, enquanto fonte principal de financiamento e responsável do sector público, tem um papel fundamental na construção da economia solidária, na implementação das políticas que promovam acções de autogestão e desenvolvimento das comunidades, da população excluída, sistemas de educação, produção e consumo, fazendo com que a economia solidária seja de carácter público e não estatal, criando condições para o desenvolvimento local, com base na sustentabilidade humana, melhorando a qualidade de vida dos seus membros.

Nessa perspectiva, e segundo Carborani¹⁵ (1999,2), “*o Estado tem um papel fundamental, não no sentido de planejar a actividade económica, mas no sentido de aportar condições para que a auto-organização livre dos produtores e consumidores possa ser efectiva. Supera-se a ideia do Estado como burocracia administrativa em nome da ideia de Estado como espaço público de enfrentamento de interesses privados e privatista, palco de busca de soluções públicas, colectivas (.....). Neste sentido, um Estado antes de ser burocracia é sociedade organizada*”.

1.5. As Políticas Públicas para a Economia Solidária

O surgimento de novas formas de produção colectiva a partir dos anos 1980, comumente chamadas de organizações ou empreendimentos de economia solidária, se caracteriza pelo processo de trabalho colectivo, isto é, insere-se no quadro de uma sociedade cooperativa que, de certo modo, motivou o aparecimento das cooperativas em todo o mundo.

Perante essa situação, a razão chave do desenvolvimento solidário é a criação de instituições que permitam mais produção e consumo, com elevado nível de padrão de vida, de forma a investir na formação, capacitação dos integrantes das actividades das empresas solidárias e, só depois, injectar recursos que possam ser utilizados como geradores de novas modalidades em prol da sustentabilidade sócio-económica comunitária.

Neste sentido, torna-se imprescindível uma actuação mais positiva e abrangente do Estado a fim de alavancar o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária através de políticas públicas.

A implementação dessas políticas públicas favorece a autonomia da população e, do mesmo modo, incentiva o trabalho cooperativo e outras formas alternativas de geração de rendimento, ao invés de políticas pontuais de “enfrentamento à pobreza” que apenas criam e perpetuam uma “clientela” dependente, dando continuidade à visão do Estado como “distribuidor paternalista” de concessões e favores.

Com isso, a economia solidária possui maior capacidade de militância e de inovação. Todavia, a sua importância na inserção económica é imprescindível, isto é, a economia solidária surge no espaço intermédio entre Estado, mercado formal e informal, através das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas económico.

Neste sentido, faz-se necessário compreender em que medida, as políticas públicas são afectadas, principalmente as de carácter económico-social.

¹⁵ CARBONARI, Paulo C. Economia Popular Solidária: possibilidades e limites, Seminário Regional de Trabalho e Economia Popular Solidária, Passo Fundo: IFIL, 1999.

Nessa ordem de ideias, Bucci (2004) esclarece que as políticas públicas constituem uma temática oriunda da ciência política, em que existe uma preocupação do Estado em concretizar acções provindas dos direitos humanos e sociais. Sendo assim, as políticas públicas têm origem nas relações de forças de uma sociedade que, em embates constantes, formará o conjunto de decisões tomada no interior do Estado. As tais decisões, quando atingem relações económicas, são políticas económicas, e quando se referem ao modo de vida em sociedade, são políticas sociais, e, por sua vez, desdobram-se em inúmeros sectores sobre os quais se quer intervir, estando, intrinsecamente ligados.

Em termos de conceito, as políticas públicas¹⁶ “*são manifestações das relações de forças sociais reflectidas nas instituições estatais e actuam sobre campos institucionais diversos, em função do interesse público, destinando-se a alterar as relações sociais estabelecidas*”, Essas políticas públicas devem ser canalizadas em prol do interesse público.

Sendo do interesse público¹⁷, “*conjunto de aspirações humanas*”, que são heterogéneas e não se reduzem à sua acepção económica, ou seja, à vontade de preservação da coesão social pelo fortalecimento dos laços de solidariedade, um ideal regulador, parâmetro pelo qual se buscará pautar as decisões estatais em todas as suas instâncias orgânicas.

Nesse sentido, as políticas públicas da economia solidária são da responsabilidade do Estado. A autogestão é a forma de introduzir a democracia no mundo económico. A economia capitalista é a economia dominante, não do ponto de vista quantitativo, mas do ponto de vista ideológico e cultural.

Convém ainda referir que, do ponto de vista do trabalhador, a maior parte deles não tem a oportunidade de trabalhar para um empreendimento capitalista. Esse sistema divide, de forma muito clara, os donos do capital e os que trabalham em troca de um salário. No empreendimento capitalista, a gestão concentra totalmente o poder de decisão nas mãos dos donos do capital e seus representantes. A grande massa de pessoas que trabalha em troca de um salário limita-se à natureza das tarefas que cumprem. Essas pessoas, além de não terem qualquer possibilidade de participar da gestão geral da empresa, ignoram as situações por elas enfrentadas na própria empresa.

Na economia solidária, em contrapartida, podem existir empresas modernas, eficientes, eventualmente até grandes, não predomina a divisão entre as classes operárias.

¹⁶ DERANI, Cristiane, Privatização e Serviços Públicos: As Ações do Estado na Produção Económica. São Paulo: Ed: Max Limonad, 2002.

¹⁷ DERANI, Cristiane, op, cit, 46.

Neste processo existem inúmeras iniciativas voltadas para a construção de cooperativas autogestionárias e democráticas, além de outras formas de produção, trabalho ou consumo colectivo e associativo.

A questão que se coloca é como a economia solidária pode ter dinâmica própria sem depender das contradições do sistema capitalista de produção? Isso só ocorrerá quando ela tiver condições de oferta às pessoas ou oportunidades concretas de auto-sustento, proporcionando, ao menos, o mesmo patamar de bem-estar médio e segurança que o emprego assalariado proporciona, com nível de eficiência na produção e distribuição de mercadorias aptas a competir com os bens oriundos da produção capitalista.

Desta forma, as oportunidades sustentadas pela economia solidária não podem ser encaradas apenas como resposta imediata às crises das empresas, ao desemprego, à exclusão social, nem tão pouco devem ser associadas às alternativas de geração de rendimentos e de trabalho, somente para a população pobre e excluída do sistema vigente.

Essas políticas implementadas nesse processo, apenas servem para reduzir os agravamentos das consequências dos males do mercado capitalista, sem realmente enfrentá-los, evitando conflitos e responder “humanitariamente” às situações de agravamento da miséria e espoliação de grupos sociais.

As possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e trabalho dos indivíduos estão directamente relacionadas com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação.

Essas relações sociais de cooperação desempenham um papel muito importante no desenvolvimento comunitário, de forma a manter um bom nível de capital social¹⁸, isto é, mantê-lo cada vez mais elevado, visto que a eficiência das instituições envolvidas no processo depende, sobretudo, da consciencialização da existência do grau de solidariedade, ajuda-mútua e reciprocidade. Essa eficiência diminui os custos de transacções dos produtos e serviços. Assim, quanto maior o grau de confiança numa comunidade, menor será o custo de transacção para alcançar uma solução.

Neste sentido, é de frisar a importância da acção colectiva, como sendo a união das pessoas que somam esforços para realizar uma determinada tarefa. Esforços que envolvem várias formas de relações sociais, como por exemplo, ajuda-mútua em vários grupos de organização

¹⁸ Segundo o Putnam, a eficiência das instituições é condicionada pelo capital social, que se constitui por um conjunto de características específicas da organização social, em sistema de redes de interesses e relação social.

comunitária que recorrem à prática da acção colectiva para alcançar determinados objectivos que não seriam possíveis ser alcançados individualmente. O que significa que atingir os tais objectivos, de uma forma individual, implicava custos elevados.

Em jeito de compreensão, convém dizer que em comunidades pequenas, onde o grau de comportamento de oportunismo é reduzido, existe uma forte expectativa de reciprocidade, assim como um maior envolvimento cooperativo na resolução dos problemas, isto é, a acção colectiva pode ser capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação económica e social. Nesse passo, a qualidade de vida das famílias comunitárias tem probabilidade de melhorar.

O grau de capital social está directamente relacionado com a capacidade de estabelecer as regras nas relações de cooperação. Sendo assim, o grau do capital social aumenta à medida que as soluções cooperadas são concretizadas. Do mesmo modo, as práticas colaborativas entre os indivíduos estimulam um aumento de capital social. Neste sentido, o capital social permite aos indivíduos a obtenção de recursos ou bens colectivos por meio de transacção que envolve reciprocidade, na qual, todos se beneficiarão. Assim, maiores benefícios podem ser alcançados à medida que cresce o grau de capital social.

1.6. Capital Social no Campo da Economia Solidária

“ O capital social tem sua base nas fontes de recursos, ainda que gerado pelos membros da rede de um indivíduo e não pelo próprio indivíduo, é mobilizável e mobilizado por esse indivíduo para atingir um objectivo permitindo-o melhorar o bem-estar (...). A escolha de investir mais ou menos em esta ou aquela relação é uma antecipação racional”. Coleman (1990)

O fenómeno da economia solidária está intimamente ligado ao aspecto económico, social e político. As relações de reciprocidade desenvolvidas nesse campo de ajuda-mútua sustentam a solidariedade desenvolvida nas associações e nas cooperativas.

O aumento da capacidade dos indivíduos em fazer escolha, de forma livre, reforça e possibilita relações de cooperação na interacção dentro da comunidade. Como diz Sen (apud Kliksberg, 1998,35) *”desenvolvimento é a possibilidade de avançar com um pouco de ajuda de meus amigos – ajuda que pode provir da interdependência no mercado (...) mas também dos*

serviços públicos, que conferem às pessoas mais capacidades para se ajudar a elas mesmas e aos outros”.

O conceito do capital social tem sido utilizado para demonstrar a importância das redes sociais informais na construção de relações sociais e de formas de sociabilidade nas quais o interesse pessoal e colectivo se imbricam. A existência de capital social constituiria, igualmente, um indicador importante nas análises de consolidação de relação de confiança entre as partes envolvidas.

Nessa linha, o capital social pode ser entendido como normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais, desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida quotidiana, resultando em numerosos benefícios directos ou indirectos, sendo determinante na compreensão da acção social.

Na perspectiva de Putnam e de Coleman, o capital social é “*o conjunto de recursos, na maioria simbólicos, cuja apropriação depende em grande parte do destino de uma comunidade*”. Assim, a acumulação de capital social consiste num processo de aquisição de poder (empowerment) e até mesmo da mudança nas correlações de forças no plano local. Neste sentido, o termo capital social pode ser usado para fazer corresponder ao recurso que serve para abrir caminho para a formação de novas relações entre os habitantes de uma dada região.

Então, sendo assim, “*a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social (...) e sistema de participação cívica*” (Putnam, 2002), isto porque o capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, de modo, a facilitar as acções coordenadas e a cooperação espontânea.

Nesta linha, Coleman diz que o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objectivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Assim, o capital social permite que cada integrante realize o trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos, tendo como consequência o aumento da eficiência da acção, sustentando o nível de confiança e reduzindo o oportunismo individual.

Neste sentido, o capital social desempenha um papel crucial no desenvolvimento do capital humano e constitui um importante recurso na condução dos assuntos sociais. A importância do capital social para o desenvolvimento de uma dada região/localidade derruba a tese originária de Adam Smith¹⁹, amplamente usada pelos economistas neo-clássicos, de que, se cada indivíduo procurar isoladamente alcançar seus objectivos, a sociedade como um todo estará

¹⁹ Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, escrita em 1776.

caminhando para o desenvolvimento. As acções isoladas visando à maximização de suas satisfações convergiriam à satisfação da sociedade como um todo.

Na verdade, os indivíduos não agem independentemente, seus objectivos não estão estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estreitamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos de que os indivíduos podem dispor.

Ainda, Putnam esclarece que o capital social *“é um atributo do tecido social que normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional que, usualmente, é um bem privado”*. Nessa perspectiva, o autor contraria a abordagem de Bourdieu²⁰, que numa mesma comunidade uma pessoa possui mais capital social do que outra.

O capital social, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento, fortalece a sociedade civil nas comunidades, através das redes, estabelece relações de confiança entre os actores envolvidos. Nesse sentido, o capital social torna-se indispensável para o entendimento da dinâmica institucional, da inovação e criação de valores (Nahapiet e Ghoshal, 1998).

Tendo em conta essa condição, é importante frisar que *“a incapacidade de cooperar não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade”* David Hume (apud Putnam, 2002), mas sim falta de entendimento nesse domínio. O poder do capital social *“reside nas relações”* entre os actores envolvidos. Convém deixar claro que o capital social não é propriedade exclusiva de indivíduos, o seu desenvolvimento afecta todos os factores envolvidos na evolução das relações sociais.

Do mesmo modo, cabe realçar que, *“nas comunidades ou grupos “fechados”, pode ser mais fácil desenvolver capital social, especialmente as dimensões relacional e cognitiva. As chamadas comunidades fortes, comunidades ou grupos que excluem elementos de fora tem identidades e um senso de fronteira que separam e distinguem membros de não-membros* (Bourdieu, 2003b).

1.7. Empoderamento (empowerment) e a Economia Solidária

A minimização da pobreza e da miséria são condições básicas do desenvolvimento de um país. A solução para essa problemática está subjacente na promoção das políticas socio-económicas, de modo a garantir sistemas bem estruturados na dinamização da economia local e

²⁰ O capital social, defendida por Bourdieu, representa um poder sobre um campo (num dado momento) e mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (...). As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num determinado momento. (...) A posição de um determinado agente, (2003, 134).

de formação de grupos de pessoas organizadas em empreendimentos económicos solidários, de forma a desenvolver políticas de inclusão sustentável no processo de produção e distribuição de bens e serviços, na promoção de qualidade de vida dos intervenientes.

O desenvolvimento alternativo aponta como factores de sua dinâmica a existência de diversas iniciativas económicas protagonizadas por várias organizações, nomeadamente associações e cooperativas comunitárias. No entanto, para a consolidação e sustentabilidade desse desenvolvimento, o Estado desempenha um papel fundamental nesse como definidor e promotor das políticas públicas para geração de emprego e do bem-estar social, que possam levar à emancipação.

Nesta linha de ideias, Oliveira (2002,11), um dos críticos nessa matéria, elucida que “ *o desenvolvimento local poderia criar um locus interactivo de cidadãos, recuperando as iniciativas e a autonomia na gestão do bem comum*”.

Na mesma abordagem, Sérgio Buarque (2002,25-56) defende a proposta de desenvolvimento local como um “*processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população*”.

Buarque defende, ainda, que o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas acções convergentes e complementares, com o intuito de provocar mudanças, tendo como resultado melhorias na qualidade de vida dos seus intervenientes que, por sua vez, faz toda a diferença, no sentido de que o poder local é considerado como essência da participação democrática, ou seja, uma das estratégias da promoção em prol do desenvolvimento alternativo, que tem por objectivo superar a pobreza na luta pela promoção dos direitos humanos e motivar a participação e descentralização do capital social dos actores envolvidos no processo.

Assim, o empoderamento dos grupos sociais na criação e no desenvolvimento de empreendimentos económicos solidários é fundamental, uma vez que os referidos grupos sociais como potenciais motores do desenvolvimento socio-económico local devem estar munidos de conhecimento, em termos de necessidades comunitárias, de tipos de empreendimentos e sustentabilidade de produção e distribuição dos produtos solidários, de forma a garantir a sustentabilidade sócio-económica de todos os envolvidos, principalmente, dos produtores e consumidores solidários.

Um outro aspecto importante, que merece destaque, é a absorvência dos referidos produtos no mercado formal, ou seja, gosto preferencial dos consumidores em relação aos produtos solidários, uma vez que os resultados obtidos contribuem para banir a exclusão social.

Nessa luta contra a exclusão social em prol de desenvolvimento através de empreendimentos económicos solidários, Singer (2002,20) acrescenta que “*o crescimento*

económico em geral reduz a pobreza, mas não chega a beneficiar os muito pobres, as vítimas da pobreza crónica, que se transmite de pais para filhos e resulta em exclusão social (...) quando a economia cresce, o desemprego cai, mas eles continuam tão pobres quanto antes”.

Neste sentido, a construção de uma sociedade inclusiva deve pautar-se pelo trabalho como forma de garantir o emprego e rendimento. O trabalho é um elemento central do projecto de desenvolvimento socio-económico. A sua articulação com as acções colectivas é fundamental no desenvolvimento do espírito de socialização com base nas experiências, visando diminuir a fragmentação existente na economia solidária que se contrapõe ao individualismo competitivo, que caracteriza o comportamento económico padrão da sociedade capitalista. Também estimula a solidariedade entre os membros, mediante a prática da autogestão.

Os trabalhadores excluídos do mercado formal vivem processos de exclusão social de forma perversa, por não estarem inseridos na sociedade de forma organizada, ou seja, em associações e cooperativas comunitárias autogeridas. A gestão em rede solidária e democrática implica a participação livre dos membros e contribui para o empoderamento da economia solidária, através dos seus grupos.

Ronamo (apud Mattar, 2003,1) define o empoderamento como “*processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir*”. As organizações comunitárias solidárias operam no sentido de atender as demandas de trabalho, por parte da comunidade.

Neste contexto, pode-se afirmar que a dimensão solidária não é apenas uma nova forma de organização, pois, essa prática solidária garante o diferencial entre os empreendimentos de economia solidária e as actividades económicas da economia do mercado capitalista com base na participação activa de toda a comunidade.

Na mesma linha, Lisboa (2003,6) acrescenta que a economia solidária “*mobiliza de forma autónoma os recursos presentes no território, proporcionando uma dinâmica de autoconfiança que revigora as identidades locais e auto-estima social*”.

A transformação do capital social dos seus membros/grupos é muito importante no processo de aprendizagem, sobretudo, quando estabelece parcerias com o poder público local, visando a construção de políticas públicas que apoiam a geração de trabalho e rendimento solidários.

Fialho & Kapon (2003,215) rematam que, “*quanto maior for o controle da sociedade sobre a criação e execução de políticas públicas e quanto maior for o seu campo de actuação e maiores o seus resultados, mais forte será o seu carácter público*”.

Capítulo II – As Potencialidades dos Empreendimentos Económicos Solidários

2.1. Empreendimentos Económicos Solidários e Economia Solidária

A economia de mercado é uma das simplificações típicas das actividades económicas, mundialmente reconhecida. Nessa concepção, as empresas privadas capitalistas, ou empresas de mercado, aparecem exclusivamente como autênticos e legítimos agentes da economia. Entretanto, hoje, o sector informal torna-se imprescindível no desenvolvimento socioeconómico, induzindo, de certa forma, uma importante mudança no que tange aos empreendimentos económicos, sendo inegável o papel e o engajamento na estrutura da micro-economia. Deste modo, responde não apenas às exigências de trabalho, mas, sobretudo, ao sustento das famílias.

Os empreendimentos económicos solidários (EES), segundo Gaiger (2004,329), “*se caracterizam por formas multivariadas de organizações e de experiências que incluem desde o segmento de micro-empresas, das cooperativas, de associações de moradores e de assentados, até aos grupos informais de trabalhadores*”, como respostas da sociedade à chamada “*crise do trabalho*”.

Chesnais (1995,2) acrescenta que “*a crise do trabalho*” tem-se manifestado através do fenómeno da financeirização da economia, o crescimento da esfera produtiva que exerce uma influência negativa sobre a criação de novas capacidades produtivas nos marcos institucionais sobre os quais se movem investimentos produtivos.

Um outro aspecto inerente à crise, na última década, refere-se ao efeito da globalização na política liberal (no final da década de 70 com os governos de Margareth Thatcher com Ronaldo Reagan nos Estados Unidos).

O crescimento dos níveis de desemprego e a sua duração contribuíram para a precarização das relações de trabalho e o aumento da pobreza. Essa situação de instabilidade tornou-se cada vez mais visível, o que mostra que não se trata de um problema de ajustamento económico, mas sim, da consequência negativa produzida pelo desenvolvimento capitalista. Assim sendo, é urgente e indispensável a implementação de um novo sistema de desenvolvimento socioeconómico, diferente do capitalismo.

Neste sentido, o investimento na capacidade individual ou colectiva “*de tomar iniciativas*” de busca soluções inovadoras se releva crucial. Para isso, é de capital importância superar as dificuldades económicas por meio de empreendimentos económicos solidários que objectivam a geração de emprego e rendimento, e que tem sido demonstrado como uma das soluções.

Nesse caminho, as práticas de reciprocidade desenvolvidas nos grupos de trabalhadores solidários possibilitam a todos uma forma de escoamento de produtos em rede solidária.

A acção colectiva na construção de alternativas de sobrevivência tem possibilitado o desenvolvimento de empreendimentos económicos solidários, com uma certa expressão no mercado económico, sobretudo, na luta contra o desemprego e a precarização das relações de trabalho permitindo, assim, a adesão e o desenvolvimento dos empreendimentos económicos solidários.

Os empreendimentos económicos solidários têm um papel fundamental na reestruturação do tecido económico, visto que, o processo se insere na empregabilidade e complementaridade dos produtos locais, onde toda a rede produtiva desempenha múltiplas funções, de modo que os proprietários trabalham em prol do bem-estar de todos os envolvidos. O processo da entrada de novos membros nos empreendimentos solidários exige uma adesão dentro do processo comunitário. Com isso, é de realçar a criação de iniciativas económicas solidárias é a forma como as pessoas encontraram para resolver problemas sociais e económicos por que passavam e que busca a criação de empregos e rendimento, contribuindo, e de que maneira, no empoderamento da comunidade.

A consciencialização da criação dos EES tem evidenciado um espaço próprio consistente no processo de reestruturação do mercado formal. Mais ainda, teve um impacto directo no melhoramento das condições de vida de muitas famílias e na diminuição dos excluídos, e sobretudo, no desenvolvimento da economia nacional.

Nessa ordem de ideias, os empreendimentos económicos solidários têm revelado um papel predominante na promoção da economia solidária na comunidade, isto é, no desenvolvimento económico solidário local. Os EES perspectivam o engajamento económico-social com reflexo directo nas acções dos trabalhadores dos empreendimentos solidários, fazendo com que a rede seja cada vez mais coesa. Ao mesmo tempo, a rede de comercialização com outros empreendimentos económicos solidários revitaliza, de um certo modo, as modalidades da iniciativa da economia solidária, tornando-as cada vez mais sólidas em relação ao mercado formal.

Diante disso, é de destacar a própria dinâmica produtiva dos empreendimentos solidários. Dinâmica essa voltada para os aspectos sociais, baseada na socialização integral dos meios de produção e em processo colectivo de trabalho.

Daí que esses empreendimentos económicos solidários²¹ intensificaram-se nos últimos anos com os seguintes objectivos: promover o emprego e contribuir para uma sociedade mais justa, isto é, gerar novas oportunidades de inserção social no trabalho autogerido e democratizar a economia.

As novas oportunidades de inserção social contribuíram para o alargamento das vendas ambulantes, do trabalho, das informações, entre outros, que têm provocado conflitos de entendimento entre mercados e autoridades estatais. Essas iniciativas estimularam a sobrevivência dos excluídos e evoluindo ao longo do tempo, dando origem à criação de grupos de trabalho social organizados, explicitando a colectividade na gestão de produção económica, tendo como objectivo a emancipação económica e social.

No âmbito do citado alargamento de oportunidades, é preciso reconhecer que os vários empreendimentos económicos em questão, assumidos colectivamente ou não, por grupos excluídos, têm dado respostas positivas à sociedade visto que, antes, existia uma escassez de oportunidades de emprego, tanto no sector privado quanto no sector público, assim como a inexistência de políticas eficazes de geração de trabalho e rendimento.

Para reforçar essa percepção, Gaiger (2004,374-375) diz que “*os empreendimentos económicos solidários ocorrem proporcionalmente à conjunção das seguintes circunstâncias:*

- *A presença de sectores populares com experiências em práticas associativas comunitárias ou de classe (...) nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e de desenvolvimento de competências para sua organização e para a defesa de seus interesses;*
- *A existência de organizações e lideranças populares genuínas, viçadas nos movimentos de ação directa e nos sistemas de representação dos interesses colectivos próprios à segmentos sociais;*
- *Chances favoráveis para que as práticas económicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se aos arranjos individuais, familiares e semicolectivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos círculos de relações e de influência”.*

Nesse mesmo campo, Pinto (2005,136-137) diz que os empreendimentos económicos solidários podem ser agrupados, em três tipos²² “*um tipo voltado para a produção de bens, outro*

²¹ Empreendimento económico solidário se caracteriza por formas multivariadas de organização e experiências que incluem desde o segmento de microempresas, das cooperativas, de associações de moradores e de assentados, até aos grupos informais de trabalhadores, (Gaiger, 2004, 324).

²² Tal classificação não é rígida, alguns dos empreendimentos se enquadram em mais de um desses tipos.

para as ofertas aos próprios associados, e um terceiro, para os serviços dos consumidores externos”²³.

Em síntese Laville e França Filho elucidam que *“os empreendimentos de economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre as três fontes de recursos, que representam três princípios do comportamento económico e reflectem três lógicas de acção que atravessam a dinâmica da iniciativa: o princípio da reciprocidade tende a desempenhar um papel importante, os recursos ao mercado ou aos poderes públicos exercem papel preponderante na iniciativa”*.

2.2. Papel das Redes no Desenvolvimento da Economia Solidária

Nos últimos anos, a economia solidária vem-se afirmando como alternativa inovadora ao desenvolvimento de micro-economia, respondendo positivamente a favor da inclusão económico-social. Por sua vez, tem-se manifestado através da pluralidade de actividades voltadas para a geração de trabalho e rendimento, envolvendo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços. Além disso, contribuiu para existência de organizações que prestam actividades de suporte, tais como: financiamento, comércio e consumo de bens e serviços ofertados pelos empreendimentos económicos solidários.

Esses empreendimentos assumem formas variadas de organizações (cooperativas, associações, grupos não formalizados) e apresentam características bem marcantes que os distinguem tanto da actividade económica capitalista tradicional como da economia informal.

Nesse quadro, o desenvolvimento desses empreendimentos solidários necessita garantir, de certo modo, uma coesão das relações entre os empreendimentos económicos solidários, ou seja, primar pela capacitação, qualidade dos produtos a serem comercializados, em que os grupos de economia solidária pautam pela gestão colectiva.

Perante essa situação, as redes comunitárias aparecem como resposta dessa coesão entre os empreendedores solidários. Desse modo, desempenham um papel fundamental na consolidação das actividades da economia solidária, pois, possibilitam a articulação solidária das empresas do empreendimento solidário, produzindo tudo o que as pessoas necessitam, tendo em conta o bem-estar de cada um, diversificando a produção e melhorando o padrão de consumo de todos os seus participantes.

²³ Serviço aqui entendido como produto da actividade humana que, embora não assuma a forma de um bem material, satisfaz uma necessidade.

Outro aspecto relevante tem a ver com as estratégias utilizadas, sobretudo, a parte do excedente obtida pelos produtores e prestadores de serviços que proporcionam as vendas de seus produtos e serviços na rede. A parte do excedente é ainda reinvestida na própria rede, para gerar mais cooperativas, grupos de produção e micro-empresas. Tudo isso, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços permitindo, assim, que todos os produtores e prestadores de serviço na mesma organização, comprem produtos e serviços da própria rede, para garantir trabalho e rendimento aos membros e proteger o meio ambiente.

No campo de conceitos, as Redes Comunitárias²⁴, “*são actividades colaborativas de negócios realizados por grupos distintos, usualmente pequenos grupos de firmas no intuito de gerar vendas e lucros, por exemplo, exportação em conjunto, P&D, desenvolvimento de produtos e solução de problemas*”.

Baseando nessa lógica de redes solidárias, o trabalho aparece como factor básico da geração de riqueza e promotor de bens e serviços, atendendo às necessidades e desejos das pessoas. Nessa linha, a transacção comercial exige uma certa postura, uma vez que, após a comercialização desses bens e serviços, o pagamento de todas as despesas e o reinvestimento dos excedentes têm uma importância enorme na formação de novos empreendimentos.

Quanto mais se reparte a tal riqueza e o excedente gerado pelo trabalho, mais as pessoas podem comprar os produtos e serviços da rede. Quanto mais as pessoas comprem solidariamente, maiores são as oportunidades de trabalho que podem ser geradas para outras pessoas que ainda estão desempregadas, na medida em que essas pessoas podem trabalhar e, por conseguinte, produzem mais riquezas. Assim, quanto mais se distribui a riqueza na rede, mais os seus produtos são consumidos, mais oportunidades de trabalho que gerem riquezas são criadas, e um número maior de pessoas passa a integrar na rede como produtores e consumidores. Daí que se pode concluir que se trata de um círculo virtuoso que integra consumo e produção.

É de capital importância destacar o efeito das redes de empreendimentos económicos solidários no desenvolvimento da economia solidária. Quanto mais organizadas forem as redes de colaboração solidária, tanto maior é o seu impacto directo no desenvolvimento comunitário, ou seja, passa a atender às demandas imediatas da população trabalhadora. Reflete, ainda, nas melhorias no consumo, na educação, na reafirmação da dignidade humana das pessoas e no seu direito de viver bem e combater, ao mesmo tempo, as estruturas capitalistas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão social.

²⁴ ROSENFELD, Stuart A. Bringing Business Clusters into the Mainstream of economic Development. European Planning Studies. Vol. 5. nº 1, 1997.

O paradigma da complexidade, a organização de uma rede de cooperação solidária, tendo como meta a integração das empresas solidárias, permite integrar não apenas as cooperativas e grupos de produtores e consumidores, mas também associações de moradores, organizações solidárias e outras organizações sociais como forma de difusão do consumo e do trabalho solidário. Também, é de frisar que a rede tem como função preservar o equilíbrio ecológico, lutar contra todas as formas de preconceitos, discriminação e opressão, reafirmando o direito à cidadania.

As redes de cooperação solidária permitem aglutinar diversos actores em grupos sociais com forte potencial transformador, dando prioridade sempre às demandas imediatas dos actores por emprego, valorizando a força de trabalho através da satisfação das demandas por consumo. Mais ainda, as redes opõem-se às estruturas capitalistas de exploração do trabalho, à expropriação no consumo e dominação política e cultural. Neste passo, as redes preconizam uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida colectiva, afirmando o direito à diferença e à particularidade de cada pessoa, promovendo a solidariedade.

É de salientar, ainda, que as redes de cooperação solidária não se restringem apenas a critérios económicos, como factor de avaliação do sucesso dos empreendimentos, mas também destacam na promoção do desenvolvimento, tendo como enfoque a questão da pobreza.

Nesse sentido é legítimo frisar o aspecto económico das redes solidárias, assim como o sucesso no campo de solidariedade que podem ser avaliados em função da difusão do consumo e trabalho solidários. O consumo solidário significa seleccionar os bens de consumo ou serviços que atendam às necessidades e desejos do bem-estar da comunidade, quando se promove o bem-estar dos trabalhadores que produzem produtos ou serviços. O equilíbrio do ecossistema na mesma luta pela conservação e preservação do planeta é importante e demonstra a essência da economia solidária, o que implica ter sempre presente a questão da concentração de riquezas e a exclusão social, como prevalência da prática do consumo solidário, contrapondo à concentração da riqueza.

Destacando Saint-Simon (1760-1825) como o introdutor do conceito moderno da rede e a sua concepção, fica claro que se deve ter em conta na definição da rede, a distinção da passagem do sistema feudal para o sistema industrial, e também mostrar a passagem da “dominação” à “associação”. Assim, essa passagem só foi possível graças às existências das redes. D’Ávila Neto (2003, 18) reforça ainda, que *“a rede é o laço universal da sociedade, (...) onde podemos encontrar as ressonâncias entre a tecnologia, a economia e a organização”*.

Na mesma óptica, Inojosa complementa a percepção do conceito que *a rede é o próprio tecido constitutivo da sociedade, engendrado nas redes sociais pessoais. Em princípio, rede é a parceria e pode articular famílias, Estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, e jurídicas ou ambas. Portanto, pode envolver e promover relações interpessoais, inter-organizacionais, inter-governamentais e inter-sectoriais*²⁵.

²⁵ INOJOSA, Rose Marie, Redes de compromisso Social. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, n. 33, v. 5, Set./Out. 1999, 115-141.

Capítulo III – Enquadramento Contextual do País

3.1. Aspectos económicos

Antes de entrar nas questões profundas da realidade económica cabo-verdiana, considera-se pertinente fazer uma viagem no tempo, trazendo à tona os vários factores que influenciaram esse campo.

A alternância de uma longa estação seca e de chuva concentrada entre os meses de Julho a Outubro, a ocorrência de anos totalmente secos, vagas de ar quente e seco do interior do deserto, são algumas características mais conhecidas do Sahel, que podem ser registadas em Cabo Verde.

A raridade e irregularidade das chuvas provocam secas cada vez mais longas, que são as causas de um défice hídrico permanente e do avanço da desertificação. Nessas condições excepcionalmente difíceis, a produção alimentar é constantemente deficitária. Segundo o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, “*Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos de que necessita e não se vislumbra uma auto-suficiência alimentar para Cabo Verde*” (DECRP, 2004,9).

O grande paradoxo é que, apesar das condições ambientais não serem favoráveis, (falta de solos férteis, relevo montanhoso, reduzida precipitação/elevada frequência de seca), Cabo Verde é um país essencialmente agrícola, não em relação à produtividade, mas na ocupação da sua população. Para se ter uma ideia, apenas 10% da superfície do país tem as condições necessárias para a prática da agricultura.

É indiscutível o papel da agricultura ligada à silvicultura e pecuária na economia cabo-verdiana, particularmente nas zonas rurais. Embora o seu peso na formação do Produto Interno Bruto (PIB) tenha oscilado entre 12% e 9% na década de 90 e seja perceptível a tendência para a diminuição da actividade nesse sector. Geralmente, é reconhecida a sua importância para a subsistência e o emprego de um grande número de famílias. No entanto, convém ressaltar que ainda essa actividade económica é praticada de forma precária em Cabo Verde.

Para além das limitações naturais (falta de superfície arável e água), as práticas rudimentares de exploração da terra têm condicionado a produtividade e a produção, dificultando seriamente o abastecimento do mercado interno. A economia cabo-verdiana possui fracas potencialidades produtivas.

No entanto, deve-se sublinhar que houve avanços no plano do desenvolvimento, desde a ascensão do país à independência, até ao presente momento. O PIB aumentou 6% na década de 80 e 4,5 % nos anos 90. Em 2000, o sector da agricultura e das pescas, que empregam mais de

60% da população, representou apenas 10% do PIB, enquanto os serviços contribuíram com 65%.

A produtividade da economia cabo-verdiana permanece frágil, por condicionantes de ordem estrutural. Esses condicionantes têm a ver com a fraca competitividade dos seus produtos e pelos fenómenos físicos e climáticos.

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, ao longo da sua história, por avanços e recuos, fruto da vulnerabilidade económica, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e de uma forte dependência dos apoios externos. Essa situação faz com que Cabo Verde apresente uma fraca capacidade de recursos em termos de gerar empregos.

As transferências líquidas dos emigrantes, que representam cerca de 34,4% do Produto Interno Bruto (PIB), têm compensado e vêm compensando o desequilíbrio do mercado interno. Ciente de que o número de população emigrada é superior ao da residente.

A evolução favorável dos principais indicadores sociais e macroeconómicos colocou o país no grupo dos países de “Rendimento Médio”, passando do 123º em 1995 para o 105º lugar em 2000, entre os 174 países analisados no âmbito da produção do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.

À semelhança do sector agro-pecuário, a indústria é bastante modesta no panorama económico cabo-verdiano em termos do peso no PIB e de exportação. Houve um ligeiro crescimento deste sector nos últimos 5 anos com a implementação de investimentos privados.

Profundas transformações económicas ocorreram, com a opção por uma economia do mercado de base privada, fruto das reformas feitas no sector empresarial do Estado, mais concretamente as privatizações das empresas do Estado, no sistema fiscal e financeiro e na administração, o que facilitou o investimento directo de estrangeiros e nacionais, conferindo um novo papel ao sector privado.

Apesar disso, os progressos são de longe insuficientes para se falar de uma mudança estrutural relevante da economia do país. A economia continua muito dependente dos fluxos de recursos externos. A pobreza atinge uma parte importante da população e constrangimentos diversos continuam a afectar o desenvolvimento de sectores como o da educação, saúde e emprego.

O desemprego assume carácter estrutural e continua a ser, para o país, o principal problema social. Deve-se principalmente à fragilidade económica, à diminuição ocorrida no sector agrícola e ao crescimento da população.

Perante tal situação, o recurso a projectos de emprego público direccionados às famílias mais desfavorecidas tem sido uma aposta com resultados satisfatórios. No entanto, são trabalhos sazonais, de baixa produtividade e são concebidos para permitir o acesso dessas pessoas ao rendimento mínimo para a respectiva sobrevivência.

De acordo com o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (2004, 25), em Cabo Verde regista-se um avanço na melhoria das condições de vida da população. A taxa de mortalidade geral, infantil e infanto-juvenil recuou bastante, a esperança média de vida, que na década de setenta se encontrava por volta de quarenta anos, subiu, em média, para 69,4 anos. Os serviços de saúde actualmente estão cada vez mais próximos das comunidades, muito embora se verifique ainda uma insuficiência em termos de cobertura médica.

O investimento em políticas sociais, principalmente na área de saúde, habitação social, saneamento, tem constituído uma preocupação constante dos sucessivos governos, não obstante as limitações em termos de recursos. Projectos específicos direccionados a crianças, jovens, mulheres, idosos e carenciados têm sido implementados, embora, por vezes, um tanto ou quanto desarticulados uns dos outros, o que não permite uma intervenção conjunta das entidades responsáveis pela execução.

Apesar de avanços significativos realizados no plano sócio-económico, as necessidades básicas de parte significativa da população estão ainda longe de serem satisfeitas, tendo um impacto negativo na qualidade de vida da mesma, permanecendo grandes disparidades e assimetrias no acesso aos serviços de base entre ilhas, municípios, zonas urbanas e rurais.

3.2. Aspectos sociais

O campo social em Cabo Verde é um sector delicado, daí que o grosso do trabalho em consideração tem como foco principal a melhoria de qualidade de vida.

O desemprego é considerado um dos factores determinantes da pobreza em Cabo Verde, atinge particularmente os jovens entre os 15 e 25 anos e as mulheres que constituem, respectivamente, cerca de 48% e 68% dos desempregados. Entre 1990 e 2000, a taxa de desemprego passou de 25,2% para 17,4%, com maior incidência da redução nos homens. Este panorama, desfavorável à mulher, afecta directamente a criança, agravando as suas condições de vida, em todas as vertentes – saúde e nutrição, educação e desenvolvimento (DECRP, 2004).

Os níveis de pobreza continuam elevados, com maior incidência nos meios rurais, reflectindo a fragilidade da economia cabo-verdiana. Segundo o critério de limiar da pobreza

adoptado no estudo baseado no Inquérito sobre as Receitas e Despesas Familiares (IRDF)²⁶, 37% da população é considerada pobre (30% em 1989), residindo a maioria no meio rural. Dos pobres, cerca de 54% são considerados muito pobres, o que corresponde a 20% da população total (14% em 1989). A pobreza atinge particularmente as famílias chefiadas por mulheres, 28% das quais são pobres e 14% muito pobres.

Perante essas dificuldades, o Governo tem atribuído grande prioridade aos sectores sociais, procurando responder aos inúmeros desafios impostos por cada um deles, com o objectivo de promover o crescimento económico.

Nesse sentido, o Governo de Cabo Verde (GCV) encetou a elaboração do Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza que se insere num conjunto de compromissos assumidos pelo GCV, a nível internacional, no domínio das políticas macroeconómicas, visando a criação das condições para um crescimento económico sustentado, integrando a redução da pobreza na própria estratégia de desenvolvimento.

A implementação desta estratégia terá importantes implicações na Educação, na medida em que este sector é uma das áreas prioritárias, quer ao nível da configuração das políticas, quer ao nível da mobilização de recursos internos e externos.

²⁶ INE – CV, Praia, 2010.

Capítulo IV - A Economia Solidária em Cabo Verde

Cabo Verde é um país insular e arquipelágico de pequena dimensão, com poucos recursos naturais, apresentando acentuadas limitações estruturais e afectado por ciclos prolongado de seca, que vêm forçando a emigrações em massa, por diferentes países do mundo, nomeadamente Estado Unidos da América, países africanos e europeus, tendo uma população eminentemente jovem.

A população rural continua sendo importante, não obstante a taxa de urbanização de cerca de 55%, com uma sociedade rural de tradição campesina e com prática peculiar de comércio em que o intercâmbio e a ajuda mútua animam a vida das pessoas construindo, assim, alternativas às suas carências.

Para contornar a falta de recursos, as populações pobres recorrem a estratégias de sobrevivência que podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos: a emigração, o recurso ao trabalho nas FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra), o mercado informal, as remessas das famílias do exterior e a criação de associações de desenvolvimento comunitário.

A redução do envolvimento directo do Estado nos anos 90 na produção e disponibilização de bens e serviços, as transferências de empresas públicas para o sector privado, incluindo a reforma antecipada de trabalhadores, bem como o incentivo ao abandono voluntário conduziu ao excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho e, por conseguinte, a um impacto directo no aumento do desemprego.

Os níveis elevados e constantes de crescimento económico verificados nos últimos anos não parecem ter tido reflexos significativos tanto na diminuição do desemprego quanto na redução da pobreza. O sector informal assume um papel importante na criação de empregos e rendimentos. Um traço marcante deste sector é a ausência de contratação formal de trabalho. Nos centros urbanos, o sector informal compõe-se de pequenas empresas privadas, de carácter familiar, essencialmente no sector dos serviços, e empregando pessoal pouco qualificado.

Tal situação, por sua vez, fez com que uma grande parcela dos trabalhadores deslocasse para a condição de autónomos formais ou informais, sendo alguns na condição de assalariados e outros vivendo do trabalho eventual/esporádico. Assim, um grande número de trabalhadores encontrava-se na categoria de desempregado sem qualquer perspectiva de reinserir-se no mercado de trabalho.

De uma forma geral, este cenário levou a uma desestruturação do mercado de trabalho, consagrando a hegemonia do sector de serviços. Esta situação teve um impacto importante sobre a repartição dos recursos entre sectores a nível nacional e, por conseguinte, o aumento do

número crescente de pessoas em busca de soluções individuais, designadamente através do acesso ao micro-crédito, participação em cooperativas e associações comunitárias, entre outros.

Cabo Verde, sendo um país com características específicas que tendem a condicionar o seu crescimento económico, tem que desenvolver políticas microeconómicas, focalizando-se em grupos sociais bem específicos, permitindo que estes possam dispor e desenvolver capacidades de auto-gestão, contribuindo para a luta contra a pobreza e sustentabilidade económica.

Após a independência desenvolveram-se redes de empresas cooperativas de consumo, ou seja, associações de pessoas que se agruparam voluntariamente a fim de alcançar um objectivo comum através da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos frutos dessa empresa, no funcionamento da qual os sócios ou membros participam activamente.

Assim, as cooperativas de consumo chegavam, praticamente, a todos os recantos do país. O seu papel era importantíssimo, principalmente no meio rural, e são consideradas como parte intrínseca do processo histórico de construção do Estado de Cabo Verde.

A década de 70 é caracterizada, em grandes linhas, pela função e importância que as cooperativas desempenharam no abastecimento do mercado nacional, particularmente nas zonas rurais, em géneros alimentares de primeira necessidade para as populações mais carenciadas.

Nesse contexto, além das funções de distribuição, as cooperativas cumpriram a missão de mobilização popular. Assistiu-se, durante esse período, a uma grande proliferação de cooperativas de consumo, predominantemente nas zonas rurais.

O cooperativismo em Cabo Verde não foi interiorizado à escala macro-social, pelas elites cabo-verdianas ou pelo seu ideário, mas sim, como consequência lógica de uma ideologia dominante, e com o tempo se foram degradando, pela forma como foram implementadas e exploradas deixando em consequência, uma imagem negativa à população.

A década de 80 foi a época de uma outra viragem importante na história do movimento associativo do país. Esta viragem situa-se no plano social. Começaram a surgir cooperativas criadas e geridas por técnicos em várias áreas, nomeadamente construção civil, habitação, ensino, confecções, estudos e projectos, cultura, formação profissional, artesanato e pesca.

A criação de associações de desenvolvimento comunitário é uma das estratégias das populações para aproveitar as oportunidades de financiamento para acções de luta contra a pobreza, oferecidas interna e externamente. Efectivamente, através dessas organizações as comunidades rurais conseguem obter os apoios necessários à realização de certos trabalhos de interesse comunitário de alguma envergadura: chafarizes, construção de diques, entre outros.

A realidade da cooperativa internacional mostra-nos sectores em que as empresas cooperativas e mutualidades em economias desenvolvidas assumem papel de relevo nas economias nacionais.

De acordo com Pedro Bocayuva²⁷, *“a noção de política pública de emprego, na perspectiva do cooperativismo, exige um esforço amplo de mudança cultural e institucional. (...) Falar de cooperativismo é falar de forma de integração social permanente no tecido sócio-produtivo, a partir de um novo ângulo do esforço empresarial e empreendedor”*.

Nessa perspectiva, emergiu uma nova percepção de integração social e pouco a pouco, se desenvolvia a ideia e o conceito de que a cooperativa não é apanágio dos pobres, mas sim um instrumento ao serviço dos cidadãos independentemente dos grupos sociais a que pertencem.

Assim, apareceram as primeiras empresas cooperativas,²⁸ *“associações de pessoas que se agrupam voluntariamente a fim de alcançar um alvo comum, através da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos frutos dessa empresa, no funcionamento da qual os sócios ou membros participam activamente”*.

O período da década de 80 ficou marcado por uma grande mudança, com a assunção definitiva do Estado das funções de promoção e de apoio ao sector cooperativo, através da criação do Instituto Nacional das Cooperativas (INC), organismo autónomo. Igualmente, se investiu fortemente na criação das associações de desenvolvimento comunitário.

Na verdade, seria uma estratégia para aproveitar as oportunidades de financiamento de acções de luta contra a pobreza. Efectivamente, através dessas organizações as comunidades rurais conseguiram obter apoios necessários à realização de trabalhos comunitários interessantes e de alguma envergadura, por exemplo, obras ligadas à engenharia rural, de protecção e conservação de solos e algumas infra-estruturas comunitárias financiadas geralmente pelo Governo ou pelas autarquias, no quadro dos chamados contratos programas.

É de realçar que a maior parte dessas organizações foram criadas na década de noventa, sendo que algumas já existiam, no entanto, desde meados dos anos setenta. E, de uma certa forma já actuavam no domínio da economia solidária. Mais tarde, com o aumento do número de associações comunitárias, houve necessidade de intervenção do Estado a nível da implementação das políticas públicas. A aplicação dessas políticas públicas está centralizada no combate à pobreza ao mesmo tempo que o governo assumiu um papel crucial na definição e na

²⁷ BOCAUYUA, Pedro C.C. Pensando uma política pública de geração de trabalho e renda. In: Veiga, S. M. e Fonseca, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**, Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

²⁸ MENDONÇA, João Gomes: Recomendação nº 127 do BIT relativa ao papel das cooperativas no desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento, 1966.

implementação das estratégias de desenvolvimento e de crescimento socioeconómico.

Neste contexto, a política de combate à pobreza e de crescimento económico fazem agora parte integrante das políticas públicas a nível global. Assim sendo, indissociável das opções estratégicas que são tomadas a esse nível, a estratégia de redução da pobreza passa a ser perspectivada a vários níveis: macro, micro e sectorial.

Independentemente do quadro formal de definição de políticas públicas de crescimento económico, de geração de empregos e rendimentos, de combate à pobreza e às desigualdades sociais, a intervenção de organizações da sociedade civil, nomeadamente ONG, cooperativas e associações.

Em Cabo Verde as ONG começaram a aparecer, paulatinamente, a partir de 1987, com a publicação da lei nº 78/III/87, que marcou o início de todos os processos de organização da sociedade civil.

Essa lei regula o exercício da liberdade de associação e estabelece o regime jurídico comum das associações de fim não lucrativo. Por conseguinte, defende o conceito do desenvolvimento baseado nos seguintes aspectos: infra-estruturas, crescimento económico, alívio da pobreza, equidade, ambiente, democracia e justiça social, proporcionando o bem-estar social.

Em 1990 existiam cerca de onze ONG em Cabo Verde. Hoje existem mais de oitenta ONG²⁹. Esta evolução deve-se, em parte, ao processo de democratização da sociedade que se traduz numa nova dinâmica animada pelo desenvolvimento de diversas capacidades. As ONG, com a sua abordagem micro, iniciaram com actividades de micro-crédito para financiamento de projectos económicos, importantes na criação de rendimentos e empregos.

Este protagonismo crescente das ONG e das associações se deve, em grande parte, ao facto de que o crescimento económico não acompanhou a demanda da crescente mão-de-obra, fazendo aumentar o desemprego. A promoção de auto-emprego, no âmbito de acções de luta contra a pobreza e de projectos de desenvolvimento local e comunitário, acabou por ser muito mais eficaz. Com o auto-emprego passou-se a ser capaz de perspectivar a intervenção social e a proporcionar uma adaptação em função dos recursos mobilizados.

Dessa forma, conseguiu-se assegurar a ocupação dos beneficiários, tanto no meio urbano como no rural, sempre que possível de forma durável, nomeadamente através do auto-emprego e da dinamização das actividades geradoras de rendimento.

²⁹ Plataforma das Organizações Não Governamentais, Guia da Plataforma das ONG de Cabo Verde. Praia, 2007, 2ª edição.

Na verdade, essas actividades geradoras de rendimentos foram, sem dúvida, a grande preocupação da maior parte das ONG cabo-verdianas em geral, e das associações de micro-finanças em particular.

Associada a essa preocupação está a necessidade de formação, muito particularmente da formação profissional, assim como a capacitação dos agentes produtores e promotores das actividades económicas.

Nessa perspectiva, a Plataforma das ONG, com o apoio financeiro de instituições governamentais e da cooperação internacional, tem vindo a apostar no domínio de micro-crédito como estratégia de desenvolvimento económico e da luta contra a pobreza, de forma crescente, na promoção de pequenas unidades económicas produtivas, de prestação de serviços e de comercialização, gerando emprego e rendimento, possibilitando uma melhoria de condição de vida dos agregados familiares mais pobres.

É de ressaltar que, em Cabo Verde, desde o ano 2003, as sociedades cooperativas se encontram legisladas no Código das Empresas Comerciais e Registo de Firma³⁰.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) vem sendo executado desde 2000, integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento, com uma rica experiência acumulada no domínio da execução de projectos nas comunidades locais e donde se podem colher ensinamentos, tendo em vista a implementação da presente estratégia: a integração dos pobres na economia; a melhoria do acesso dos pobres; a mobilização social e o esforço da capacidade institucional, embora agora com outra dimensão e âmbito; a redução da taxa da pobreza; erradicação da pobreza absoluta; melhoria da capacidade produtiva dos pobres e também a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres.

Nessa mesma linha de intervenção comunitária, a Plataforma das ONG de Cabo Verde foi constituída a 16 de Junho de 1996, afirmando-se como um espaço de comunicação e de concertação permanente das OSC cabo-verdianas, contribuindo para um país mais justo e com menos pobreza, apostando na criação de condições básicas e capacitação de organização e de acção.

O tema “economia solidária” tem sido abordado recentemente por diversos autores que, na sua maioria, enfatizam a importância de relações solidárias de trabalho e trocas para a geração de rendimentos. Na óptica de alguns pesquisadores, a economia solidária seria um complemento da acção da economia social.

³⁰ Código das Empresas Comerciais e Registo de Firms, Praia, INCV, 2003.

A economia solidária pode funcionar como acção possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, proporcionando a democratização da gestão de trabalho, valorização das relações de cooperação, distribuição de rendimentos e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável. Ao mesmo tempo, realça-se a sua importância na mudança das relações de trabalho e nos valores individualistas das sociedades capitalistas, possibilitando ganhos económicos para os seus participantes.

As modalidades desenvolvidas na economia solidária surgem em Cabo Verde como resposta à insuficiência das políticas de geração de emprego, às crises contínuas do desemprego e à precarização das relações de trabalho.

Em Cabo Verde, a economia solidária é um conceito em construção, cuja estratégia promove a inserção social de grupos de pessoas com grandes dificuldades de empregabilidade e de acesso a rendimentos, através da criação de micro empresas de inserção que produzem artigos e prestam serviços nas áreas do turismo social, artesanato, cultura periférica, reciclagem, gastronomia, agricultura biológica, serviços de proximidade, entre outras. Tem por objectivo geral a criação de postos de trabalho e de rendimentos, procurando promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e diminuir os índices de desemprego de longa duração e exclusão social.

Desta forma, as modalidades da economia solidária desenvolvidas nas comunidades surgem como modo de produção e distribuição alternativo à economia de mercado. O modo solidário de produção e distribuição, à primeira vista, pode aparecer como um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadoria mas que, na realidade, é um processo de criação contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo confirmando, assim, a existência de diferentes experiências de formas de economia solidária, como os empreendimentos solidários cabo-verdianos.

Com esse entendimento, fica evidente que a economia solidária cresce em função das crises sociais mas só se viabiliza tornando-se uma alternativa real ao capitalismo, e também de ter consciência do seu real interesse para as organizações de produção, para que os meios utilizados na produção sejam de todos que nela participaram.

Ainda mais, a economia solidária é uma nova força produtiva de grande importância no desenvolvimento económico do país, com capacidade de modificar as relações de trabalho, enfatizando novas dinâmicas na dimensão social e política.

Tomando a economia solidária como alternativa económica, ela tem um grande peso na construção de uma sociedade inclusiva, que deve pautar-se pelo trabalho, fortalecendo o processo de inclusão social, gerador de oportunidades aos trabalhadores, pequenos produtores

formais e informais, individuais e associados, de forma a ampliar as possibilidades de expansão, contribuindo para o desenvolvimento humano e sustentável do país.

Nesse processo, as práticas de economia solidária vêm demonstrando o engajamento de pequenos empreendedores na contribuição e redução da pobreza que, por sua vez, são caminhos para a inclusão e a redução das desigualdades sociais. Essas práticas económicas foram submetidas aos processos de mercado. Daí que é de capital importância ter em conta as condições de disputa com organizações estruturadas.

A formação de uma sociedade inclusiva exige, de modo geral, a adopção de estratégias de desenvolvimento, ou seja, a implementação de políticas públicas governamentais. Estratégias essas que implicariam uma forte articulação com o poder local, promovendo o envolvimento dos actores sociais e a acção do poder municipal.

No caso de Cabo Verde, pode-se enumerar a existência de pessoas que se dedicam a confecções de doces, salgados, objectos de artesanato em suas próprias casas ou até ao cultivo em pequenas propriedades, levando os seus produtos ao mercado. É de frisar que são produtos com qualidade, mas sem uma apresentação comercial, ou seja, sem rótulos de descrição e, por vezes, sem prazos de validade, apesar de ser produção de escoamento rápido, configurando uma transacção comercial sim, mas não puramente capitalista.

Os empreendimentos solidários nas comunidades são organizados sob a forma de autogestão, o que permite desenvolver uma relação de produção em rede na complementaridade dos produtos. Com isso, naturalmente criou-se princípios básicos de produção, equidade e solidariedade, dentro da propriedade colectiva dos meios de produção.

Nesse sentido, a criação de empreendimentos autogestionários, em suas diversas formas, assume a sustentação da economia solidária, referenciada como instrumento efectivo e fundamental na organização.

Para Anteag³¹ (apud, Singer, 2000,74), “a autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as actividades combinam propriedades e controle dos meios de produção com participação democrática da gestão”. Refere-se a autogestão como autonomia em que todas as decisões e controle são tomados pelos próprios trabalhadores integrantes da empresa. Dessa forma, toda a responsabilidade é imputada aos trabalhadores, assim como o poder de decisão, no que diz respeito à política de produção, distribuição, investimento e modernização, trabalho e empreendimentos.

³¹ ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). Auto gestão e Economia Solidária: uma nova metodologia. São Paulo, s.ed. 2000, 2ª edição.

As empresas de economia solidária, no processo de construção e garantia de sustentabilidade, preocupam-se com o empoderamento e a capacitação colectiva dos seus trabalhadores. Essa atitude contribui para um bom funcionamento e desempenho da organização. É, no contexto do empoderamento dos indivíduos, das famílias e das comunidades que os empreendimentos económicos solidários, pela sua multidimensionalidade, constituem importantes instrumentos comunitários de integração social e económica, numa relação de horizontalidade, de equidade, sustentabilidade e solidariedade.

Contudo, a análise dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde e no mundo não pode se feita de forma dissociada da realidade económica, política e social envolvente, num contexto em que a economia do mercado é a hegemónica, significando que esses empreendimentos devem ter em conta todas essas determinantes para se poderem situar, com viabilidade e sustentabilidade. É, neste quadro que, as políticas públicas têm um papel importante na sua consolidação, na perspectiva da emancipação social.

Nesse campo, cabe ao Estado estabelecer relações de articulação e parceria com entidades da sociedade civil, envolvendo assim todos os actores na promoção das empresas solidárias. Ainda mais, deve ter em conta a produção, distribuição, comercialização e prestação de serviços, através da implementação de acções para o desenvolvimento das comunidades locais excluídas do mercado de trabalho. Assim, a economia solidária passa a ter um carácter público e não estatal, melhorando a qualidade de vida da própria comunidade.

A implementação da economia solidária em Cabo Verde, como estratégia e política de desenvolvimento local na promoção da distribuição de riqueza, crescimento económico e protecção do meio ambiente, constitui grandes desafios ao processo de desenvolvimento da economia. Com essa percepção, a economia solidária poderia ser uma base sólida na transformação económica cabo-verdiana

Na perspectiva do Paulo Singer³², *“a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho”*.

Essa modalidade socioeconómica, como uma nova forma de organização de trabalho, promove a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

No contexto empresarial, integra as actividades de auto emprego colectivo. As pessoas passam a ter oportunidades de criar os seus próprios postos de trabalho.

³² SINGER, Paulo. Introdução Economia Solidária São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

As manifestações da economia solidária são diversas, entre as quais destacam-se: associações, cooperativas de produção, grupo de crédito solidário, fundos rotativos, comercialização e consumo.

Nesta nova forma de fazer economia, em vez do capital, o ser humano afigura-se como o fundamental. Para o efeito, é necessária uma educação solidária que prima pela mudança de mentalidade cultural, como incentivo à construção do espírito de cooperação.

A economia solidária depende essencialmente da população organizada em cooperativas de produção, uma forma típica de organização dessa economia. Neste sentido, a ascensão do cooperativismo e associativismo existe em todo Cabo Verde como protagonista de desenvolvimento local ou comunitário. Essas organizações apresentam características que podem ser associadas à economia solidária, envolvendo cada vez mais a sociedade civil e as comunidades, de forma a responder aos problemas decorrentes da exclusão social.

Nesse quadro, focalizam-se acções de apoio aos tóxico-dependentes, aos reclusos, aos imigrantes repatriados em certas ilhas, aos idosos, a certos grupos com necessidades especiais, aos portadores do HIV-SIDA que, nos últimos anos, têm influenciado as desigualdades e o risco de fragmentação social na sociedade cabo-verdiana.

Convém ter em atenção o crescimento económico que levou o país a confrontar com problemas sociais que desembocam em criminalidade de vária ordem. Para dar resposta a essa situação, entende-se que a economia solidária poderia ser uma nova forma de oportunidades para os excluídos, atenuando as desigualdades sociais.

Esse entendimento vem na sequência de que em Cabo Verde existem recursos potenciais, tais como energias eólicas, ecoturismo, turismo rural em quase todas as ilhas, e uma vasta variedade de espécies marinhas que poderiam ser aproveitados como fonte de rendimento económico solidário. Tudo isso passa pelo processo de consciencialização que implica a mudança de mentalidades em direcção ao mundo da economia solidária.

Ainda neste contexto, a influência da nossa cultura exposta à globalização pode ser um factor importantíssimo para a concretização da economia solidária e, ao mesmo tempo, reforça a interculturalidade, ou seja, a relação com o mundo.

A própria localização geoestratégica de Cabo Verde em relação com os demais continentes constitui uma vantagem, o que só contribui para a elevação da sua economia em crescimento, sem esquecer as vulnerabilidades resultantes da fragilidade da base produtiva nacional que, no contexto, de um mercado globalizado pode fragilizar a competitividade das empresas e produtos nacionais. Para tanto, é preciso criar as condições que minimizem essas

vulnerabilidades e posicionem as empresas, incluindo os empreendimentos económicos solidários, de forma competitiva.

Nessa óptica, as modalidades económicas desenvolvidas nas associações e cooperativas comunitárias assumem características da economia solidária. Pode-se destacar a ONG Atelier Mar como um caso típico desse tipo de economia, visto que é uma organização autónoma criada em 1979 em S.Vicente, objectivando nessa altura a revalorização da cerâmica e a formação profissional que estimulasse a auto-realização de jovens e ainda a promoção da cultura caboverdeana através de diversas iniciativas de animação cultural.

No ano 1987 foi reconhecido como organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, e alargou a sua área de actividades para apoiar o desenvolvimento comunitário e continuar a formação noutras tecnologias como a serigrafia, carpintaria, audiovisuais, design gráfico e de equipamento, design de habitação e fabricação de materiais de construção com tecnologias adaptadas. No seu Centro de Formação na ilha de S. Vicente tem formado, ao longo de 25 anos de actividade, dezenas de artesãos oriundos de várias ilhas do país, nas mais variadas tecnologias³³.

Actualmente, a evolução da vida associativa é bem visível e o país conta com duas centenas de ONG e cerca de 600 associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outros³⁴. As ONG de desenvolvimento e as associações comunitárias estão presentes em todas as ilhas, vêm participando, de forma significativa no desenvolvimento, e ao mesmo tempo concorrem para a redução da pobreza e exclusão social, implementando acções de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres (Quadro 1).

A maioria dessas organizações tem sede na ilha de Santiago, principalmente na cidade da Praia, cabendo destacar a Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz – AZM, que tem realizado feiras anuais de exposição e comercialização de produtos económicos solidários, com expositores na maioria das associações que desenvolvem actividades no domínio da mesma, isto é, abrindo “porta” para exposição e possível comercialização dos referidos produtos.

As actividades realizadas no âmbito da dita associação vieram tornar visível a acção da economia solidária na sociedade cabo-verdiana, criando oportunidades dos produtores na demonstração da qualidade dos serviços apresentados. É uma experiencia nova em cada ano que

³³ Cf. <http://identidades.up.pt> acessado em 16 de Nov. 2010.

³⁴ Plataforma das Organizações Não Governamentais, Guia da Plataforma das ONG de Cabo Verde. Praia, 2007, 2ª edição.

passa, e procura por este meio, primar nas inovações tecnológicas e nas variedades e qualidade desses produtos.

Nessa linha, pode-se referir a boa aderência da sociedade em geral na participação no evento, sendo legítimo falar da motivação da associação perante os expositores. Entretanto, os expositores criticam muito, o pouco incentivo por parte do governo e outras entidades ligadas ao desenvolvimento do país. Ciente de que a iniciativa de produzir de uma forma autogerida, e incentivada e financiada durante todo o ano pela entidade governamental, é uma estratégia viável de manter um bom número de pessoas empregadas, o que sustenta e possibilita o auto-emprego.

É de realçar que a intervenção do governo nessa área leva os empreendedores a valorizar e, ao mesmo tempo, acreditar que o trabalho desenvolvido entre grupos solidários é uma forma de rendimento económico.

O CITI-Habitat é uma outra ONG que, na ilha de Santiago, tem vindo a promover e assistir tecnicamente as organizações ligadas à economia solidária e, pela sua intervenção, tem contribuído grandemente para o desenvolvimento económico-social.

Cerca de um terço das ONG encontra-se na ilha de S. Vicente, destacando-se o Atelier Mar que é considerado um exemplo nato da economia solidária. Outras ONG estão sedeadas nas ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista, Brava e Fogo. Nesta ilha em particular, mais precisamente em Chã das Caldeiras, um outro caso de grande relevância para a economia solidária é a associação dos vinicultores de Cabo Verde que abastecem tanto o mercado nacional como o internacional. Os seus produtos são reconhecidos pela qualidade e apresentação. No entanto, convém ressaltar que a citada associação ainda carece de apoios, em particular do Estado, no que tange à organização e a afirmação no mercado.

A economia solidária como uma base fundamental de desenvolvimento comunitário promove a economia, o emprego, o auto-emprego, o rendimento, o consumo, a poupança e os investimentos locais em íntima relação com a coesão social. A sua sustentabilidade ambiental e a promoção da cultura criam oportunidades de actividades económicas de valorização e mobilização de recursos endógenos.

Em 2002, realizou-se o primeiro Fórum sobre a Economia Social e Desenvolvimento, com objectivo de discutir e analisar os problemas que a economia de mercado não vem podendo responder satisfatoriamente, tais como: o emprego, o aumento da exclusão e a desigualdade social.

Em 2005, Cabo Verde participou no congresso internacional de economia solidária em Ponta Delgada – Açores. Dois anos mais tarde, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B que integra o Projecto do Centro de Estudos de Economia Solidária ao

Atlântico (CEESA), enquadrado no espaço de Macaronésia de que Cabo Verde faz parte, chegou-se à conclusão que havia a necessidade de um melhor conhecimento das organizações que actuam na área da economia solidária nessa região.

Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso onde se comprovou a existência das actividades desenvolvidas no domínio da economia solidária com sucesso em algumas ilhas do país. Destacaram-se nove organizações que desenvolvem actividades da Economia Solidária em Cabo Verde. Na ilha de S. Tiago, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Rui Vaz “ADIRV”, Concelho de S. Domingos, Associação de Apoio às Iniciativas de Auto - Promoção Familiar “FAMI-PICOS”, localidade de Achada Igreja, Concelho dos Picos, Associação Comunitária de Desenvolvimento de Fontes Almeida “ACODEFA”, Concelho de S. Domingos, Associação para o Desenvolvimento de S. Francisco “ADSF”, Concelho da Praia. Na ilha do Fogo - Cooperativa Paladar, cidade de S. Filipe e Associação dos Viticultores de Chã das Caldeira “AGROCOOP”. Na ilha de São Vicente, a Cooperativa de Artesãos e Centro de Formação “Atelier – Mar”, localidade de Matiota. Na ilha de Santo Antão, a Associação de Mulheres Promotoras de Agro - Indústrias “DOCEL”, Vila das Pombas, e Liga dos Amigos de Paúl “AMI – Paúl”, Concelho do Paúl.

No âmbito das actividades desenvolvidas por essas organizações, a maior parte está direccionada para a melhoria das condições de vida das populações na comunidade. Para o efeito, foram concedidos créditos destinados às actividades geradoras de rendimento, à construção e à reabilitação de habitações, à melhoria do abastecimento de água, (construção de cisternas familiares e chafarizes) e construção de pocilgas comunitárias ou familiares. O apoio foi extensivo à formação profissional, à atribuição de emprego sazonal, através de trabalhos de construção de diques, banquetas, chafarizes e outras infra-estruturas de interesse comunitário, na promoção e realização de acções de formação. Ressalta-se ainda que houve apoios pontuais com medicamentos, transportes, material escolar, entre outros.

Actualmente funciona, em Cabo Verde, o Gabinete do Centro de Estudos de Economia Solidária (CEESA-CV), sedado na Plataforma das ONG, com o objectivo de dinamizar a economia solidária, tendo como prioridade, trabalhar os projectos de implementação de marca dos produtos, promovendo a sua qualidade, assegurar a sustentabilidade e comercializar os produtos, bens e serviços provenientes desses empreendimentos económicos.

4.1. As Manifestações das Actividades Desenvolvidas no Domínio da Economia Solidária em Cabo Verde

“ (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e qualidade do trabalho”. Singer (2002,4)

A pesquisa de campo realizada nas ilhas de Santiago e do Fogo cobriu seis empreendimentos económicos associativos e cooperativos. Quatro na primeira, todos na zona rural, e dois na segunda, um na zona rural e outro na zona urbana.

Como se poderá observar, a amostra (Quadro 1) contempla uma maior proporção de empreendimentos económicos do meio rural que iniciaram suas actividades na década de 1990, de acordo com a história do cooperativismo cabo-verdiano.

Um outro dado importante é que os empreendimentos económicos congregam grande número de participantes. Além disso, suas actividades produtivas restringem-se, basicamente, à produção voltada para a subsistência interna.

As informações obtidas em cada empreendimento económico possibilitaram a aferição do grau de solidariedade, factor que foi considerada pelos membros como fundamental na construção da coesão entre os participantes e empreendimentos.

Ao pesquisar as cooperativas e associações nas ilhas acima referidas, percebe-se que apresentam longas histórias, em que as suas configurações se modificaram quase radicalmente nos últimos trinta anos, tendo em vista as transformações no mundo de trabalho.

No início, tratava-se quase essencialmente de cooperativismo rural e de auto sustento, cujas actividades eram, muitas vezes, consideradas bastante improdutivas de baixa produtividade.

Hoje, essas empresas solidárias estão oficialmente legalizadas, não obstante as diferentes trajectórias dos empreendimentos, o que permite compreender uma nova fase do mundo que vive do trabalho.

Seguindo um dos eixos da pesquisa, que consiste na busca de informações sobre os empreendimentos solidários de cada ilha, foram entrevistados alguns interlocutores. Essas entrevistas ajudaram e na compreensão da evolução e da dinâmica desses empreendimentos, bem como dos desafios e constrangimentos por que passaram e a que estão sujeitos.

4.2. As Organizações Pesquisadas

4.2.1. Características Gerais da Amostra dos Empreendimentos Solidários

Para o estudo, foram seleccionados empreendimentos económicos com a maior diversidade possível. Assim sendo, privilegiaram-se as áreas de trabalho, a forma jurídica e a distribuição espacial, baseadas nas experiências voltadas para o desenvolvimento das comunidades. Nessa selecção de empreendimentos, foram perspectivadas a luta contra a erradicação da pobreza e a promoção de emprego, tendo em conta as práticas de reciprocidade e ajuda-mútua, em que a solidariedade é afirmada como acção voluntária, com vista a enfrentar problemas da própria comunidade.

Por esta razão, buscou-se observar e analisar as experiências concretas no domínio da economia solidária, para melhor entender a sua lógica e sustentabilidade económico-social.

Toda essa análise tem como propósito aferir sobre um eventual novo olhar sobre o conjunto de iniciativas em prol do desenvolvimento económico, tendo em vista a inclusão social. Outrossim, procuram-se respostas recorrentes da reconstrução do tecido económico que possam criar ou ter criado alternativas e oportunidades aos excluídos.

Esta perspectiva analítica e de recorte do objecto de estudo pode permitir apreender, a partir dos promotores dessas iniciativas, a representação do mundo de trabalho e a sustentabilidade económica dos empreendimentos e as características das relações laborais e pessoais.

Nesse caminho, pode afirmar-se que um novo relacionamento emerge entre a economia e a sociedade, no qual as experiências de pluralidade de princípios económicos dominam as classes mais desfavorecidas, de forma sólida, tendo como base as alternativas de desenvolvimento económico.

Para espelhar a realidade em situação, seguem-se pormenorizadamente, a caracterização dos empreendimentos económicos solidários analisados (Quadro 1), as entrevistas realizadas; a análise de informações recolhidas junto aos seis empreendimentos solidários acima referidos, assim como os resultados obtidos no campo da pesquisa e os anexos.

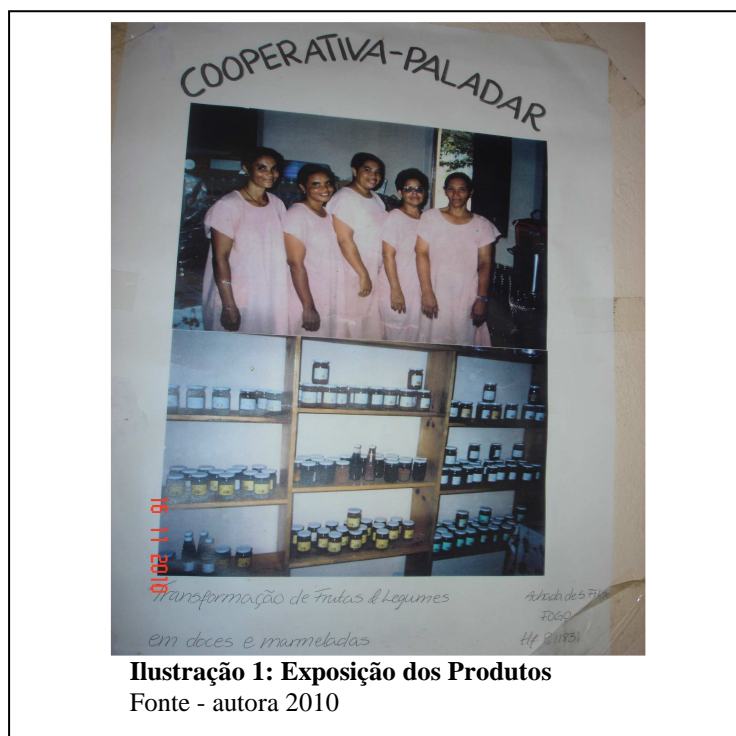
Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde

Organizações cabo-verdianas no domínio da Economia Solidária	Ano de função	Localização / Concelho	Objectivos	Participantes	Actividades Económicas	Fontes de Financiamentos	Segmento	Zona	Sede
PALADAR	1991	S. Filipe – Fogo	Transformação e comercialização de produtos locais.	5	-Produção e vendas de frutas em conservas; -Confecções e venda de produtos de confeitaria;	Auto-financiamento	Cooperativa	Urbana	Própria
AGROCOOP	1998	Chã das Caldeiras – Fogo	-Transformação e comercialização de produtos locais; -Segmento turístico.	102	-Produção e vendas de vinho e licores; - Exploração da aldeia turística; - Turismo Rural.	Auto-financiamento /Reinvestimento	Cooperativa	Rural	Própria
ADSF	1990	S. Francisco – S. Tiago	Desenvolvimento Social.	85	- Arrendamento de patrimónios; - Sócio da Unidade de Gabião.	Auto-financiamento	Associação	Semi-rural	Própria
FAMI-PICOS	1995	Achada Igreja – S. Tiago	Desenvolvimento Social.	2100	-Micro-crédito	Auto-financiamento / Reinvestimento	Associação	Rural	Arrendada
ADIRV	1997	Rui Vaz – S.Tiago	Desenvolvimento Social.	171	-Produção e vendas de queijo - Comercialização da água potável e Micro-crédito.	Auto-financiamento / Financiamento	Associação	Rural	Cedido
ACODEFA	1997	Fonte Almeida – S. Tiago	Desenvolvimento Social.	89	- Arrendamento da cantina.	Financiamento de Projectos	Associação	Rural	Própria

Quadro 1: Amostra Exploratória

Fonte: autora 2010

4.2.2. Cooperativa PALADAR



A Presidente da Cooperativa, na cidade de S. Filipe, ilha do Fogo, então funcionária da delegação da OMCV, deixou patente que após a abertura política nos anos noventa, ela caiu no desemprego, uma vez que a organização para a qual trabalhava não estava em condições de continuar com os encargos financeiros. Por esta razão, sentiu-se obrigada a reagir ao desemprego e decidiu juntar-se a mais sete companheiras, ex-colegas de trabalho. Na sequência disso, nasceu a cooperativa, apoiada pelo Instituto Nacional das Cooperativas (INC), como um projecto produtivo, visto que a ilha tem uma produção razoável de frutas e legumes. Neste quadro, as oito sócias optaram por elaborar um projecto de transformação agro-alimentar dos produtos locais.

A Cooperativa começou com a intervenção apenas na cidade de S. Filipe, com um capital social de 190.000\$00 (cento e noventa mil ECV) sendo que cada um dos membros auferia um salário mensal de 10.000\$00 (dez mil ECV).

Com o decorrer do tempo, o empreendimento cooperativo passou a funcionar com apenas dois membros fundadores. As restantes sócias desistiram por motivo de emigração para as outras ilhas e para os Estados Unidos da América. Tal situação originou uma reestruturação orgânica, que levou ao recrutamento de mais uma pessoa.

Nesse processo, com a expansão da produção, construiu-se a sede e adquiriram-se novos equipamentos para ampliar o empreendimento e, ao mesmo tempo, investir na formação dos membros.

Em 1994, o empreendimento foi oficializado como Cooperativa Paladar, tendo por objectivo promover a transformação e a conservação de frutas e legumes locais, fomentando as iniciativas de auto - emprego a um grupo de mulheres.

O empreendimento conta com fornecedores da própria ilha, promovendo oportunidades de negócio local e da ilha.

Em termos de gestão administrativa, a organização funciona pelo sistema de prestação de serviços, com a participação das próprias sócias e mais quatro trabalhadores.

Por falta de solvabilidade financeira, a comercialização dos produtos é feita na própria cooperativa, como forma de minimizar os custos adicionais.

Noutros tempos houve tentativa de construção de uma loja para assegurar a comercialização, no entanto, não chegou a ser realidade.

Nesse percurso, surgiu uma outra tentativa visando construir a referenciada loja. Elaborou-se um projecto submetido à Cooperação Portuguesa que respondeu prontamente em termos de financiamento.

O montante financiado foi num valor de 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos mil ECV). Entretanto, a CMSF (Câmara Municipal de S. Filipe) por morosidade burocrática, levou um ano para ceder o terreno. O referido valor ficou congelado no Banco durante um período de um ano e meio. Essa situação obrigou a Cooperação Portuguesa a transferir o financiamento para uma outra organização, alegando que mais tarde iria repor a referida quantia. A promessa não foi concretizada, e até ao presente momento a cooperativa Paladar continua à espera.

No entanto, convém ressaltar que a cooperativa recebeu um financiamento expressivo do ADF (African Development Foundation). O Centro de Emprego e Formação Profissional também tem prestado apoio pontual nas acções de formação e reciclagem dos membros e na produção de brochuras informativas dos produtos comercializados.

Com o aumento da demanda do produto, a procura extravasou a ilha e a cooperativa passou a abastecer os hotéis na ilha do Sal.

É de realçar que os produtos dessa cooperativa apresentam uma boa qualidade e, por falta de capital, não são comercializados nas restantes ilhas e no mercado externo.

A cooperativa tem desenvolvido parcerias com outras associações na área social, passando e socializando suas experiências através de apoio mútuo.

A preocupação social tem merecido um destaque considerável, visto que os membros dessa cooperativa se encontram inscritos na previdência social – INPS, que assegura a garantia de aposentação e de outros benefícios sociais. Essa constatação é uma realidade vivida por uma aposentada.

Ainda nesta perspectiva, a cooperativa apoia duas famílias, suportando os custos escolares de duas alunas do ensino secundário sendo que uma delas permanece durante o ano lectivo em casa da Presidente, na cidade de S. Filipe.

Embora não tenham uma loja nova, a que existia manteve-se aberta durante um período de três meses, comercializando os seguintes produtos: confeitaria, bordados, vinho, licores e café marca registada da ilha. A cooperativa recorreu a um funcionário da CMSF, como balconista a tempo inteiro, auferindo 15.000\$00 (quinze mil ECV) mensalmente. O reduzido rendimento do empreendimento e a ausência de política públicas de promoção de empreendimentos económicos solidários acabaram por ditar o encerramento da loja.

No momento actual, a cooperativa mantém a produção de forma pontual, respondendo apenas às demandas dos hotéis da ilha do Sal.

Outrossim, para suportar os custos do referido empreendimento, tendo em conta as razões acima apontadas, a cooperativa passou também a realizar a confecção de produtos de pastelaria para as festas de casamento, baptizado e outros eventos na cidade de S. Filipe.

A cooperativa dispõe de algum património, designadamente uma loja de comercialização e uma pequena unidade de transformação não industrial.

Tem participado na Feira de Artesanato promovida pela ONG – AZM na cidade da Praia. Na perspectiva da organização, foi um ganho na medida em que a exposição e comercialização dos produtos serviu como foco de divulgação da Cooperativa e de seus produtos. Prevê-se o alargamento do mercado num futuro próximo.



Quanto ao registo financeiro, em outros tempos, havia um livro de lançamento contabilístico onde se registava toda a movimentação financeira. A receita mensal era

aproximadamente num valor de 900.000\$00 (novecentos mil ECV), com uma despesa de 650.000\$00 (seiscentos e cinquenta mil escudos ECV) e um saldo médio de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil ECV). O saldo revertia ao investimento da organização, nomeadamente na aquisição de equipamentos da unidade de produção, apoio social, entre outros.

Todavia, convém deixar bem claro que, actualmente, não existe livro contabilístico por causa da reduzida movimentação monetária e do volume pouco expresso na comercialização dos produtos.

Os pequenos registos actuais de controlo de monitorização das receitas e despesas são feitos sem procedimentos contabilísticos. Desta forma, as despesas e receitas são calculadas diariamente.

No que diz respeito aos projectos de médio e longo prazo, a organização cooperativa em situação tem em carteira a aquisição de máquinas semi-industriais, apostando na melhoria da produção e apresentação dos produtos.

A entrevistada deixou transparecer que existe uma fraca sustentabilidade comercial e financeira. Ainda aponta um outro constrangimento, não menos importante, que tem a ver com a falta de incentivos por parte do governo e inexistência de políticas públicas para sustentar o empreendimento solidário.

4.2.3. Cooperativa dos Viticultores de Chã das Caldeiras - AGROCOOP



Ilustração 3: Adega da AGROCOOP
Fonte - AGROCOOP 2010

De acordo com informações prestadas pelo Presidente e sócio da Cooperativa, com sede em Chã das Caldeiras, a cooperativa surgiu com a extinção da associação dos produtores de uva da comunidade local, após a erupção vulcânica de 1993. Erupção que destruiu grande parte dos terrenos produtivos na referida localidade. Acrescenta que a antiga associação dedicava-se à produção de vinho, de forma arcaica e artesanal.

De acordo com o mesmo, a retoma da ideia da organização (re)surgiu em 1988. Solicitou-se o apoio ao Governo com o fim de criar uma cooperativa na medida em que a associação já não faria sentido perante a perda do referido património. Como resposta a essa solicitação, o Governo enviou uma equipa técnica do projecto COSPE – ONG Italiana para analisar a viabilidade do projecto. Após essa iniciativa, os sócios mobilizaram recursos próprios para a compra do terreno e material de construção da actual Adega cooperativa de vinho.

Deram início ao trabalho, seis membros e, actualmente, a cooperativa conta com cerca de cento e dois membros, dos quais vinte e cinco são mulheres.

A organização tem como finalidade transformar os produtos locais, (uva e outras espécies de frutas) em conserva e promover o turismo local para o desenvolvimento comunitário, principalmente, no apoio socio-económico e cultural das famílias, no fomento da prática de entre-ajuda e na solidariedade social.



Ilustração 4: Colheita de Uva
Fonte - AGROCOOP 2010

Nesse campo, contemplam-se as iniciativas de auto-emprego, um dos objectivos iniciais, de forma a garantir a adesão de carácter livre, e abranger apenas os membros produtores de uva.

Em termos de gestão administrativa, a cooperativa dispõe de três órgãos:

- A Assembleia-Geral, composta por três efectivos, todos de sexo masculino;
- O Conselho Directivo, também constituído por três elementos e dois suplentes, sendo uma mulher, Vice-Presidente;
- O Conselho Fiscal com três elementos efectivos, sendo um do sexo feminino e os restantes do sexo masculino.

A cooperativa funciona, em regime de permanência, com cinco trabalhadores fixos. No entanto, convém ressaltar que na época alta, ou seja, com o aumento da produção e da procura, abre-se o leque de trabalho à comunidade, empregando cerca de 12 a 15 trabalhadores membros da cooperativa.

Os recursos da cooperativa provêm da comparticipação dos membros, das cotas mensais, dos lucros, em que uma parte vai para aquisição de novos equipamentos, a outra para colmatar as necessidades da organização e de seus membros.

A organização trabalha em prol do desenvolvimento económico, sem descuidar a dimensão do reforço do domínio da acção social.

Essa intervenção social destina-se à melhoria das condições de vida da população mais carenciada, apoiando os projectos de reabilitação e de construção de habitações.

Nessa linha, fica evidente a preocupação com o próprio desenvolvimento do bem-estar da comunidade local. O financiamento de festividades recreativas e culturais, a reabilitação da Unidade Sanitária de Base, na formação de uma enfermeira da comunidade local e o fornecimento de alguns equipamentos, entre outros, são provas dessas acções sociais.



Ilustração 5: Processo de Envelhecimento de Vinho

Fonte - site da organização (chã Tour.Fogo) 2010



Ilustração 6: Turismo Rural

Fonte - AGROCOOP 2010

A organização tem acompanhado a evolução internacional na área da produção do vinho por meio de participação em eventos permitindo a aquisição de conhecimentos no domínio de técnicas de envelhecimento de diferentes tipos de vinho.

A qualidade do produto constitui uma realidade. O aumento da procura tanto nacional e internacional espelha esta constatação. Todavia, ainda se queixa da falta de alguns incentivos por parte do governo, na promoção dos produtos e na comercialização. Em relação ao marketing dos produtos, produziram-se algumas brochuras com informações sobre a produção do vinho e divulgação das referidas marcas.



A cooperativa dispõe ainda de algum património, nomeadamente uma sede, um restaurante, um complexo turístico, uma Adega com cave para envelhecimento do vinho e de uma viatura. Pretendem alargar o património, criando infra-estruturas no âmbito do turismo rural com o objectivo de promover emprego local, tendo em mira o bem-estar da própria comunidade.

No que tange à rentabilidade financeira, considera-se bastante positiva, tendo em conta a demonstração financeira, como se pode aferir no Quadro 2. A organização movimenta um proveito anual na ordem dos 12.519.817\$00 (doze milhões, quinhentos e dezanove mil e oitocento e dezasete ECV) e uma despesa total de 12.086.740\$00 (doze milhões, oitenta e seis mil e setecentos e quarenta ECV) com um saldo de 433.777\$00 (quatrocentos e trinta e três mil e setecentos e setenta e sete ECV).

As despesas vão em conformidade com os custos, sublinhando ainda que os ganhos provêm do somatório de todas as actividades económicas dos empreendimentos da organização. A cooperativa apresenta uma boa rentabilidade financeira, com perspectivas de novos investimentos. No que diz respeito ao lucro é repartido de forma proporcional aos membros da cooperativa.

O empoderamento das famílias constitui um outro domínio de intervenção da organização e seu impacto é apontado e justificado com a melhoria da qualidade de vida, do aumento do capital social, visto que hoje existem mais técnicos superiores na comunidade e muitos jovens encontram-se a frequentar o ensino secundário na cidade de S. Filipe e a seguir estudos universitários na cidade da Praia.

4.2.4. Associação para o Desenvolvimento de SÃO FRANCISCO - ADSF



Ilustração 8: Sede da ADSF
Fonte - autora, 2010

Conforme Sr. Filipe Silva, Presidente do Conselho Fiscal, a ADSF surgiu no ano 1990, com o apoio de um amigo da comunidade, o Sr. Guy Massart, de nacionalidade Belga, que na altura trabalhava no Citi-Habitat. Entretanto, essa associação só foi oficializada em 1994. A sua sede localiza-se em São Francisco, zona semi-urbana do concelho da Praia.

A presente associação possui um estatuto que permite a construção de delegações em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro, junto da comunidade cabo-verdiana. Constitui uma entidade colectiva, sem fins lucrativos e tem por fim contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade de São Francisco. Promove o desenvolvimento comunitário, reforçando a melhoria e o nível da qualidade de vida da população local, com vista à resolução dos seus problemas, numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso. No mesmo passo, aposta vivamente na formação dos jovens, no domínio da agricultura e criação de gado.

A associação estrutura-se em três órgãos: Assembleia-Geral, Conselho Directivo e Conselho Fiscal. Compõe-se de 85 membros efectivos, sendo 53 mulheres e 32 homens.

A mesma organização tem recebido tradicionalmente apoio do CITI-Habitat, como seu principal parceiro, da Plataforma das ONG, do Oásis, da Liga das Associações da Praia de que é filiada, da Câmara Municipal da Praia, das instituições públicas, designadamente a Delegação do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos.

O Citi-Habitat foi, como referido, o impulsionador do surgimento da dita organização.

É de destacar as intervenções da organização na construção e reabilitação de habitações, em parceria com a Câmara Municipal da Praia e do CITI-Habitat.

Outro parceiro importante foi o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos que tem apoiado em regime sazonal as actividades da FAIMO, na construção de arretos, diques, banquetas, no âmbito de estratégia utilizada na reconversão da referida FAIMO, aproveitando o produto final do trabalho como património comunitário e fonte geradora de rendimento para os membros.

A ADSF tem realizado várias actividades, apostando na melhoria da habitação das famílias carenciadas, projecto esse financiado pelo CITI-Habitat, no valor de 700.771\$00 (setecentos mil e setecentos e setenta e um ECV).

Na área da educação tem participado no pagamento das propinas dos estudantes do ensino secundário, pertencentes às famílias mais carenciadas da comunidade. Na mesma perspectiva, tem apoiado o Pólo Educativo de São Francisco na manutenção e conservação do horto escolar e nas festas sociais de Natal. O apoio é extensivo ainda à formação dos jovens no Curso Profissional do nível II, no Centro de Formação Profissional de Variante.

A saúde, o saneamento básico, as actividades recreativas e desportivas, as festas populares locais, o apoio aos idosos, no reconhecimento e prestígio dos mesmos, as actividades culturais foram, também, as vertentes beneficiadas nesse referenciado apoio.

Na sequência dessas actividades, desenvolveram-se projectos financiados pela Cooperação Francesa e destinados aos agricultores e criadores de gado.

A ADSF tem apostado nos jovens, no que diz respeito à formação na área da informática, administrada na própria sede. Existe um projecto em curso, em parceria com a Sambala Village, na área do turismo local.



Ilustração 9: Espaço Verde, horto na entrada da ADSF, na promoção da cultura ambiental

Fonte autora, 2010



Ilustração 10: Sala de Formação da ADSF

Fonte autora, 2010

Criou-se uma unidade de micro-finanças, uma nova modalidade de micro-crédito, no sentido de promover actividades geradoras de rendimentos, exclusivamente para as mulheres chefe de família.

O desenvolvimento local tem merecido destaque. Todo o esforço da organização, hoje, é vivido com muito orgulho. A maioria das famílias da comunidade possui telefone, água canalizada e electrificação. As zonas são abastecidas por água potável, através de um chafariz local.

A ADSF disponibilizou relatório de actividades relativo a 2009, o orçamento e o plano de actividades para 2010, utilizados como suportes de análise.

A associação dispõe de alguns patrimónios, designadamente um Centro Social, um alpendre, um complexo de padaria com todos os equipamentos, uma fornalha de grogue, um autocarro, um autocarro bar, um quiosque, uma unidade de produção de gabião, gerida pela Sociedade de Produção, Lda (SPGR).

A associação entrou com uma participação social de 32% na unidade de produção de gabião e os restantes 68% resultam da participação dos membros da mesma unidade. A empresa social apresenta como efectivos, nove sócios membros.

Ao longo do ano, com o aumento da demanda dos produtos e consequentemente a produção, contrata-se a mão-de-obra na própria comunidade, como forma de promover emprego e contribuir para a melhoria de vida da população residente.

A associação sobrevive à custa de arrendamento do património e dos projectos financiados por parceiros.

No que diz respeito à situação financeira, em 2009 registou-se um recebimento na ordem dos 3.879.164\$00 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e quatro ECV).



Ilustração 11: Praça da Comunidade
Fonte autora, 2010



Ilustração 12: Exposição dos Produtos
Fonte - autora, 2010



Ilustração 13: Stocks da Matéria-prima
Fonte - autora, 2010

O CITI-Habitat participou com um valor de 1.490.771\$00 (um milhão, quatrocentos e noventa mil e setecentos e setenta e um ECV). Desse montante, subtraiu-se 700.771\$00 (setecentos mil e setecentos e setenta e um escudos) canalizados para a melhoria de habitações sociais e 790.000\$00 (setecentos e noventa mil escudos) para o programa de crédito. As outras receitas advieram da exploração dos bens patrimoniais e do reembolso de créditos.

No relatório económico de 2009, atrás referido, constata-se que a ADSF efectuou uma despesa em termos de pagamento, na ordem dos 3.260.764\$00 (três milhões, duzentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e quatro ECV). Feito isso, transitou para o ano seguinte (2010) com um saldo aproximadamente de 529.619\$00 (quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e noventa e um ECV).

Finalmente, no campo organizacional, a ADSF encontra-se bem posicionada. Está em conformidade com os princípios contabilísticos, na medida em que, no final de cada ano económico, apresenta resultados contabilísticos aos membros associados e divulga a prestação de contas para toda a comunidade.

4.2.5. Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-promoção Familiar-FAMI-PICOS



Ilustração 14: Sede da FAMI-PICOS

Fonte - autora, 2010

O Sr. Carlos Manuel de Brito Pereira Vaz, Presidente da associação, informou que após ter participado no encontro internacional sobre mobilização de recursos financeiros no seio das organizações de auto-promoção, no Chade, nos anos noventa, apropriou-se do conhecimento sobre financiamento de organizações de auto-promoção.

Na sequência disso, aplicou esse conhecimento na reorganização da Associação de Caixa de Poupança e Crédito (ACPC), já existente na então freguesia de S. Salvador do Mundo.

Neste sentido, sob a influência do Sr. Manuel Moreira, funcionário do INC (Instituto Nacional de Cooperativas), associaram-se a dois grupos de mutualidades de poupanças e crédito, em busca de motivação para melhoria da própria comunidade, de modo a contribuir para uma tomada de consciência de incremento do espírito de solidariedade e ajuda mútua.

Na época, uma das grandes apostas do programa do governo era incentivar a criação de organizações de auto-promoção das famílias. Por conseguinte, o conhecimento sobre o financiamento de organizações de auto-promoção chegou em boa hora, na medida em que veio a contribuir para concretizar a criação da associação comunitária com centralidade no domínio da poupança e crédito, como oportunidade de minimizar a pobreza local e garantir o auto-sustento de pessoas e famílias da comunidade.

A publicação dos estatutos da associação FAMI-PICOS e de seu reconhecimento jurídico tiveram lugar em 2001 (B.O. nº 40, 1ª série, de 03 de Dezembro). O seu objectivo é a promoção do desenvolvimento comunitário, através do apoio sócio-económico e cultural das famílias e fomento da prática de entre ajuda e solidariedade social.

A dita associação, aberta a livre adesão de grupos voluntários, implementa actividades em prol do desenvolvimento sócio-económico da própria comunidade. Assim, o desenvolvimento em causa apresenta como base a reciprocidade e a ajuda mútua, propiciando a liberdade e a igualdade entre os membros.

Outro aspecto que merece destaque é a participação de um número considerável de mulheres, chefes de família e com responsabilidade administrativa.

A associação desenvolve uma nova dinâmica na elaboração dos projectos enquadrados no comércio formal e informal, financiando as actividades económicas geradoras de emprego e rendimento aos membros da comunidade.

Ela tem recebido apoio financeiro, de grande expressão, proveniente de organizações financeiras, nomeadamente do BAD (Banco Africano do Desenvolvimento), PNLP (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza) e ADF, como forma de aumentar e expandir as mutualidades e, na mesma linha, proceder à concessão de créditos na área do desenvolvimento. Ainda neste mesmo passo, privilegiam-se o desenvolvimento da agricultura, pesca, as acções de formação, sensibilização, intercâmbio, entre outros.

No que diz respeito ao número de associados, conta hoje com 2100 associados, com representação maioritária feminina na ordem de 58%.

A organização administrativa é composta por quatro órgãos:

- A Assembleia-geral, por três elementos, sendo dois de sexo masculino e um feminino;
- O Conselho fiscal por três elementos, sendo dois de sexo feminino e um sexo masculino;
- O Conselho directivo, também constituído por três elementos, sendo dois de sexo feminino e um masculino;
- O Conselho de solidariedade social, com previsão de criação da mutualidade de saúde.

O departamento da administração e gestão conta ainda com oito trabalhadores, sendo um gestor, um contabilista, quatro agentes de crédito, um responsável do banco de dados, que acumula a função de tesoureiro, e uma encarregada de limpeza.

Actualmente, a sede se encontra em fase de finalização da obra e, por esta razão, ocupa uma casa alugada, pagando vinte mil escudos mensais.

A Associação iniciou com um capital social de um milhão de escudos cabo-verdianos e hoje o capital acumulado é de seis milhões de escudos.

A poupança dos sócios é depositada num banco comercial, mediante duas modalidades, a saber: depósito à ordem, que se pode movimentar em qualquer momento e depósito a prazo, num período mínimo de seis meses e com juro de 5%.

A associação concede créditos aos seus associados com mínimo de três meses de adesão, de acordo com os seguintes critérios:

- 1º nível: destina-se a empréstimos no domínio de actividades produtivas e o montante de empréstimo pode ir até quatro vezes o valor da poupança do sócio mais o capital social;
- 2º nível: é concedido para o domínio da educação e habitação e o montante atribuído é três vezes a poupança do sócio mais o capital social;
- 3º nível: destina-se a cobrir despesas de funerais e comemorações festivas (baptizado, casamento, entre outros da mesma categoria), correspondente ao dobro da poupança do sócio mais o capital.

As mutualidades referidas anteriormente funcionam na base do voluntariado. No âmbito dessas mutualidades concedem-se pequenos créditos até o valor de 35.000\$00 (trinta e cinco mil ECV). A taxa de crescimento é de 5% ano, e todos os seus dirigentes são pontos focais da associação, distribuídos em diferentes localidades e municípios da ilha de S.Tiago.

É de realçar que a organização, de 2000 a 2009, atribuiu cerca de 2324 créditos, atingindo o montante de 246.809.500 ECV, do qual 62% dos beneficiários são mulheres.

Os recursos de gestão da associação provêm exclusivamente da poupança dos sócios, das jóias, dos juros e dos parceiros, nomeadamente o PNLP na forma de financiamento e empréstimos concedidos pelo Banco de Cabo Verde, Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde e Plataforma das ONG.

A FAMI-PICOS é filiada da Plataforma das ONG de Cabo Verde, sendo assim, beneficia das acções de formação, como forma de adquirir mais competência no domínio de gestão organizacional e micro-finanças. É membro da Federação das Associações que operam na área de micro-crédito.

Na área social, a citada associação actua nos domínios da habitação e na reabilitação de moradias das famílias mais carenciadas.

Na educação, concede apoio em materiais escolares e transporte dos alunos mais necessitados. Patrocina, ainda, diversas actividades nas escolas Básicas e Secundárias das comunidades onde actua e acções de formação e aperfeiçoamento profissional dos jovens.

Na cultura, promove, divulga e preserva as tradições tipicamente nacionais (produtos artesanais, músicas, danças, etc.). Na mesma perspectiva, continua a apoiar as actividades relacionadas com as comemorações das festas do município, o dia internacional dos idosos, os grupos recreativos, desportivos e culturais.

Na agricultura familiar, promove a formação dos agricultores através de técnicas e práticas culturais mais adequadas e produtivas, destacando a irrigação gota a gota e, no mesmo passo, a transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

A associação tem realizado acções de formação em matéria de micro-crédito e gestão de pequenos negócios que visam capacitar os seus membros e as organizações parceiras.

A FAMI-PICOS tem participado em encontros internacionais, em diferentes áreas de acção. A participação em intercâmbios nacionais sempre fez parte da agenda de trabalho dessa organização, com o objectivo de socializar as inovações e conhecimentos adquiridos a nível internacional.

As estratégias desenvolvidas na comunidade visam erradicar a pobreza e lutar contra o desemprego, de forma a contribuir para o bem-estar da própria comunidade. Com esse propósito fica evidente o incentivo aos sócios nos investimentos em termos de auto-gestão e empregabilidade, e que pode ser avaliado pelo número de créditos concedidos por ano e a ampliação dos investimentos.

Outrossim, a FAMI-PICOS concentra toda a sua acção em iniciativas de auto-promoção da família, fazendo a captação de poupanças, ao mesmo tempo que atribui crédito. A taxa de juro é cobrada apenas sobre o capital em dívida permitindo, desta forma, a redução do valor pago por cada mês até a liquidação do valor total. Recorda-se, ainda, que, nesse procedimento, não se cobra a taxa de comissão.

A cedência de crédito só abrange os associados e, por este motivo, a organização está a envidar esforços no sentido de perspectivar a possibilidade de alargar o crédito a toda comunidade.

A organização recebe e continua recebendo o apoio dos parceiros internacionais. O financiamento é reembolsável em prestações, canalizado para reforçar a modalidade do crédito e a estrutura da instituição.

Outra preocupação da organização é a garantia da assistência técnica aos sócios, principalmente a monitorização dos mesmos visto que o crédito constitui um motor do empreendedorismo.

A associação vem evoluindo ao longo dos anos. Tanto assim é que os resultados para isso apontam: melhoria da qualidade de vida dos associados e da população da comunidade em geral; grau de empoderamento das famílias dos sócios, principalmente a nível da educação em que muitos filhos de famílias carenciadas já concluíram o curso superior.

A organização interna da associação espelha-se pelo modelo de autogestão. Modelo este que demonstra o predomínio da democracia e transparência e a ética de gestão de empreendimento solidário. Hoje em dia, o impacto das políticas sociais no âmbito dessa organização constitui uma realidade palpável na vida da comunidade.

A associação dispõe como património de uma sede em construção e uma viatura.

Perspectiva-se, a médio prazo, a criação de um Banco da própria associação, cuja designação está em aberto.

Considera-se boa a sua rentabilidade. A demonstração financeira referente ao ano 2009 mostra que a organização movimentou um proveito anual na ordem dos 9.165.949\$00 (nove milhões, cento e sessenta e cinco mil e novecentos e quarenta e nove ECV), com um custo total de 8.608.009\$00 (oito milhões, seiscentos e oito mil e nove ECV) e um saldo de 510.939\$00 (quinhentos e dez mil e novecentos e trinta e nove ECV). As receitas vão em conformidade com as despesas e os ganhos provêm, sobretudo, dos juros bancários.

Em termos da gestão administrativa, a organização conta com um plano estratégico (Support to Development of Microfinance Institution-DMFI). A gestão financeira apresenta como documentos de suporte: a reconciliação bancária, o balancete geral/mensal acumulado e a conta de exploração.

A associação FAMI-PICOS incentiva o auto-emprego na Ilha de Santiago através de diversas mutualidades de poupança e crédito, nomeadamente, três nos Picos, sete na cidade de Assomada, uma no concelho de Santa Cruz e duas no do Tarrafal.

4.2.6. Associação para o Desenvolvimento Integral de RUI VAZ – ADIRV



Ilustração 15: Associação ADIRV, Fábrica de Queijo

Fonte autora, 2010

De acordo com a Sra. Armanda Gomes, Presidente da Associação, a ideia de criação da referida associação surgiu com a intervenção do Ministério de Agricultura na comunidade, visando incorporar políticas de proibição sobre-exploração dos recursos florestais evitando, assim, a desflorestação desenfreada da zona protegida. Essa iniciativa veio no sentido de evitar corte e apanha de lenha, o que põe em causa o equilíbrio ambiental.

Com foco nessa perspectiva, em 1997, um grupo de pessoas da comunidade decidiu organizar-se para encontrar alternativas de subsistência. Assim, nasceu a ADIRV, cujos estatutos foram publicados no B.O. nº 35, IIª Série, de 13 de Agosto de 1998. A ADIRV tem como objectivo a promoção do desenvolvimento integral de Rui Vaz, contribuindo para a melhoria das condições de vida dessa comunidade.

O Ministério da Agricultura desempenha um papel fundamental nesse processo, financiando projectos voltados para o desenvolvimento comunitário. Projectos que consistem na construção de caldeiras, arestos e cisternas familiares. No âmbito do apoio institucional concedido pelo Governo, deve-se referir a disponibilização de um espaço para o funcionamento da sede da organização.

Os projectos de promoção do desenvolvimento socioeconómico implementados pela ADIRV abrangem Rui Vaz e as restantes áreas do município de S. Domingos. Nesse mesmo

passo, cobrem o concelho de Santa Cruz, o município da Ribeira Grande de Santiago, a localidade de Rincão no município de Santa Catarina e a cidade da Praia.

A organização é composta por 171 membros, sendo 100 do sexo feminino e 71 do sexo masculino. Ela comporta três órgãos sociais:

- Direcção Executiva, cinco elementos, dos quais três são mulheres;
- Assembleia-geral, cinco elementos, dos quais duas são mulheres;
- Conselho fiscal, três elementos, sendo uma, mulher.

A nível da gestão administrativa a associação conta com onze trabalhadores, sendo cinco na fábrica, uma estagiária, três no micro-crédito, dois condutores, e um responsável pela venda de água.

A ADIRV funciona com quatro modalidades distintas, autênticas fontes de rendimento, tais como: venda de água; comercialização do queijo e comercialização de plantas e hortaliças.

Alguns parceiros/associados, a Plataforma das ONG, a associação Oásis, a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, têm apoiado a associação a nível da capacitação dos seus membros. O CITI-Habitat, o FAM-F e o PNLP são também grandes parceiros na modalidade de micro-crédito.

Ainda nessa modalidade, o PNLP actua em dois momentos diferentes: o primeiro na qualidade de financiador e o segundo como credor.

O crédito é reembolsado em prestações. Nesta linha, considera-se de grande importância a modalidade de crédito na medida em que ajuda financiar iniciativas económicas de pessoas desfavorecidas e excluídas em termos de acesso aos serviços financeiros do sistema bancário tradicional. E, mais ainda, minimiza as dificuldades na criação de pequenos negócios, facilitando os mecanismos de promoção do crescimento e desenvolvimento económico, contribuindo para a geração de emprego e rendimento, rumo à erradicação da pobreza.

Essa actividade merece destaque por abranger o Concelho de S. Domingos na sua totalidade e a freguesia de S. João Baptista.



Ilustração 16: Fábrica de Queijo

Fonte autora, 2010

A associação conta com representações nas localidades de Rincão e Pico Leão que, de acordo com INE-CV, são as mais pobres do país.

Quanto ao critério de cedência de crédito, o beneficiário recebe uma pequena formação no domínio de gestão. A cedência de crédito é feita em duas modalidades: para montante inferior a 80.000\$00 (oitenta mil ECV), o beneficiário não precisa de apresentar fiador. Para empréstimo igual ou superior a 80.000\$00 (oitenta mil ECV), o beneficiário fica sujeito a um juro de 3% por mês. Os créditos são denominados como: crédito individual e crédito solidário, destinado a grupos com máximo de cinco elementos.

A associação dispõe de algum património, nomeadamente um telecentro apetrechado com computadores e mobiliário, uma fábrica de queijo, duas viaturas, um autocarro com 30 lugares que auxilia no transporte escolar dos alunos da escola secundária, três tanques de reservas de água e um viveiro onde produzem plantas para a comercialização.

A organização através do seu plano de acção, para além da intervenção económica, desenvolve acções de cariz social, tais como reabilitação e construção de habitações, cisterna familiar, com intuito de desenvolver a prática de agricultura em regime de regadio e pecuária, visto que essas actividades constituem as principais na localidade de Rui Vaz.

A título elucidativo, cita-se a intervenção da Presidente da ADIRV:

“ Acho que hoje posso falar em sucesso da ADIRV, é uma organização com propósito de desenvolvimento local, preocupo-me sobretudo com o bem-estar da comunidade em geral. Os projectos desenvolvidos têm como objectivo principal criar postos de trabalhos, organizar grupos de membros e não-membros da organização que são criadores de vaca, agricultores, a fim de participarem em acções de formação para capacitação de conhecimentos na matéria, de forma a torná-los potenciais fornecedores de matéria-prima com qualidade, por exemplo o leite para a fabricação de queijo. Hoje, a unidade de fabricação recebe dos próprios membros produtores da organização cerca de 30 litros de leite por dia, e em contra partida recebem cerca de 50.000\$00 mensalmente pelo produto. A unidade de fabricação, neste momento produz cerca de 1000 queijos por mês. Em última análise, com o aumento da demanda, a ADIRV terá de aumentar a produção. Nesse quadro, já existe um projecto para criação de 30 cabeças de vaca, visto que, os produtores não têm capacidade suficiente para responder a demanda.

Sempre fui questionada na possibilidade de ADIRV ajudar esses produtores na criação de uma associação de produtores de leite, mas dou sempre a mesma resposta, ainda é muito cedo, dado a falta de infra-estrutura nesse domínio. Um outro aspecto, de realce, os

produtores em questão são agricultores durante todo o ano, só essa actividade, não permite a subsistência dos mesmos”.

Outra preocupação da associação tem a ver com a capacitação dos membros, através de acções de formação. Para o efeito, o Centro de Emprego tem realizado acções de formação destinadas aos produtores de leite, com enfoque em higiene e qualidade do leite.

A gestão da mutualidade de saúde é um outro aspecto relevante da ADIRV. Esse tipo de gestão teve e continua tendo um papel expressivo na vida dos membros, sobretudo, no controlo da saúde pessoal e na aquisição dos medicamentos.

Relativamente às perspectivas de médio e longo prazo, a associação aponta como prioridade as acções seguintes:

- (Re)organizar a modalidade de micro-crédito, tendo em vista a sua importância na economia local;
- Investir na área do turismo rural;
- Apoiar o projecto de refeição quente no Ensino Básico;
- Criar 30 cabeças de vacas;
- Apostar no alargamento de criação de raças melhoradas;
- Publicitar as actividades de projectos através de desdobráveis.

A associação em foco tem participado em vários eventos nacionais, nomeadamente nas feiras anuais de artesanato promovidas pela AZM, e as internacionais no Brasil, como forma de acompanhar a evolução das actividades e da modernização da gestão da associação.

Nessa sequência de ideias, adianta-se que a ADIRV manifesta o interesse de, futuramente, se transformar em cooperativa.

No que tange à rentabilidade financeira, considera-se razoável tendo em conta que as despesas estão em conformidade com os custos. No entanto, convém ficar claro que por falta de um técnico na área da gestão financeira, não são seguidos os procedimentos contabilísticos de acordo com as normas, o que constitui um constrangimento. Constrangimento na medida em que, na movimentação de contas, utiliza-se proveitos de um determinado segmento económico para cobrir custos de outros.

Sublinha-se, ainda, que os saldos são reinvestidos na aquisição de equipamentos para a sustentabilidade e criação de empregos na comunidade.

4.2.6. Associação Comunitária de Desenvolvimento de FONTE ALMEIDA

ACODEFA



Ilustração 17: Centro Comunitário da ACODEFA

Fonte autora. 2010

O Sr. Manuel Adriano Lobo Lopes, na qualidade de presidente da referida associação, afirmou que a mesma surgiu após a extinção da AMI-FONTE em 1994, devido ao desentendimento no seio dos membros e do conflito por influência partidária na comunidade.

Sublinhou ainda que, três anos mais tarde, surgiu um grupo de moradores na mobilização dos residentes para o desenvolvimento da própria comunidade que, impulsionado pelo Citi-Habitat, conseguiu envolver de uma forma massiva a população local, com o intuito de (re)organizar os interessados no incremento da comunidade. Na sequência disso, três grupos optaram pela fusão. Assim, apareceu ACODEFA em 1997, cujos estatutos foram publicados em Junho de 2003, através do B.O III Serie, nº 14/2007.

A Associação Comunitária Desenvolvimento de Fonte Almeida tem como finalidade promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, com base no espírito de entreajuda e contando com o apoio de parceiros. Com esta filosofia, opera fundamentalmente na área de animação comunitária, na formação técnico-profissional, na infra-estruturação de base, na conservação do meio ambiente, e particularmente no desenvolvimento humano. Conta, actualmente, com 89 inscritos, dos quais 42 são mulheres.

A ACODEFA funciona com três órgãos sociais.

- Conselho Directivo, seis elementos, sendo quatro homens e duas mulheres;
- Assembleia-geral, seis elementos, sendo quatro homens e duas mulheres;
- Conselho Fiscal, cinco elementos, sendo três homens e duas mulheres.

Todos os membros trabalham em regime de voluntariado e de acordo com as necessidades da associação.

A nível de intervenção, a organização abarca toda a localidade de Fonte Almeida, e as zonas de Cambodjana e Achada Mirta. Conta com um representante em cada uma dessas comunidades.

A associação encontra-se instalada no edifício do Centro Comunitário. Esse edifício comporta uma sala de desporto, uma de primeiros socorros, um jardim infantil, sob a gestão da Câmara Municipal de S. Domingos. As relações com a Câmara Municipal, de acordo com os responsáveis da Associação, não são as melhores e constituem um grande constrangimento às suas actividades na medida em que não a apoia nem tão pouco mostra disponibilidade em analisar conjuntamente com a própria associação as questões relativas ao desenvolvimento local.



Ilustração 18: Jardim Infantil - Centro Comunitário da ACODEFA
Fonte - autora, 2010

O edifício possui uma biblioteca apetrechada com livros, materiais didácticos e computadores, de uso exclusivo para os alunos de ensino secundário.

A insuficiência financeira constitui um dos grandes problemas dessa associação, o que a impede de suportar um funcionário na biblioteca a tempo inteiro. Por essa razão, a referida biblioteca presta um serviço pontual à comunidade.

Quanto ao ensino básico, o mesmo tem recebido apoio de outras instituições. E a ACODEFA intervém, nesse caso, pontualmente, colmatando pequenas brechas.

A questão da formação e qualificação dos membros e da comunidade em geral constitui uma das preocupações do presidente da organização. As acções de formação direccionam-se em particular à camada jovem. Nessas acções, foram formadas 28 mulheres sócias nas áreas de corte e costura e culinária, como forma de empoderá-las para a criação de auto-emprego. No mesmo âmbito, três jovens beneficiaram de formação na área de contabilidade, três na de electricidade e

três em marcenaria, em parceria com Oásis, o Centro de Formação de S. Jorginho, o Citi-Habitat e o Centro de Emprego.

Em termos financeiros a organização conta com um fundo proveniente das ONG para fins sociais. Entretanto, recebe mensalmente cinco mil escudos do arrendamento de uma cantina. É de ressaltar que a quota dos membros também, faz parte das receitas financeiras da associação.

Relata-se que a associação canaliza os seus recursos financeiros para a reabilitação de algumas casas das famílias mais carenciadas e na aquisição de medicamentos contribuindo, assim, para o melhoramento da saúde dessas mesmas famílias. De igual modo, tem apoiado eventos escolares, actividades desportivas e culturais, equipas de futebol local, grupos de teatro, entre outros.

No campo cultural, a associação tem investido na promoção de grupos de batucadeiras, de teatro e dança que actuam nos eventos, tanto dentro como fora da comunidade.

A remodelação do Centro de Saúde fez parte do leque de actividades realizadas pela associação. Durante essa remodelação, os serviços do Centro de Saúde passaram a funcionar na sala de primeiros socorros do próprio Centro Comunitário.

Em termos de perspectivas a médio e longo prazo, consta o melhoramento do abastecimento de água em algumas aldeias da localidade, a produção agrícola e a construção de pocilgas familiares, a criação dum espaço para desenvolver a hidroponia³⁵ com o objectivo de melhorar a produção agrícola.

Por último, convém referir que o aumento do número de sócios e o melhoramento da capacidade de intervenção dos mesmos constituem uma realidade. No entanto, considera-se necessário e urgente um trabalho sério a nível do desenvolvimento da cultura de paz e de diálogo, que implica negociação, confiança e ajuda-mútua, na medida em que a associação tem sofrido alguns constrangimentos de ordem política, atrás mencionados. Constrangimentos esses, que, até hoje, repercutem pela negativa na vida associativa da comunidade.

³⁵ Hidroponia é um sistema de cultura sem solo, em que a planta é colocada em canais de rega, ou de substrato inerente, e é regada com uma solução de água e nutrientes ao seu desenvolvimento.

4.2.7. Análise da Viabilidade Socio-económica das Organizações Pesquisadas

Para efeitos de análise da viabilidade socioeconómica dos empreendimentos económicos solidários, foram seleccionadas seis organizações económicas solidárias (Quadro1). Na sua composição procurou-se deixar transparecer a maior diversidade possível, tanto na área de trabalho profissional, quanto na forma jurídica. Tanto assim é que a referida amostra abrange cinco municípios de Cabo Verde (Praia, S. Filipe, S. Domingos, S. Salvador do Mundo e Santa Catarina – ilha do Fogo).

No que diz respeito a área do trabalho profissional, pode-se ver que existem trabalhadores dos mais diversos ramos de actividades económicas, nomeadamente produção industrial, comércio, micro-crédito, entre outros.

Quanto à forma jurídica, existem associações e cooperativas. A grande maioria dos empreendimentos económicos solidários (EES) é constituída por associações. No entanto, convém recordar, que a Cooperativa dos Viticultores de CHÃ das Caldeiras – ilha de Fogo, atrás mencionada, iniciou suas actividades como associação.

Os dados da pesquisa evidenciam que S. Domingos é o município com mais pessoas desempregadas. A maioria dessas pessoas sobrevive à base do trabalho informal. Em S. Domingos encontra-se uma parte considerável das organizações (33%), sendo todas associações.

A motivação para a criação de EES tem como pano de fundo a escolha do trabalho autogestionário, considerado a principal alternativa dos trabalhadores desempregados e, ao mesmo tempo, uma via possível para o desenvolvimento local.

Na maioria dos EES visitados, percebeu-se um clima de companheirismo e de participação aberta de todos. Mais ainda existe uma certa tendência para a participação informal, expressa através das críticas e sugestões.

As estratégias de comercialização dos produtos, de forma directa (produtor/fornecedor) pelos próprios trabalhadores, constituem um constrangimento. Constrangimento na medida em que elas dificultam o escoamento dos produtos e contribuem para o incumprimento dos prazos de entrega e prejudicam toda a actividade de marketing e publicidade. Daí que considera-se necessária a criação de uma rede organizada de comercialização dos produtos solidários que se responsabiliza por uma estratégia correcta de distribuição, tendo em linha de conta a solução de todas as particularidades acima apontadas, para uma comercialização de produtos de uma forma funcional, abarcando os fornecedores nacionais e estrangeiros.

As associações e cooperativas recebem ajudas de um programa público, no caso o PLNP, e de algumas ONG nacionais e internacionais que têm por finalidade aumentar a capacidade produtiva dos pobres, possibilitando-os uma ocupação durável e o acesso ao emprego.

A população beneficiada directamente é membro dos Empreendimentos Económicos Solidários que, por sua vez, são fontes de dinamização do tecido social da comunidade.

Porém, convém destacar que alguns EES conseguem sobreviver com muitas dificuldades. As razões das dificuldades advêm, sobretudo, de erros de gestão e de concorrência, tanto do mercado formal, no qual uma boa parte actua, quanto do informal.

Organização	Município	Forma de Organização	Nº Participantes	Nº Trabalhadores	Incidência da Pobreza (INE-CV, 2010)
ADIRV	S. Domingos – Rui Vaz	Associação	171	11	0.551
CODEFA	S. Domingos – Fonte Almeida	Associação	89		0.690
ADSF	Praia – S. Francisco	Associação	85	9	0.61
FAMI-PICOS	S. Salvador do Mundo – S. Tiago	Associação	2100	8	0.530
PALADAR	S. Filipe - Fogo	Cooperativa	5	5	0.224
AGROCOOP	S. Catarina - Fogo	Cooperativa	102	15	0.372

Quadro 2: Organizações de Economia Solidária, por Município

Fonte autora 2010

A análise da viabilidade económica em pauta constitui um factor chave na implementação e execução de qualquer projecto no âmbito dos empreendimentos económicos solidários. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que 67% dos empreendimentos apresentam actividades geradoras de excedentes, com grau de variação em termos de auto-sustentação.

O Quadro 8 demonstra que para uma das organizações a actividade económica não é a finalidade do empreendimento, mas sim uma estratégia de desenvolvimento humano. Muitas dessas actividades implementadas dependem de financiamento externo, o caso da ACODEFA (Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Fonte Almeida).

Em todos os EES estudados, nota-se uma certa preocupação no que se refere a sustentabilidade ambiental.

Nesse mesmo passo, verifica-se também o reconhecimento da comunidade da importância dos EES no desenvolvimento local e o seu reflexo no empoderamento da população envolvida no processo.

Outra questão não menos importante nesse campo de análise tem a ver com a política de preço praticada no mercado. A maioria dos EES consegue estabelecer-se no mercado de forma sustentável. Entretanto, essas organizações solidárias apresentam como preocupação, a política de preço dos produtos praticada no mercado. Para as mesmas mercadorias, ofertadas tanto por esses empreendimentos solidários como por outros fornecedores, os preços são diferentes. O preço das mercadorias produzidas pelos empreendimentos solidários é superior ao das produzidas por outros fornecedores. Por esse motivo, as organizações solidárias têm-se confrontado com reclamações por parte de alguns consumidores. Essas organizações solidárias consideram insustentáveis tais reclamações. Com efeito, argumentam que o preço praticado tem razão de ser, justificando que, por um lado, as mercadorias são produzidas em pequena quantidade e apresentam melhor qualidade. Por outro, sendo organizações de cariz social, não visam a maximização de lucro mas sim contribuir de uma forma sustentável para a vida económica nacional, na geração de emprego e no desenvolvimento comunitário.

Organização	Principal Actividade Económicas	Ano	Segmento	Receita	Despesa	Sobra / Excedentes
PALADAR	Fabricação de compotas, doces e salgados	2007 (época baixa)	Pastelaria	404.683\$00		
			Transformação	491.518\$00		
			Total	896.201\$00	686.867\$00	
	Comercialização	2008 (época alta)	Pastelaria	502.596\$00		
			Transformação	468.274\$00		
			Total	970.870\$00	478.770\$00	
AGROCOOP	Fabricação de vinho	2009	Adega			
			Turismo Rural			
			Hotelaria			
	Comercialização		Total	12.519.817\$00	12.087.740\$00	432.077\$00
ADIRV	Fabricação de Queijo	2010 (Janeiro a Junho)	Comercialização de água	1.279.000\$00	788.573\$00	490.427\$00
	Financiamento					
	Comercialização de Queijo		862.495\$00	817.420\$00	45.075\$00	
	Micro-crédito		1.095.066\$00	1.007.300\$00	87.766\$00	
	Micro-crédito		Total	3.236.561\$00	2.613.293\$00	623.268\$00
FAMI-PICOS	Micro-crédito	2009	Micro-crédito	9.168.949\$00	8.608.009\$00	510.939\$00
			Total	9.168.949\$00	8.608.009\$00	510.939\$00
ADSF	Fabricação de redes	2009	Unidade de Gabião			
			Financiamento	700.771\$00		
			Micro-crédito	790.000\$00		
	Arrendamento					
	Total		3.879.164\$00	3.260.764\$00	618.400\$00	
ACODEFA		2009	Financiamento			
			Arrendamento	60.000\$00		
			Outras			
			Total			

Quadro 3: Registo Financeiro dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde

Fonte autora 2010

Dos EES pesquisados, 67% dedicam-se à transformação de matérias-primas (frutas, leite, entre outras), como actividade económica principal. Essa prática demonstra que existe uma certa tendência para o domínio industrial no campo da economia solidária.

O Quadro 3 reflecte o tal cenário. Pode-se constatar uma sobra/excedente expressiva que poderá ser reutilizada em novos projectos de geração de emprego e rendimento. Tudo isso confirma o peso dos EES, tanto na economia local como na nacional contribuindo, desta forma, na criação de postos de trabalho destinados à franja da população excluída do mercado formal de emprego.

Essa experiência merece um reconhecimento geral, principalmente, da parte do Estado. Por isso, criar condições de implementação das políticas públicas em prol do desenvolvimento da economia solidária em Cabo Verde constitui uma medida imprescindível.

Prova disso, 30.731.152\$00 (trinta milhões, setecentos e trinta e um mil e cento e cinquenta e dois ECV) é o total das receitas arrecadadas por essas seis organizações, um valor que pode ser considerado importante e que a análise das actividades desenvolvidas demonstra poder crescer de forma significativa. Tanto assim é, que o valor referido corresponde a 1.5% do PIB.

No entanto, esse valor que se considera expressivo não consta da contabilidade nacional. Facto esse que implica uma reflexão bem profunda na medida que, de alguma forma, pesa no desenvolvimento nacional.

A despesa das organizações em análise atinge 27.735.443\$00 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e três ECV). Nessa rubrica, incluem-se o salário de 48 trabalhadores e chefes de família.

Consta-se, a partida da análise do quadro, um excedente no valor de 2.886.118\$00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e cento e dezoito ECV) que vai ser reinvestido no alargamento dos empreendimentos, na criação de mais postos de trabalho e na reabilitação de infra-estruturas comunitárias.

De acordo com os entrevistados, hoje em dia, as referidas famílias já contam com um salário fixo, os filhos escolarizados e uma comunidade mais organizada e com melhores condições infra-estruturais. De igual modo, muitas famílias passaram a ter habitações condignas, graças às actividades geradoras de rendimento dos EES.

Nesse mesmo quadro lê-se que 67% dos EES apresentam mais de dois segmentos como actividade económica rentável.

No entanto, de ponto vista analítico, convém assinalar que os segmentos (áreas de actividades económicas) funcionam de forma isolada, sem um controlo correcto em termos de

sustentabilidade. Não existe, por vezes, uma conformidade entre as despesas e os custos. Prova disso, poucos EES apresentam os registos feitos separadamente. As insuficiências apontadas advêm da falta de técnicos nessa área, ou seja, da inexistência de técnicos especializados com domínio na dita matéria ou de assistência técnica externa de forma permanente. Com efeito, essas falhas repercutem no sucesso dos EES, na medida em que são geridos de forma tradicional. Em alguns casos, as receitas de um segmento cobrem as despesas de outro, não permitindo uma análise adequada da eficiência de cada um dos segmentos. Embora a dimensão desses empreendimentos não exija, de imediato, a introdução da contabilidade analítica, a criação de centros de custos por cada actividade económica revela-se fundamental para o sucesso desses empreendimentos.

Ainda, no mesmo quadro, nota-se que todos os EES apresentam uma receita satisfatória que, bem gerida, poderia projectar-se no futuro.

Diante disso, o sector industrial torna-se uma fonte importantíssima para o desenvolvimento económico de Cabo Verde, ao lado de EES que apresentam uma tendência para a exploração de actividades industriais, importantes na geração de empregos, rendimentos e empoderamento das famílias.

Nessa lógica, o próprio mercado nacional reconhece essa nova modalidade sócio-económica como uma mais-valia.

Recorda-se que a produção colectiva no domínio dos empreendimentos económicos solidários reforçou o grau de solidariedade entre os membros, um aspecto de capital importância no campo social.

4.2.8. O micro-crédito como alternativa para o desenvolvimento

“ O crédito é entendido como um direito, algo a que todas as pessoas devem ter acesso, mesmo que seja para pagar um tratamento de saúde. Trata-se de superar o quadro de exclusão dos pobres do mercado financeiro, sem a pretensão de exaustivamente “ensinar” as pessoas a gastar seu dinheiro produtivamente para atingir o progresso”.

Valente (2002,9).

O crescimento económico, a distribuição de rendimento e as políticas públicas ou programas sociais são formas típicas de estratégias de desenvolvimento. Estratégias que podem contribuir de forma decisiva para a redução da pobreza, sobretudo quando esta pode ser considerada como uma das marcas da globalização que, por sua vez, levou ao aumento das desigualdades sociais.

O crescimento económico, por si só, torna-se insuficiente para colmatar as necessidades de emprego, rendimentos e, por conseguinte, para a efectiva da pobreza e das desigualdades sociais. Assim sendo, a estratégia atrás referida deve ser associada a outros modelos de desenvolvimento e no combate às desigualdades socioeconómicas.

O micro-crédito constitui um dos modelos sustentáveis na luta contra a pobreza visto que o micro-crédito está associado à possibilidade de fornecer créditos à população mais desfavorecida, isto é, a franja que não possui requisitos exigidos pelas instituições credoras tradicionais. Mais precisamente, quer se referir à camada da população que não possui bens que possam ser utilizados como garantia de dinheiro dado a título de empréstimo.

Nessa linha de ideias, Muhammad Yunus (1970) colocou como experiência um modelo de concessão de crédito de pequenos montantes que, mais tarde, foi reconhecido internacionalmente como micro-crédito para os mais pobres sem exigência de garantias reais. Posteriormente, Constanzi (2002) veio confirmar que o micro-crédito é um “*mecanismo sustentável de combate à pobreza e exclusão social*”, ou seja, o micro-crédito aumenta a disponibilidade de activos produtivos à disposição dos pobres e, ao mesmo tempo, constitui um investimento no capital humano.

Das ideias expostas por esses dois especialistas na matéria em causa, ficou confirmada a visão de Amartya Sen (2000) de que o combate à pobreza passa pela dotação dos pobres de “*capacidades*”.

Em Cabo Verde, a modalidade de micro-crédito constitui um grande desafio. O governo assume-a como uma vertente importante no combate à pobreza. Neste quadro o micro-crédito é tido como uma estratégia fundamental no desenvolvimento socioeconómico visto que possibilita uma maior cobertura geográfica em termos de acesso aos serviços financeiros, atingindo principalmente os mais carenciados. Ele permite às entidades financeiras acompanhar *in loco* a aplicação dos investimentos recebidos pelos beneficiários.

A prática de micro-crédito em Cabo Verde é recente. Essa nova modalidade económica surgiu nos anos 90, através da política de micro-finanças. O micro-crédito desempenha um papel

preponderante na luta contra a pobreza e na garantia de bem-estar social e económico dos mais pobres. Nesse contexto, é regulamentado como sector do micro-finanças pela Lei nº 15/VII/2007. Começou como um sub-componente de programas de alívio à pobreza e vem ganhando contornos institucionais de grande relevo.

Nesse passo, as ONG nacionais e internacionais, na qualidade de maiores operadores de micro-crédito, têm cumprido um papel cada vez mais crescente no apoio à auto-promoção e no desenvolvimento sócio-económico, tendo como objectivo fundamental inserir e melhorar a posição social dos mais desfavorecidos.

É de salientar que o sector de micro-crédito tem como grupo alvo: as mulheres chefes de famílias, os ex-trabalhadores da FAIMO, os jovens desempregados e os micro-empresários. Recorda-se ainda que cerca de 6% da população cabo-verdiana já foi beneficiada com os serviços de micro-finanças (crédito, poupança, saúde, entre outros) (MORABI, 2010).

O impacto sócio-económico do micro-finanças na sociedade cabo-verdiana é notório, dado ao seu efeito positivo no campo de auto-emprego (Quadro 4).

IMF's	MORABI	OMCV	FAMI-PICOS	ASDIS	ADIRV	SOLDI - FOGO	TOTAL
Nº de Cliente	11.436	7.533	1.933	2.947	560	1.212	25.621
Montantes (contos)	661.178	410.199	199.580	243.418	30.931	67.145	1.612.451

Quadro 4: Resultados Alcançados em Cabo Verde de 2000 a 2008 no Sector de Micro-Finanças

Fonte MORABI 2010

Portanto, o micro-crédito é o motor de desenvolvimento para os pequenos empresários, na medida em que, gera emprego, que por sua vez, proporciona rendimentos.

Capítulo V - Organizações Promotoras da Economia Solidária em Cabo Verde

5.1. Plataforma das ONG de Cabo Verde

“ (...) Parece ousado empreender uma caracterização geral das organizações não-governamentais. A sua diversidade na natureza, nos objectivos, nos campos de actuação e metodologias significa que, se elas forem tratadas como um grupo homogéneo corre-se o risco de serem feitas umas quantas afirmações triviais e superficiais” Nogueira, R. M. (1987).

Em Cabo Verde o sector informal assume um papel muito importante, na criação de emprego, tanto nos meios rurais como nos centros urbanos.

O sector informal compõe-se de pequenas empresas privadas, de carácter familiar, essencialmente de serviços, com trabalhadores com pouca qualificação, que são remunerados como independentes. A tarefa do referido sector surge na linha de soluções para colmatar a necessidade de rendimentos e, ao mesmo tempo, solucionar o problema de desemprego. A criação e (re)organização de associações³⁶ e cooperativas³⁷ comunitárias apareceram como estratégias das populações para aproveitar as oportunidades de financiamento de acções da luta contra a pobreza, através das organizações governamentais e não governamentais. Na verdade essas organizações desenvolveram acções de interesse comunitário, canalizando as ajudas para as actividades ligadas às infra-estruturas básicas, à agricultura e pecuária.

Nesse sentido, as organizações não governamentais (ONG) vêm assumindo projectos de desenvolvimento local em conformidade com a lei (Lei nº 28/III/87, de 31 de Dezembro) e, com a sua abordagem micro e focalizada nas pessoas mais vulneráveis e a nível das comunidades locais, acabaram por ser muito mais eficazes na sua intervenção através da promoção e da

³⁶ *Uma entidade de direito privado dotada de personalidade jurídica que se caracteriza pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objectivos e ideias comuns, sem interesse de lucro*, in Chiavenato Idalberto, Empreendedorismo Dando Asas ao espírito Empreendedor, 2ª edição, S. Paulo, 2007.

³⁷ *Uma associação de pessoas que se agruparam voluntariamente a fim de alcançar um alvo comum, através da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos frutos dessa empresa, no funcionamento da qual os sócios ou membros participam activamente*, Recomendação nº 127 do BIT relativa ao papel das cooperativas no desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento (1966).

criação do auto-emprego, na dinamização de actividades geradoras de rendimentos, em simultâneo com a realização de acções de formação profissional, capacitando os recursos humanos das comunidades locais.

Segundo Williams (1990,31), entende-se por ONG “(...) *organizações privadas e sem fins lucrativos que colaboram com os países em desenvolvimento no sentido de aliviar, lutar pelos interesses dos pobres, proteger o meio ambiente, prestar serviços básicos e buscar o desenvolvimento comunitário* (...)”.

A sociedade civil cabo-verdiana viveu, desde os anos 90, um grande dinamismo com a participação das populações na promoção e construção de uma vida melhor. A vida associativa evoluiu muito. Desde então, o país conta com mais de duas centenas de ONG e cerca de 600 outras categorias de Organizações Comunitárias de Base (OSC). Na linha de frente, constam as ONG de desenvolvimento e as associações comunitárias, em todos os concelhos e ilhas, que vêm participando de forma significativa no desenvolvimento de Cabo Verde, implementando acções de promoção das populações pobres e muito pobres.

Nos últimos anos houve um aumento do número de ONG de desenvolvimento actuando em vários domínios e sectores de actividade. Contudo, convém referir que essas ONG depararam com inúmeras dificuldades na implementação das suas acções que, na maior parte das vezes, ultrapassam o universo do concelho ou ilha. Para minimizar tal situação, criou-se a Plataforma das ONG, no intuito de promover um espaço de diálogo e empoderamento das ONG e OSC na construção de um país mais justo e mais solidário.

A Plataforma das ONG constituída a 16 de Julho de 1996 (Lei nº 78/III/87), é uma organização não governamental, independente e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, dinamizadora das associações comunitárias e das organizações não governamentais de desenvolvimento, numa perspectiva de auto-promoção e de reforço mútuo. Tem como missão contribuir para o reforço e melhoria do nível de intervenção das ONG, (seus membros), através de acções concretas e da promoção da sua participação no desenvolvimento sócio-económico do país, (Quadro 5).

Domínio da actuação	Actividades
Representação e promoção de parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão de informações sobre as ONG cabo-verdianas junto de parceiros; • Realização de estudos e pesquisas sobre a situação social e as actividades das ONG; • Procura de parcerias e de financiamentos para as ONG; • Divulgação de programas e projectos das associações.
Informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Edição da folha informativa mensal “Dinâmica” e do boletim informativo trimestral “Caminhar”; • Edição e actualização do Guia das ONG cabo-verdianas; • Montagem de exposições
Formação e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de formação sob forma de ateliers e/ou seminários; • Assistência técnica na montagem de projectos; • Visitas de estudo, intercâmbios e divulgação de experiências; • Encontros de reflexão (encontros temáticos);
Reforço institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da sede social; • Materiais e equipamentos de apoio logístico às ONG e outras associações; • Gabinete de Apoio às ONG, centro de documentação, equipamentos e meios informáticos e transportes para o apoio e a assistência técnica e logística às ONG e associações.

Quadro 5: Actividades desenvolvidas

Fonte: site da Plataforma das ONG de Cabo Verde

A Plataforma surgiu no contexto de um dinâmico processo de organização e participação da sociedade civil, com referências marcantes, a Independência do país em 1975, a publicação da lei das associações em 1987 e a abertura política em 1991.

Muito cedo, as ONG ganharam a consciência de que uma maior confiança junto dos seus parceiros e a consequente criação de condições que favoreçam o diálogo, a concertação e a participação, em estrito respeito pelos seus ideais e princípios, passariam obrigatoriamente pela sua capacidade de organização e de definição de estratégias claras e objectivas.

Foi neste contexto de tomada de consciência e de afirmação progressivas que, nos dias 15 e 16 de Julho de 1996 teve lugar a Assembleia Constituinte da Plataforma das ONG de Cabo Verde.

A Plataforma foi reconhecida como pessoa jurídica de interesse público, por despacho do Ministro da Justiça de 17/02/98, publicado no B.O. nº 8/98, de três de Março. Retomando os seus principais objectivos, deve-se salientar os seguintes:

- Representar as ONG filiadas e defender os seus interesses;
- Contribuir para o reforço da concertação e da cooperação entre as ONG e os seus parceiros, tais como o Governo, as ONG do Norte e as organizações comunitárias;
- Promover o conhecimento mútuo, a troca de experiência, a concertação e a colaboração entre as ONG e as demais organizações da sociedade civil;
- Melhorar progressivamente a sua capacidade institucional, de forma a responder às necessidades das ONG e das demais organizações da sociedade civil.

Apresenta uma estrutura organizativa composta por quatro órgãos:

Assembleia-geral – órgão deliberativo, que define e aprova as grandes linhas de actuação da Plataforma. A citada Assembleia reúne-se, ordinariamente, uma vez em cada três anos e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Conselho de Direcção – órgão executivo, composto por cinco membros, responsável pela gestão corrente da Plataforma e pela materialização das deliberações saídas das Assembleias-gerais e dos Conselhos Gerais.

Conselho Fiscal – órgão fiscalizador das actividades, constituído por três membros.

Os órgãos são eleitos na base de listas plurinominais, por sufrágio universal, directo e secreto.

Secretariado Executivo – dirigido por um Secretário Executivo, cuja função é gerir o pessoal do Secretariado e garantir o funcionamento quotidiano da Plataforma. É uma estrutura que integra os profissionais da Plataforma e que serve de suporte ao Conselho de Direcção na concretização das deliberações das Assembleias-gerais e dos Conselhos Gerais.

De acordo com os estatutos «Podem ser membros da Plataforma todas as associações nacionais, internacionais e estrangeiras legalmente reconhecidas e que exercem regularmente as suas actividades em Cabo Verde». A filiação na Plataforma é livre, sendo os pedidos analisados e aceites pelo Conselho Directivo para posterior ratificação da Assembleia-geral. Uma vez admitidos, os membros pagam uma jóia de admissão (uma única vez) no valor equivalente a 10 USD e uma quota anual equivalente a 2,5 USD.

Os membros das ONG e Associações Comunitárias de Base são de carácter privado, constituídas por pessoas que, de forma voluntária e sem interesse pessoal, se engajam no processo de desenvolvimento da sua aldeia, do seu concelho, da sua ilha ou do seu país.

Categoria/Âmbito	Instituição
I. Entidades públicas e privadas cabo-verdianas, de âmbito central e local	<ul style="list-style-type: none"> • Ministérios ligados às áreas de actuação das ONG; • Câmaras Municipais; • Outras instituições públicas e privadas.
II. Cooperação multilateral	<ul style="list-style-type: none"> • União Europeia; • Agências do sistema das Nações Unidas, com destaque para o PNUD.
III. Cooperação bilateral	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal - Ministério da Solidariedade Social e Trabalho.
IV. ONG internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • ACEP - Associação para a Cooperação entre os povos; • IMVF- Instituto Marquês de Valle Flor; • Solidarité Socialiste-FCD; • ACDHRS-African Center for Democracy and Human Rights Studies; • AFVP-Associação Francesa dos Voluntários do Progresso; • CIDAC-Centro Internacional de Desenvolvimento Amílcar Cabral.

Quadro 6: Principais parceiros internacionais

Fonte: site da Plataforma das ONG'S de Cabo Verde

Ao longo dos anos, a Plataforma das ONG tem desenvolvido várias acções, sob o slogan, “Reforço e melhoria do nível de intervenção das ONG e OCB”. Efectivamente, essa organização tem concentrado as suas acções em torno da informação/comunicação, intercâmbio/reforço mútuo, formação/capacitação, promoção de parcerias e apoio logístico, técnico, material e financeiro às ONG e OCB.

Os projectos têm sido desenvolvidos em parceria com as ONG e OCB. Nesse sentido, em colaboração com a Solidarité Socialiste, vem implementando o projecto FADOC - Fundo de Apoio às Organizações Comunitárias de Base, numa perspectiva de médio / longo prazo e que desde 1999 vem contribuindo para o reforço institucional da Plataforma e da capacidade de acção das ONG e OCB.

Em parceria com a ACEP e o Instituto Marquês de Vale Flor (ambos de Portugal) e a IEPALA (Espanha) e com o financiamento da União Europeia, está em curso o projecto do

Reforço da Plataforma das ONG e da Acção Não Governamental na Luta Contra a Pobreza e para o Desenvolvimento Comunitário, com a duração de 5 anos, do qual se destacam as seguintes acções:

- Construção e equipamento da sede da Plataforma;
- Reforço da capacidade humana da Plataforma;
- Acções de formação (seminários) de âmbito nacional e regional;
- Visitas de estudo e/ou intercâmbios;
- Apoio técnico e logístico às ONG e Associações, em geral;
- Financiamento de projectos e/ou iniciativas das ONG, através do “Fundo Flexível”, uma iniciativa idêntica ao Fundo FADOC, mas, dirigida essencialmente às ONG;

Através da AFVP - Associação Francesa dos Voluntários do Progresso, elaborou-se o primeiro Guia das ONG cabo-verdianas e dinamizou-se a edição do folheto mensal “Dinâmica”.

Na mesma perspectiva com a ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos, a Plataforma produziu um filme sobre a dinâmica das ONG cabo-verdianas que retrata o percurso, os caminhos ainda a serem trilhados, as forças e fraquezas, mas também a vontade de vencer e a necessidade de novas parcerias para que a sociedade civil cabo-verdiana possa participar de forma ainda mais activa no desenvolvimento de Cabo Verde.

Nos últimos 4 anos a Plataforma realizou 16 acções de formação, envolvendo cerca de uma centena de ONG e outras associações, cobrindo, aproximadamente, 400 participantes. Nesse mesmo período, a Plataforma realizou um total de 8 visitas de estudo e intercâmbios inter-ilhas, envolvendo cerca de quatro dezenas de associações e cerca de oito dezenas de dirigentes associativos. A nível internacional foi financiada uma visita de estudo ao Senegal, com o objectivo de socializar as experiências no domínio do combate ao HIV/SIDA, na qual participaram uma dezena de dirigentes associativos. (Quadro 7).

Domínio das actividades	% de intervenção
Formação	41%
Informação e comunicação	37%
Juventude e educação	36%
Acções de solidariedade	25%
Desenvolvimento comunitário	18%
Protecção do meio ambiente	17%
Apoio às micro-empresas/micro-crédito	17%
Actividades culturais e desportivas	16%
Abastecimento de água	15%
Direitos humanos	10%

Promoção feminina	10%
Habitação social	10%

Quadro 7: Actividades

Fonte: site da Plataforma das ONG'S de Cabo Verde

No que tange ao dinamismo da organização, a participação da sociedade civil cabo-verdiana constitui uma prova evidente. Num total de 11 ONG recenseadas em 1990, registam-se hoje mais de uma centena de ONGD (Organizações não Governamentais de Desenvolvimento), com intervenções a nível nacional. Existem cerca de 600 associações comunitárias locais.

A organização tem preocupado muito com o público-alvo. De acordo com o quadro síntese o grupo da juventude foi o beneficiado (Quadro 8).

Público-alvo	% de ONGD
Juventude	44%
Mulher	36%
Criança	34%
Deficientes	15%
Idosos	6%

Quadro 8: Público-alvo

Fonte: site da Plataforma das ONG'S de Cabo Verde

Conforme a Plataforma das ONG de Cabo Verde, “apesar dos avanços recentes, as associações cabo-verdianas têm ainda um longo e difícil caminho a trilhar: A redução da dependência, tanto da Plataforma como das associações, dos recursos externos para cobrir as despesas de funcionamento, a capacitação institucional, com realce para a capacitação dos recursos humanos das associações, igualmente a capacitação técnica dos mesmos. Essas preocupações são os principais desafios da Plataforma e das associações cabo-verdianas para os próximos anos”, (Site da Plataforma das ONG'S de Cabo Verde).

Mais ainda, um dos projectos prioritários da Plataforma é o da fluidificação da comunicação e intensificação das relações entre a Plataforma e as associações, inter-associações, intra-associações, através da dinamização da constituição de redes de associações e as comunidades onde intervêm. É um projecto que contempla uma forte componente informática, tanto na sua vertente hardware como na de software.

5.2. Associação para a solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz (AZM)

A Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz é uma organização não governamental criada em Março de 1995 com sede na cidade da Praia. É integrada por cerca de cem membros e dedica-se à promoção dos direitos humanos, da democracia e da cidadania. Tem primado na promoção da cultura cabo-verdiana. Por essa razão, anualmente realiza a feira de artesanato que tem por objectivo homenagear a independência nacional, a cultura cabo-verdiana e os artesãos de Cabo Verde. Assim, a feira coincide com a data do aniversário da independência, normalmente, na primeira semana do mês de Julho, abrangendo várias vertentes da nossa cultura, nomeadamente artesanato tradicional e moderno, a literatura, a música e a gastronomia.

A ênfase maior concentra-se no artesanato, com intuito de divulgar e promover a venda dos produtos provenientes dos empreendimentos económicos solidários. Essa acção permite ainda contactos entre os artesãos e potenciais compradores (individual e instituições). Nesse âmbito, desenvolveram-se 14 eventos.

A primeira feira contou com 11 artesãos. Hoje, são cerca de 70, de quase todos os concelhos do país.

De uma forma geral, a feira tem demonstrado uma evolução significativa na qualidade dos produtos expostos e na receita arrecadada.

Por falta de políticas de comercialização dos produtos e valorização por parte das instituições públicas, ou seja, falta de incentivos de toda a ordem, os artesãos só produzem na época da realização da referida feira. Para evitar a tal situação a AZM tem incentivado os artesãos mediante a realização de acções de formação que decorrem paralelamente à feira, como forma de capacitação na produção e comercialização dos produtos. Nesse mesmo passo, todos os anos é atribuído um prémio “o artesão do ano”.



Ilustração 19: Feira AZM – Exposição de Artesanatos

Fonte: CEESA



Ilustração 20: Feira AZM

Fonte: CEESA

Baseado na criação e qualidade do produto, neste momento, pode-se falar na existência de uma rede de artesões cabo-verdianos.

A AZM não está em condições financeiras para suportar todos os custos que a realiza da feira acarreta e, por isso, este ano foi realizada a última feira. E, descontente com a tal situação, lamenta e critica a inexistência de políticas de institucionalização e parceria que permitam continuar com a promoção em prol dos empreendedores da modalidade da economia solidária em Cabo Verde.

A maioria dos artesões tem como origem as associações e cooperativas, grupos comunitários bem organizados e com vontade de primar no campo da produção solidária. Entretanto, é preciso salvaguardar as competências dessas organizações e destacá-las como possível domínio da economia solidária a desenvolver em Cabo Verde.

5.3. Centro de Investigação e Tecnologia Intermediária para Habitação CITI-Habitat

CITI-Habitat está na linha de uma das primeiras ONG nacionais juridicamente criadas em Cabo Verde (Novembro de 1988). Começou com 13 técnicos formados em vários domínios, tendo como traço de união a experiência de terreno nos trabalhos de desenvolvimento na base. Foi reconhecido pelo Ministério de Justiça em 1994 como “Instituição de Utilidade Pública”.

A animação conscientizante e participativa constitui a espinha dorsal das intervenções do CITI-Habitat no desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento comunitário integrado e participativo se impõe como ponto de partida para a solução de problemas das comunidades numa estratégia coerente de luta contra a pobreza e a exclusão social.

A trilogia, educação/ organização/ participação, constitui a linha orientadora das metodologias de intervenção promotoras do desenvolvimento humano harmonioso, durável e auto-sustentado, com atenção especial para as questões de género e juventude.

Inspirado nessa filosofia social e política, os objectivos específicos do CITI-Habitat são bem patentes: contribuir para o desenvolvimento socioeconómico dos grupos mais desfavorecidos; apoiar e promover o desenvolvimento comunitário participativo e criar condições locais para o exercício de uma cidadania activa, como forma de reforçar a democracia responsável.

Nesse sentido, os grupos alvos são os grupos sociais mais desfavorecidos dos meios rurais e peri-urbanos, principalmente, jovens, mulheres e crianças. As actividades da referida organização são financiadas por parceiros internacionais e nacionais, através de programas e projectos.

O CITI-Habitat possui sede própria, viaturas e equipamentos diversos indispensáveis para a gestão e o acompanhamento das suas actividades. É, ainda, proprietária duma Rádio Comunitária ao serviço das associações parceiras (Rede Animar).

A organização adoptou uma filosofia de promover a capacidade organizacional local aplicando na prática, o SARAR³⁸, que é uma metodologia de educação para adultos que visa o

38

S - (self esteem) Auto-estima – a recuperação do auto estima, reconhecimento das capacidades criativas e analíticas de indivíduos e grupos na comunidade, independentemente do seu grau de escolaridade;

A - (associative strength) Força Associativa – reconhecimento de que as pessoas têm mais poder através de acções colectivas;

R - (ressourcefulness) Habilidade - valorizando cada indivíduo comum um recurso para a comunidade;

restabelecimento da auto estima, otimizar a habilidade das pessoas, priorizar, planear, auto organizar-se, ter iniciativas e desenvolver o espírito de responsabilidade. Esta metodologia é uma forma de autonomizar as comunidades a pesquisar e identificar seus próprios problemas e soluções. Na mesma linha, a luta contra a pobreza e a exclusão social constituem o quadro de referência da actuação do CITI-Habitat. Nesse caminho, tem adoptado como base a metodologica de intervenção participativa, privilegiando a “pesquisa/acção” e a “animação para o desenvolvimento”.

Esta ONG vem trabalhando, de forma sistemática, com 30 associações de base comunitária, em várias localidades (rurais e peri-urbanas), organizadas em rede o que a permitiu acumular muita experiência em diversas áreas, devidamente reconhecida tanto a nível interno como externo.

As áreas em causa têm a ver com a formação e capacitação dos agentes, líderes e grupos comunitários, passando pelas artes e ofícios (carpinteiros, serralheiros, pedreiros, pintores, agricultores e criadores de gado, artes femininas, corte e costura, bordados, cabeleireiras, cozinha, restauração e bar, agentes de micro-crédito, monitoras de jardim infantil, agentes e técnicos de cultura e desporto, técnicos profissionais (contabilidade e gestão, turismo, secretariado, gestão de sistemas informáticos, electricidade, construção civil, etc.) em parceria com a Escola Técnica “Cesaltina Ramos”, o Centro de Formação da Variante e Animadores de Antena da Rádio Comunitária.



Ilustração 21: Formação Profissional, CITI-Habitat
Fonte: CITI-Habitat

Ao longo dos 20 anos de vida construiu 114 infra-estruturas comunitárias: centros sócio-comunitários multiusos, jardins-de-infância, postos de saúde, lavandarias, chafarizes, cisternas familiares e comunitárias, aviários, padarias, lar para terceira idade, moradias sociais etc. Tem ainda grande experiência na reabilitação de casas populares contribuindo para o melhoramento

A – (action planning) Planeamento de Acções – o planeamento é essencial, o desenvolvimento não acontece espontaneamente;

R - (responsability) Responsabilidade – Os líderes e grupos devem agir de forma planeada e concertada e como tal validar os resultados e assumir plenamente os seus compromissos e responsabilidades para assegurar o a continuidade do processo na comunidade.

da habitabilidade e qualidade de vida das populações. Nesse mesmo quadro, tem criado centenas de empregos por ano.

Em matéria de micro-crédito, o Citi-Habitat tem um departamento que gere um programa denominado PAGRE (Programa de Apoio a Actividades Geradoras de Rendimento e Emprego), financiado até Abril de 2003 pela ONG Belga Solidarité Socialiste.

O programa funciona (autonomamente) há mais de seis anos, promovendo a criação de actividades geradoras de rendimento e emprego, através da concessão de créditos e da formação dos beneficiários na área de gestão, contabilidade e fiscalidade.

Nesse quadro, já foram financiadas mais de 600 iniciativas cuja média do financiamento por actividade atinge um valor de 200.000\$00 (duzentos mil ECV), de um montante total de mais de 300.000.000\$00 (trezentos milhões de escudos ECV).

Continuando na mesma linha, essa ONG tem financiado programas e projectos de desenvolvimento comunitário. Nesse processo vem apoiando com pequenos créditos aos moradores, nomeadamente as mulheres chefes de família e os jovens. O montante destinado ao citado apoio não ultrapassa os 50.000\$00 (cinquenta mil ECV). Refere-se, ainda, que essa verba é direccionada à criação de pequenos negócios, com vista a contribuir para o melhoramento das condições de vida comunitária.

No domínio da educação para o ambiente, institucionalizou campanhas de limpeza nas comunidades, protecção do ambiente e reflorestação.

A agricultura e pecuária modernizaram-se através da introdução de novas tecnologias, tais como: rega localizada (gota a gota) e agricultura hidropónica. A pecuária recebeu apoio na exploração cunícula (coelhos).

Nos domínios de informação e educação para a cidadania, o CITI-Habitat criou uma rádio comunitária. Essa rádio, para além de programas de informação e educação, realiza actividades de mobilização para a participação de jovens e população em geral, programas de informação dos trabalhos que as associações comunitárias parceiras realizam nas suas comunidades, colaboram com instituições públicas e privadas na divulgação de programas de cariz social que têm a ver com a protecção ambiental, luta contra a SIDA, a droga, o alcoolismo, programas de cariz religioso e educativo, entre outros.

O CITI-Habitat, além de membro fundador, faz parte do Conselho de Direcção da Plataforma das ONG de Cabo Verde. As suas experiências mais recentes prendem-se com a sua participação, através do seu Presidente de Conselho de Direcção, em dois grupos internacionais de pesquisa. Grupos formados por académicos de Universidades europeias nas áreas de “Luta Contra a Exclusão Social” e “Pontos de Contacto entre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Popular”. Esta participação deu origem a duas publicações, Panorama e Polygone, respectivamente. Mais ainda, a mesma ONG, toma parte como elemento de um grupo de organizações dos países do atlântico para a economia solidária que instalou o Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico sediado na Plataforma das ONG.

A promoção de actividades geradoras de rendimento, nomeadamente o emprego, o micro-empendedorismo local e o micro crédito são algumas das actividades de destaque nessa ONG.



Ilustração 22: : Micro - empreendedorismo, CITI-Habitat

Fonte: CITI-Habitat

A grande parte do trabalho do CITI-Habitat tem como base a construção de ligações eficazes entre o sector público, as entidades internacionais e as organizações comunitárias.

5.4. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (CEESA-CV)

O Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico é uma ONG presidida pela Plataforma das ONG de Cabo Verde e é apoiado pelo MTFPSS (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social). Foi constituído em Setembro (2006).

Iniciou o funcionamento em Maio (2007), no sentido de implementar as acções do CEESA-Cabo Verde, orientadas pelo seu Secretariado Permanente. O objectivo é melhorar a capacidade de intervenção dos agentes da economia solidária e promover actividades económicas que beneficiam as comunidades menos favorecidas. Os seus parceiros são a Plataforma das ONG, o Atelier Mar e o CITI-Habitat.

No âmbito do projecto CEESA - Cabo Verde esteve presente na IV Feira Transregional da Economia Solidária, realizada em Ponta Delgada, Açores, em Setembro de 2010, participando com peças de artesanato produzidas pelas associações de artesãos de Santiago, S. Vicente, Santo Antão e Fogo e confecções, gastronomia tradicional e música, entre outras formas de expressão.

A primeira actividade concreta do CEESA foi realizada entre 22 e 25 de Maio de 2007. Uma acção de formação que teve como foco a gestão de projectos de intervenção social com uma carga horária de 42 horas.

Do programa constaram-se: “Os desafios e as características do terceiro sector na Região da Macaronésia e em Cabo Verde”, “Economia Solidária”, “Metodologia de trabalho nos Projectos”, “Parcerias”, “Diagnóstico”, “Plano de Acção”, “Avaliação”, “BSC – Balanced Score Card” e algumas “Técnicas de trabalho: Análise SWOT, Análise institucional, Árvore dos problemas, MQL – Matriz do Quadro Lógico”, cujo objectivo geral foi: introduzir os 15 formandos (as) nos principais conceitos da metodologia de projectos, através da simulação prática.

Os principais objectivos específicos foram: apresentar aos formandos as etapas da construção de projectos e alguns conceitos decorrentes (ex: participação, parceria, recursos locais, etc.); fomentar a compreensão da utilidade de uma metodologia no desenvolvimento e análise de



Ilustração 23: Actividades, 1ª Formação
Fonte: CEES -CV



Ilustração 24: Participação da CEESA-CV na Feira de Artesão AZM, Cidade da Praia
Fonte: CEES -CV

projectos, capacitar para detectar problemas e desenvolver Planos de acção, com a participação das ilhas de S. Vicente, Santo Antão, Fogo e Santiago.

O CEESA-CV participou na XI feira - AZM, representado pela secretária executiva. Na feira foram expostos os produtos de 110 artesãos. Artesãos oriundos de todas as ilhas do país e da diáspora (Portugal e USA).

Em parceria com AZM, o Centro tem tomado parte activamente na organização das XII, XIII e XIV feiras, em função da importância do evento na afirmação da economia solidária no país. Mais ainda, pelo facto das feiras serem a única actividade expressiva de encontro dos empreendedores solidários.

De igual modo, participou na IV feira da Macaronésia (2007), com o lema “Arquipélago Empreendedor”. O principal objectivo da feira foi construir um espaço de divulgação dos projectos de economia solidária, das empresas de inserção social e das iniciativas de desenvolvimento local, dos 4 arquipélagos da Macaronésia. Nessa feira, o CEESA-CV, demonstrou através do seu stand (Fuerteventura trabalhos em Quadros, tipo A2, fotos ilustrativas com legendas).

Na preparação do evento o CEESA-CV contou com apoio das associações: ADAD, AZM, BORNEFONDEN, SOLMI, VERDEFAN, ACD e CV-TELECOM.

O CEESA tem desenvolvido várias actividades em parceria com Plataforma das ONG de Cabo Verde, designadamente exposição de artesanato e feira de projectos de dinamização da economia solidária. Na figura de intermediário, este ano submeteu 109 projectos, de outras associações e ONG aos parceiros para o financiamento.

O Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico tem trabalhado na perspectiva de dinamizar o funcionamento das acções de formação e de comunicação em matéria de economia solidária.



Ilustração 25: Participação da CEES -CV, 1ª Feira Internacional

Fonte: CEES -CV



Ilustração 26: Grupo de Cabo Verde, Macaronésia 2007

Fonte: CEES -CV

Outra tarefa importante do CEESA é o reforço da capacidade das associações e dos agentes da economia solidária. Também, deve-se registar o alargamento das parcerias e criação de nove associações de artesãos das diversas áreas no mínimo, um por ilha e a implementação do projecto de Incubação (Quadro 10, anexo).

Como perspectiva futura, o CEESA destaca grandes projectos inovadores: construção de um Centro Multiuso na Praia, para a comercialização de produtos de todos os empreendimentos solidários; realização de eventos para promoção dos mesmos e a capacitação de cinquenta pessoas, acima de vinte anos em cursos de especialização para o desenvolvimento do artesanato.

Como constrangimento, destacam-se a fraca participação e convicção dos empreendedores expositores da feira de artesanato nas modalidades desenvolvidas na economia solidária em Cabo verde.

O problema de fundo está ligado ao facto de que os produtos só são confeccionados na altura da realização dos eventos. Outrossim, os empreendedores sobrevivem durante nove meses com rendimento desse trabalho e não o assumem como actividade económica geradora de rendimentos.

Conclusões

O tema desenvolvido nesta dissertação de mestrado destaca a discussão sobre as modalidades de economia solidária em Cabo Verde.

Os empreendimentos económicos solidários analisados caracterizam-se por formas multivariadas de organização e experiências que incluem desde o segmento de micro-empresas, das cooperativas, de associações, até aos grupos informais de trabalhadores. Ressalta-se o papel das redes desses empreendimentos no desenvolvimento da economia solidária.

As organizações económicas solidárias estão inseridas num contexto de grandes transformações socioeconómicas, defrontando-se com as novas exigências e relações de trabalho.

A pesquisa empírica realizada a partir de uma abordagem qualitativa permitiu que o objectivo traçado na pesquisa, que é compreender os empreendimentos económicos solidários e sua relação com o trabalho, seja confirmado através das hipóteses levantadas.

Com efeito, a colecta de dados indicou que os EES se transformaram em organizações solidárias e com forte impacto económico e social nas comunidades onde estão inseridas.

As cooperativas e associações existentes ao longo da década de 1990, em resposta à crise do trabalho e, conseqüentemente, ao aumento dos níveis de desemprego, bem como a precarização das relações de trabalho e o crescimento da pobreza, vão se tornando cada vez mais importantes para a mitigação da situação. Nesse passo, é cada vez mais visível que a crise do trabalho não se trata apenas de um problema de ajustamento económico, mas sim consequência negativa do sistema capitalista³⁹.

Neste quadro, os EES multiplicam-se e se apresentam como uma alternativa e fonte de rendimento.

Nesse sentido, o reconhecimento da expansão de múltiplos EES por todas as ilhas do país, corresponde a uma resposta da sociedade cabo-verdiana ou maior parte dela, em virtude da insuficiência de oportunidades de emprego, tanto no sector público quanto no privado. Tudo isso, por inexistência de políticas eficazes de geração de emprego e rendimento da população.

Constatou-se que, em sua maioria, os EES pesquisados demonstraram uma certa dificuldade em reconhecer o fenómeno em si, ou seja, desconheciam o termo de economia solidária. De igual modo, as organizações apresentam dificuldades em proceder uma análise

³⁹ Marx (1857,58), posiciona o trabalho social na forma de contradição entre o capital e trabalho assalariado no sistema capitalista.

adequada da viabilidade económica do empreendimento devido essencialmente, a carência em termos de assessoria técnica qualificada, não contando de forma sistemática com o apoio técnico de organizações chapéu como Plataforma das ONG de Cabo Verde ou outras organizações parceiras.

Outro aspecto posto em evidência, nos EES estudados, tem a ver com a relação entre o sucesso dos EES e a presença do espírito empreendedor dos seus membros, sobretudo quando apresentam como pano de fundo das suas acções, o carácter endógeno, em prol do desenvolvimento comunitário.

Na mesma perspectiva, a competência empreendedora no mundo do trabalho mostra que os empreendimentos analisados apresentam inovações interessantes no que diz respeito à divisão de trabalho. Os projectos desenvolvidos nos EES são de grande relevância e, ao mesmo tempo, configuram-se como um campo de estímulos para os membros. *Sérgio Buarque (2002) defende “a proposta de desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população”.*

Constata-se, no entanto, a ausência de uma entidade legal responsável para o desenvolvimento dos referidos empreendimentos, sobretudo no que diz respeito à distribuição conjunta dos produtos solidários, facilitando assim a comercialização e os custos. Aponta-se como falha ou constrangimento a não criação de empreendimentos económicos solidários de oferta de matérias-primas, ou seja, fornecedores solidários, de acordo com as necessidades em rede.

Nesse sentido, é necessário que as organizações reflectam sobre as melhores estratégias de desenvolvimento e expansão das redes solidárias. É de grande importância conhecer as preferências dos consumidores e dos fornecedores em rede. O espírito solidário é evidente. No entanto, é necessário o conhecimento das perspectivas do mercado formal.

Neste contexto, a Presidente da ADIRV completa que *“a economia solidária não é para os pobres, mas sim, uma actividade económica que deve ser encarada como um acréscimo para o mercado formal”*. O que se tem notado em vários EES em Cabo Verde é a existência da prática de solidariedade, uma vasta segmentação de actividades económicas geradoras de trabalho e rendimento. Essa nova forma de organização económica que por si só torna visível o seu impacto no desenvolvimento local, bem como o registo de mudanças das condições de vida na comunidade. Mais ainda, está a ajudar o governo na criação de postos de trabalho, principalmente nas zonas rurais, onde se concentra a maior franja da população excluída.

Em relação ao poder municipal, constatou-se que pouco ou quase nada tem sido feito para promover as iniciativas solidárias.

Os membros e profissionais entrevistados, na sua maioria demonstrou desejo de criação de um espaço de partilha de experiência entre os empreendimentos económicos solidários, assinalando ser importante que os envolvidos nessa nova dinâmica económica cooperem entre si.

Os empreendimentos pesquisados enfrentam inúmeras dificuldades, em consequência, da falta de coordenação e de mão-de-obra qualificada, tanto no domínio técnico como no de gestão.

Através dessa pesquisa, conclui-se que as redes solidárias podem vir a ser importantes canais de distribuição na gestão e no desenvolvimento dos empreendimentos económicos solidários, que *“são actividades colaborativas de negócios realizados por grupos distintos, usualmente pequenos grupos de firmas no intuito de gerar vendas e lucros, por exemplo, exportação em conjunto, P&D, desenvolvimento de produtos e solução de problemas”* (Rosenfeld, 1997).

Outra constatação, tem a ver com as experiências autogestionárias. Os empreendimentos autogeridos enfrentam grandes desafios no acesso ao mercado formal. A competitividade desse mercado formal sobrepõe a racionalidade do mercado autogerido, condicionando de certa forma, o desenvolvimento das práticas económicas alternativas no domínio da economia solidária. As experiências autogestionárias têm evidenciado potencialidades e alta qualidade dos produtos no mercado nacional que, na verdade, nem sempre foram reconhecidas.

A continuação do processo de crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos económicos solidários exige o reconhecimento desses empreendimentos autogeridos, como organizações económicas. Para o efeito, impõe-se a implementação de políticas públicas de promoção e de comercialização dos produtos advenientes da economia solidária, uma vez que é notória a sua procura e uma crescente preferência do seu consumo no mercado.

As políticas públicas de promoção de economia solidária devem ser compreendidas como uma estratégia de organização económica no mundo do trabalho. De acordo com Derani (2002), *“são manifestações das relações de forças sociais reflectidas nas instituições estatais e actuam sobre campos institucionais diversos, em função do interesse públicos, destinando-se a alterar as relações sociais estabelecidas (...) reforça ainda que essas políticas públicas devem ser canalizadas em prol do interesse público”*.

De uma forma geral, as experiências no domínio da economia solidária permitem afirmar que, em certos casos, os empreendimentos económicos solidários provam a viabilidade de uma

outra lógica social de produção e outros interesses da vida quotidiana dos trabalhadores, proporcionando-lhes novos e melhores sentidos na vida.

Em última análise, conclui-se que a economia solidária tem sido uma experiência bastante positiva no domínio social pelos actores nela envolvidos. Daí que, persistindo nessa direcção, tende a atenuar oposições e a eliminar antagonismos entre o capital e o trabalho, entre o económico e o social, entre o interesse próprio e o colectivo.

O estudo mostra que a economia solidária tem sido, em alguns casos, motor de transformação comunitária e que proporciona mudança consciente em relação ao trabalho, dando lugar à emancipação socioeconómica. Outrossim, promove o desenvolvimento da micro-economia, como pressuposto para distribuição de rendimento e da riqueza socialmente produzida.

Com esse entendimento, pode-se afirmar que não existe uma única forma de organização económica, no caso os empreendimentos económicos formais, racionalmente constituídos e assentes na dicotomia capital-trabalho. Por consequência, várias são as formas de produção e distribuição dos produtos, neste caso num mercado autogerido, um campo de eleição nessa dissertação.

A pesquisa evidencia o papel das organizações promotoras da economia solidária em Cabo Verde, focalizando a AZM na aproximação dos empreendimentos, na promoção de vendas e divulgação dos produtos, a Plataforma das ONG de Cabo Verde na busca de implementação de políticas de desenvolvimento alternativo, na socialização das experiências dos empreendimentos, na articulação das redes dos mesmos e nas acções de formação das organizações membros.

O CITI-Habitat tem sido um outro grande impulsionador das organizações solidárias, com ênfase no desenvolvimento socioeconómico dos grupos mais desfavorecidos, no apoio e na promoção do desenvolvimento comunitário, na educação, e ainda é o promotor da Rede Animar.

O CEESA-CV também faz parte das organizações promotoras da economia solidária. No entanto, essa ONG apresenta alguns problemas, nomeadamente em termos informativos, pelo facto da inexistência de um programa específico e com recursos financeiros para a sua implementação.

Em termos da análise de dados coletados no âmbito desta pesquisa, verificou-se que, independentemente das formas jurídicas das diversas experiências dos empreendimentos económicos existentes em Cabo Verde, foram identificadas modalidades desenvolvidas no domínio da economia solidária com mais de dois segmentos de actividades económicas e com

rendimentos significativos. Todavia, convém assinalar que em alguns empreendimentos económicos solidários existe um nível organizacional bem estruturado.

Os dados analisados permitem apontar para as potencialidades dos empreendimentos económicos solidários no desenvolvimento local, na criação de emprego, e sobretudo, no empoderamento das famílias envolvidas.

Tendo em conta as estruturas básicas já existentes em todas as ilhas que, de certa forma, exprimem experiências autogestionárias, na fase em que se encontram, o governo deve criar condições para que os envolvidos nesse processo desenvolvam um espírito de entrega a nova forma de economia, evitando assim, a produção sazonal a que Sahlins (1970) chama de “*economia de aprovisionamento* (...) e produção *para aprovisionamento*”, no sentido de se fornecer uma quantidade de produção para uso, ou seja, uso directo aos grupos de famílias.

O Estado de Cabo Verde deve actuar através de políticas públicas de fomento da economia solidária e ter em conta a importância do CEESA-CV nesse processo. Para tal, deve-se criar um órgão responsável pela promoção e desenvolvimento da economia solidária em Cabo Verde para capacitar técnicos e, ao mesmo tempo, primar na capacitação e formação dos membros das organizações comunitárias.

Nessa óptica, tendo em conta o contexto socioeconómico e a vulnerabilidade de Cabo Verde, as questões de desenvolvimento da economia solidária devem ser equacionadas e analisadas como alternativas de desenvolvimento, tanto a nível social, como económico e cultural. Atendendo à filosofia e os princípios da economia solidária que, por sua vez, constituem uma nova forma de abordagem, segundo Amaro, Roque & Madelino, Francisco (2004), na perspectiva das cinco dimensões: social, económica, política, cultural e ambiental.

Na busca de novos modelos organizativos, mais adequados para a optimização e melhoria das práticas e iniciativas tradicionais que fazem evoluir as estratégias de sobrevivência dos empreendimentos e actividades produtivas sustentáveis, parece fundamental ter como elementos caracterizadores, o desafio da competitividade, da coesão social ou da solidariedade, da sustentabilidade e da diversidade, permitindo, assim, uma integração dos excluídos nos diferentes domínios da vida económica e social do país.

O entendimento em causa, parece uma via possível para se perceber a precariedade do mercado de trabalho e a urgência de reflexões sobre as políticas de emprego, visto que a desigualdade urbana está aumentando com a permanente migração da população rural em busca de alternativas de trabalho e sustentabilidade.

Mais ainda, é de realçar que a economia solidária, enquanto abordagem e processo que valoriza o desenvolvimento local, incentiva o reforço do surgimento da consolidação do movimento associativo com base comunitária.

O reflexo desse tipo de economia é evidente e consistente, na medida em que permite o fortalecimento das organizações e associações a nível local e a inclusão positiva de mulheres e homens na busca de alternativas sólidas de desenvolvimento, contribuindo, desta forma, para a melhoria da equidade a nível das relações de género.

Em Cabo Verde, apesar dos constrangimentos e dos desafios que a situação impõe, existe alguma convicção de que a mudança é possível. Existindo uma vontade política consequente, o contexto social é favorável, estando criadas as condições legais e institucionais. Porém, para atingir o desenvolvimento sustentável, uma das condições exigidas e expectáveis será necessariamente apostar no desenvolvimento da capacidade e potencialidade das mulheres e na igualdade de género.

Ainda que fique clara a existência de centenas de organizações de solidariedade social que actuam em diferentes frentes da luta e de apoio à auto-promoção, a questão essencial é que devem estar articuladas com os empreendimentos económicos solidários existentes no país, viabilizando o comércio informal e assegurando emprego a milhares de pessoas sem qualificação profissional.

Nesse contexto, a franja da população excluída do mercado formal, uma boa parte é beneficiada por algumas ONG no domínio de micro-crédito, uma outra estratégia de desenvolvimento socioeconómico, que tem vindo a expandir de forma crescente. A política de micro-crédito constitui um grande desafio na promoção do desenvolvimento económico e social, por ser uma vertente importante no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento económico e social.

Nesse sentido, destaca-se a FAMI-PICOS como exemplo desse segmento de micro-crédito. De acordo com o depoimento do seu Presidente, “hoje o micro-crédito é uma saída fértil dos cabo-verdianos, uma vez que, a maioria da população não tem acesso ao crédito nas instituições bancárias. O micro-crédito constitui uma modalidade estratégica para o desenvolvimento económico, desde que abranja todo o Cabo Verde. Qualquer cabo-verdiano pode ser membro da FAMI-PICOS, desde que cumpra as normas da mesma. A organização tem em carteira um projecto muito ambicioso que torna a FAMI-PICOS num Banco Solidário”. Para França Filho e Laville (2004,18), se trata de uma dinâmica mais geral de uma economia

solidária, (...) “ação voluntária das pessoas, projecta-se sobre um espaço público. Ou seja, os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das actividades económicas, (...) economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional) com a dimensão pública (mais moderna) na sua ação.”

É de notar que, no decorrer do trabalho de campo, surgiram passo a passo, questões novas, que suscitaram cada vez mais o interesse de dar a continuidade e o aprofundamento da pesquisa.

Com a tal sensação, o desvendar a amplitude da economia solidária e a posição dos empreendimentos económicos solidários em Cabo Verde, assim como os seus impactos, fazem parte de um plano pessoal de pesquisa no futuro próximo.

Ciente de que novos estudos surgirão para analisar o presente tema, a discussão encontra-se em aberto, dentro e fora dos meios académicos.

Espera-se que novos trabalhos se ocupem da mobilização das políticas de incentivos ao desenvolvimento da economia solidária em Cabo Verde.

Por fim, a realização desse trabalho constitui um momento marcante de aprendizado científico, social e cultural sobre a economia solidária, a pobreza e a exclusão social. Foi muito importante compreender essa abordagem participativa e os promotores de iniciativas dos agentes de desenvolvimento, através da construção de todo um processo de diálogo e de parceria, factores importantes de solidariedade, da coesão social e da inserção socio-económica.

Referências Bibliográficas

- ACEESA. Estudo de caso. **Estudo sobre as organizações cabo-verdianas no domínio da economia solidária**, Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, Praia, Março 2007.
- ACTAS. **Congresso internacional da economia solidária**, Praia, Cabo Verde, 2002.
- ADAM, Smith. **Riqueza das Nações**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, 4ª edição, ISBN 972-31-0610-8
- ADÃO, Rocha & Carlos Proença: Cabo Verde, A Poverty Study, Praia, 1993.
- AMARO, Rogério Roque & MADELINO, Francisco. **Economia Solidária**, Contributos para um conceito, Ponta Delgada Publicações Cores, 2004.
- ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE. **Democracia, Sistemas Eleitorais e Economia Social**, Praia, Outubro, 2002.
- ATELIER DE REFLEXÃO. **Sobre o processo de descentralização em Cabo Verde**: Chefia do Governo/Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização; Vila do Tarrafal, 7, 8 e 9 de Outubro de 1998.
- BOCAYUVA, Pedro.C.C. **Pensando uma política pública de geração de trabalho e renda**. In: Veiga, S. M. e Fonseca, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em acção**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.
- BONAGLIA, Frederico e Goldstein Andrea. **Globalização e Desenvolvimento**. Lisboa, Editora Presença, 1ª edição, Janeiro 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN Sari. **Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto. Porto Editora., 1994.
- CARBONARI, Paulo C. **Economia Popular Solidária**, S/ed. IFIL, 1999.
- CAMPENHOUDT, Quivy Raymond, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa, Gradiva, 2005.

CAPE VERDE. **Interim Poverty Reduction Strategy Paper**, Governo, Jan. 2002.

CARVALHO, José Maria Coelho de. **Economia Solidária: Uma perspectiva sobre a experiencia em cabo Verde**, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2008.

Código das Empresas Comerciais e Registo de Firmas, Praia, INCV, Outubro 2003.

Colecção Pesquisa e Ponto de Vista: INAG; nº 1, Setembro 2001.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**, Cambridge, Harvard University Press, 1990.

Comissão Para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, (2001). **Plataforma de Acção de Pequim** – 1995, Col. Agenda Global nº 5, Lisboa.

Conférence des Femmes de la Francophonie Femme, **Pouvoir et Développement Déclaration Finale de Luxembourg**, Luxembourg, 2000.

CHIVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor**, São Paulo, Editora Saraiva, 2007.

Constituição da República de Cabo Verde: Assembleia Nacional; Praia, 2010.

COSTA, Paulo. Instituto Brasileiro de Pesquisa em Administração Hospitalar, In: Revista IPH – ISSN 1519-1451, **Reflexões sobre a globalização como processo excludente**.

Décentralisation et développement, in : *Décentralisation et développement* 2; Berne, Janvier 1999.

DERANI, Cristiane. Privatização e Serviços Públicos: **As Ações do Estado na Produção Económica**. São Paulo: Edição Max Limonad, 2002.

Diagnóstico estratégico do sector do Poder Local para a elaboração das Grandes Opções do Plano: Chefia do Governo/Gabinete da Secretária de Estado da Reforma do Estado, Administração Pública e Poder Local, 1992-1996.

DROY, Isabelle. **Réduire les inégalités de genre pour combattre la Pauvreté**, Communication présentée au Séminaire sur Pauvreté, **Centre d'Economie du Développement, Madagascar**, Fev. 2001.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social : pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo, 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

ESTEVÃO, Manuel Lucas. **A participação dos cidadãos organizados na modernização administrativa**, I Congresso Nacional da Modernização Administrativa; Lisboa, 26 e 27 de Novembro de 1990.

Estudo sobre as organizações da sociedade civil cabo-verdiana: RESAL CAP VERT/GM & ASSOCIADOS; Dezembro 2000.

Estudo sobre o desenvolvimento institucional: MCE/DGP/Projecto NLTPS; II fase: construção da base de estudos; Fevereiro de 1996.

ERASME, Thord & LIMA, Licínio C. **Investigação e Projectos de Desenvolvimento em Educação**. Braga. Universidade do Minho. 1989.

FURTADO, Cláudio. **Avaliação a meio percurso do PDSS**, PNLP, 2001.

FRANÇA Filho, Genaut Carvalho e Jean-louis Laville. **Economia Solidária, uma abordagem internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA Filho, Genaut; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira; Magnen, Jean-Philippe. **Ação Pública e Economia Solidária Uma Perspectiva Internacional**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

SIRI, Gabriel e Piet Goovaerts. **Estudo comparativo dos custos benefícios dos programas de trabalhos públicos**. PNLP, Dezembro 2001.

GAIGER Inácio, Luiz. **Sentidos e Experiência de Economia Solidária no Brasil**, Porto Alegre: Editora da FRGS, 2004.

Gouvernance locale dans la perspective de réduction de la pauvreté en Afrique. PNUD/CEA, Vème Forum AGF, Maputo, Mai 2002.

Governança Local para a **Redução da Pobreza em África** – Conceitos Gerais. PNUD/CEA, Janeiro, 2002.

Grandes Opções do Plano (AS) – **Uma Agenda Estratégica**: Chefia do Governo; Janeiro de 2002

Plataforma das ONG. **Guia das ONG**. Praia, Plataforma das ONG, 2ª edição, 2007.

ICF. **Plano de Acção Nacional para a Promoção da Mulher**, Praia, 1995.

ICF Relatório de Cabo Verde – **Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação em relação às Mulheres**, Praia, 1999.

INOJOSA, Rose Marie. **Redes de compromisso Social**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, n. 33, v. 5, set./out. 1999.

Les FAIMO: une expérience de ciblage des interventions d'aide alimentaire. RESAL, Praia, avril 1999.

LIANZA, Sdney. Addor Felipe; (organizadores). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

LISBOA, Armando de Mello. Economia Solidária: incubando uma outra sociedade. Disponível em: [http:// www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm](http://www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm). Acesso em: 12 de Setembro 2003.

LUDKE, Menga e André, Marli. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**, São Paulo: EPU, 1996.

MARX, Karl. **O capital**, crítica à economia política, São Paulo, Abril Cultura, v. 1, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis, 2002.

SANTOS, Margarida G. **Estudo de estratégia de mobilização social**, Praia, Fevereiro de 2002.

Ministério das Finanças e do Planeamento - Documento de Estratégia de crescimento e Redução da Pobreza; Edição revista, Setembro de 2004.

NOGUEIRA, Roberto Martinez, "life cycle and learning in grassroots development organizations". **World Development**, vol. 15, 1987.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**, (trad. Port. por Ruy Jungmann), Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

PEREIRA Silva, Manuel. **Descentralização e gestão local dos recursos naturais**, perspectivas, Abril 1994.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária, de volta à arte da associação** - Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

Plataforma das Organizações Não Governamentais. **Guia da Plataforma das ONG de Cabo Verde**. Praia, 2007, 2ª edição.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**, Rio de Janeiro, Editora campus, 2000.

PIRES, Maria José S. Rodrigues. **Impacto das Privatizações na Arrecadação Fiscal do Estado Cabo-verdiano**, Tese Licenciatura, Uni_Piaget-CV, 2004.

PNLP: Relatórios de actividade, Praia 2008.

PROENÇA, Sangreman Carlos. **A Política Económica e Social em Cabo Verde**, Lisboa 1998.

Programa do I Governo Constitucional da II República: B.º nº 31; 8 de Agosto de 1991.

Programa do II Governo Constitucional da II República: Março 1996.

Programa do IV Governo Constitucional da II República, 2001.

Programa Nacional de Descentralização 1999/2000: Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização; Dezembro de 1998.

Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNL, Governo de Cabo Verde, 1997.

Projecto de Iniciativa Comunitária. **INTERREG III B “ESCALA”**, 05/MAC/3.1/A6.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna**, Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Trad. Dinah da A. De Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

----- **Uma Teoria da Justiça**. The Belknap Press of Harvard University Press, (trad. Port. por Almiro Pisseta, e Lenita M. Esteves) – São Paulo: Martins um texto revisto, Ensino Superior, 1997.

Revista de Economia Solidária, Apresentação do Conceito, edição ACEESA, Dezembro, 2009.

Rio de Janeiro, FGV, n. 33, v. 5,. p. 115-141. set./out. 1999.

Rural Poverty Alleviation Programme (PLPR) Appraisal Report. IFAD, July 1999.

SAHLINS, M. **Sociedades Tribais**, Rio de Janeiro, Zahra, 1970.

QUIJANO, Anibal. Alternativa de produção. In SANTOS, Boaventura, **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro, Editora Civilização, 2002.

QUIVY, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa, Gradiva, 2ª edição, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações, investigação sobre sua natureza e suas causas. Os Economistas**. v. II. São Paulo, Nova Cultura, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Cia, das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALENTE, Mônica. Do micro-crédito às microfinanças. In: **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, nº 19, IPEA/TEM, 2002.

VIENNEY, Claude. **L` économie sociale**, Paris: La Decouverte, S/ed. 1994.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo, Ática, 2000.

----- **Microcrédito. A experiência do Grameen Bank**, Rio de Janeiro, BNDES, 2001.

WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI. A. D. (org). **A outra Economia**, Porto Alegre, VERAZ Editora, 2003.

----- **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária**, em paralelo Brasil / França, Porto Alegre (RS), Tese de Doutorado, 2004.

WILLIAMS, Aubrey. “ **Cresce a participação das ONG’s no desenvolvimento**”, Finanças & desenvolvimento, vol. 10, nº4, 1990.

ANEXOS

Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde

	Nome	Concelho	Actividade	Observações
1	Escola de Olaria do Rabil	Boa Vista	Cerâmicas	
2	AMIPAÚL- Liga dos Amigos de Paúl, em Vila das Pombas	Paul - Sto. Antão	Transformação de fruta, Fabrico de licores., Rádio Comunitária.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
3	Docel- Assoc de Mulheres Promotoras de Agro Indústrias	Paul - Sto. Antão	Fabricação de Doces, Grogue e licores.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
4	ADSF- Ass p/o Desenvolvimento de São Francisco	Praia - Santiago	Criação de cabras de raça. Unidade de "gabião"	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária.
5	Associação Zé Moniz	Praia - Santiago	Confecções de Livros Realização anual da Feira de Artesanato	Incentivam a Economia Solidária no país
6	Sulada - Loja de Artesanato C.Velha	Ribeira Grande-Santiago	Confecções de Panos de terra, Fabrico de sabonetes, e sabões,	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
7	ACDJG- Assoc. Comunitária p/Desenvolvim de João Garrido	S.Domingos - Santiago	Fabricação de Doces e licores.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
8	ACODEFA- Assoc Comunitária de Desenvolv. de Fontes Almeida	S.Domingos - Santiago	Batucadeiras, teatro e dança.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
9	ADIRV - Assoc p/o Desenvolvimento Integral de Rui Vaz	S.Domingos - Santiago	Fabricação de Queijos Micro-crédito Comercialização de água potável	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
10	Assoc Desenv.Milho Branco	S.Domingos - Santiago	Fabrico de Temperos e Pickles.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
11	Assoc Mulheres de Móia Móia	S.Domingos - Santiago	Fabricação de Doces	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
12	AGROCOOP- Assoc.Viticultores de Chã das Caldeiras	S. Filipe - Fogo	Transformação/Comercialização de Vinhos. Turismo rural em Chã das Caldeiras. Hotelaria	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
13	Associação ABC, em Patim	S. Filipe - Fogo	Trabalhos em pedra e afins p/aplicação na arquitectura, escultura e arte funerária.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária

Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde

14	Cooperativa Paladar	S. Filipe - Fogo	Transformação / Comercialização de frutas.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
15	Associação Agro-Hortelã	S. Miguel - Santiago	Fabricação de Doces, grogue e licores.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
16	Rabelados de Espinho Branco	S. Miguel - Santiago	Pintura, tecelagem, artesanato e cestaria.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
17	FAMI-PICOS Ass de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção Familiar	S. Salvador do Mundo	Micro-crédito	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
18	Atelier Mar- Cooperativa de Artesãos e Centro de Formação	S. Vicente	Cerâmica, trabalhos em pedra e outros.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
19	Cooperativa Comunitária de Mulheres de Chã de Tanque	St. Catarina - Santiago	Fabricação / Comercialização de Doces e Conservas.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
20	Assoc.Artes de Porto Madeira	St. Cruz - Santiago	Pintura, tecelagem, artesanatos e livros	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
21	Centro de Iniciativas Juvenis Catchás	St. Cruz - Santiago	Reciclagem.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária
22	Assoc.Cívica de Chão Bom	Tarrafal - Santiago	Rendas e bordados.	Trabalha na modalidade de Econ. Solidária

Quadro 9: Organizações - Economia Solidária em Cabo Verde

Fonte: CEESA -CV

**PLANO DE ACTIVIDADES DO CEESA-CV – GATIFCES (GABINETE TRANSREGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E
FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA) - 2010/2011**

Nº	Objectivos, Estratégias e Actividades	Cronograma				Fonte financ.	Orçamento indicativo	Org.responsável
		1T	2T	3T	4T			
I	Objectivo: Reforçar a capacidade institucional do GATIFCES							
1.1	Estratégia: - Melhoria das condições de funcionamento do Gabinete Actividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de equipamento informático (computador portátil) ▪ Aquisição de 1 USB 1000 ▪ Aquisição de material audiovisual (máquina de filmagem, máquina fotográfica, data show) ▪ Aquisição de bibliografias sobre ES e material diverso de secretaria ▪ Contratação de um técnico (nível técnico - profissional) 					Cresaçor	1.500.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONGs
II	Objectivo: Desenvolver acções de Informação e Comunicação em matéria de Economia Solidária							
2.1	Estratégia: - Promoção de actividades IEC Actividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar a realização de acções de divulgação do CEESA, através de grupos de teatro locais ▪ Promover a elaboração de um Folder sobre a organização e funcionamento do GATIFCES ▪ Promover a apresentação pública do “Estudo sobre as Organizações de Economia Solidária em Cabo Verde” 						500.000\$00 30.000\$00 55.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONG
III	Objectivo: Reforçar a capacidade de ONG, Associações e Agentes de Economia Solidária							
3.1	Estratégia: - Promoção de acções de formação Actividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar duas acções de formação, uma em Barlavento e outra em Sotavento, em matéria de organização, gestão e finanças ▪ Promover a criação de redes de artesãos, por ilhas ou concelhos ▪ Realizar um Atelier sobre o empreendedorismo com enfoque na temática da 						1.800.000\$00 200.000\$00 650.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONG

Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde

	incubação de empresas e na óptica da luta contra a pobreza e a exclusão social							
IV	Objectivo: Desenvolver um projecto de incubação							
4.1	Estratégia: - Promoção e divulgação de informação sobre o processo de incubação Actividades: <ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o processo de reflexão conjunta/aprendizagem sobre os diferentes métodos e estratégias de incubação, apoiada pelo Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC) Elaborar o projecto de incubação a ser apresentado a parceiros para procura de financiamento Promover um encontro com os parceiros e público-alvo para reflexão sobre um projecto de incubação Promover o alargamento do estudo sobre as organizações cabo-verdianas no domínio da economia solidária 						100.000\$00 800.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONG
V	Objectivo: Reforçar e alargar parcerias							
5.1	Estratégia: Mobilização de parceiros Actividades: <ul style="list-style-type: none"> Realizar a I Mesa Redonda de Parceiros da Economia Solidária em Cabo Verde, para análise dessa forma de economia e mobilização de novas parcerias e recursos 						500.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONG
VI	Objectivo: Dinamizar o funcionamento do CEESA							
6.1	Estratégia: Implementação dos mecanismos de funcionamento dos órgãos de gestão Actividades: <ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões dos órgãos de coordenação e de gestão do CEESA em Cabo Verde Promover visitas de intercâmbio entre algumas ilhas/concelhos para troca de experiências relacionadas com boas práticas em matéria de economia solidária 						30.000\$00 320.000\$00	CEESA MTFFSS/DGSS PLATAFORMA DAS ONG

Quadro 10: Plano de Actividades da CEESA-CV-2011

Fonte: CEESA -CV

Questionário

Este questionário faz parte de uma pesquisa para produção da dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, cujo tema é a economia solidária num país pequeno e insular: o caso de Cabo Verde. As informações aqui obtidas serão de uso apenas académico, preservando o anonimato dos entrevistados.

A. Identificação

1. Sexo:

☐ Feminino

☐ Masculino

2. Faixa Etária:

☐ 16 – 18 anos

☐ 36 – 45

☐ 19 – 25 anos

☐ 46 – 55 anos

☐ 26 – 35 anos

☐ acima de 55 anos

3. Concelho de origem

☐ Praia

☐ S. Filipe

☐ S. Domingos

☐ Tarrafal

☐ Outro: _____

4. Escolaridade

☐ EBI

☐ ES

☐ Técnico Profissional

☐ Outro: _____

5. Estado Civil

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a)

☐ Viúvo(a)

6. Nível de Rendimento

☐ 1 Salário

☐ 3 a 5 Salários

☐ 1 a 2 Salários

☐ Outro: _____

B. Empreendimento solidário

7. O que levou a procurar por uma alternativa de empreendimento na Economia Solidária? / empreendedorismo?

☐ Alternativa de desemprego

☐ Fonte de rendimento

☐ Obter maiores ganhos

☐ Busca por autonomia

☐ Fonte complementar de rendimento

☐ Outros: _____

8. Quando foi criado o empreendimento?

9. Quanto à natureza jurídica:

☐ Associação ☐ Cooperativa ☐ Unipessoal ☐ Familiar ☐ Aquisição

☐ Outro: _____

10. Qual é o objectivo do empreendimento?

11. Que tipo de actividades são desenvolvidas? Qual é a razão da mesma? _____

12. Quais são as principais áreas de abrangência/intervenção?

13. Qual a origem dos recursos utilizados para iniciar o empreendimento?

☐Capital próprio

☐Não precisou de recursos

☐Doação

☐Outras origens _____

☐Empréstimo

14. É detentor de sede própria?

☐Sim

☐Não

15. Já exercia essa actividade antes de fazer parte desse grupo?

☐ Sim

☐ Não

16. Actividades desenvolvidas anteriormente.

17. Há quanto tempo você faz parte desse grupo?

☐ Menos de 1 ano

☐ 2 a 3 anos

☐ 1 a 2 anos

☐ 3 a 4 anos

18. O que o motivou a realizar essa actividade?

☐ Retorno financeiro

☐ Dificuldades de encontrar

☐ Relações pessoais

outro emprego

☐ Necessidade de auto-realização ☐ Outros: _____

☐ Prazer em exercer a actividade

19. Com os resultados económicos do empreendimento solidário você:

☐ Paga as despesas e sobra uma quantia

☐ Paga as despesas e não sobra

☐ Não dá para pagar as despesas

☐ Ainda não apresentou resultados financeiros

20. Como você obteve conhecimento desse projecto?

16. Quais são as formas de ingresso no grupo?

17. O empreendimento é formado por:

☐ Trabalhadores informais

☐ Associação

☐ Cooperativas

18. Como é composta a organização?

19. Recebe (m) apoio das ONG.

20. Participa (m) nas feiras de economia solidária:

☐ Sim

☐ Não

21. Existe uma relação com outros empreendimentos solidários?

☐ Sim

☐ Não

22. Como é feita a contabilidade financeira?

☐ Pelos associados

☐ Pelos cooperadores

☐ Serviço terceirizado

☐ Não é feita

23. Na sua opinião quais são os constrangimentos.

24. Quais são as perspectivas futuras para o empreendimento?

C. Características empreendedoras da economia solidária

Marque um (X) o grau que corresponde a cada uma das características abaixo relacionadas.

Acções	Muito pouco	Pouco	Normal	Elevado	Muito elevado	Observação
Concepção de empreendedorismo	()	()	()	()	()	
Esclarecimento acerca do trabalho realizado	()	()	()	()	()	
Participação dos associados/cooperadores nas decisões do grupo	()	()	()	()	()	
Participação dos associados/cooperadores em geral	()	()	()	()	()	
Participação de entidades/empresas ligadas as industrias	()	()	()	()	()	
Participação de entidades/empresas ligadas ao comércio	()	()	()	()	()	
Estratégias para ingresso de associados/cooperadores	()	()	()	()	()	
Marketing dos empreendimentos	()	()	()	()	()	
Inovações	()	()	()	()	()	
Autonomia	()	()	()	()	()	
Incentivo das actividades desenvolvidas nos empreendimentos	()	()	()	()	()	
Definição dos objectivos	()	()	()	()	()	
Visão de futuro	()	()	()	()	()	
Plano das actividades	()	()	()	()	()	
Comunicação para os associados/cooperadores	()	()	()	()	()	
Comunicação para a sociedade	()	()	()	()	()	
Definição de público alvo - beneficiado	()	()	()	()	()	

D. Faça aqui os comentários que considere relevantes relativos à Economia Solidária.

